

# vida mundial

Nº. 1887 13/5/1976  
Preço 15S00

**OPS  
E O GOVERNO  
POSSÍVEL**



**"RETORNADOS"  
começou a revolta ?**

**MARGARET THATCHER:  
entrevista em exclusivo**

**MÁRIO SOARES  
FALA A "V.M."**





# Martini Dry O quebra-gelo.

... On the rocks, por favor ...  
Martini Dry sobre o gelo,  
servido gentilmente,  
retribuído com um sorriso aberto.  
... Para mim, simples ...  
Martini Dry, servido com simpatia.  
O primeiro gelo que se quebra,  
o primeiro passo para um ambiente  
mais aberto na convivência franca  
de uma boa bebida.  
... simples ou com gelo ...  
Martini, excelente começo de uma amizade.

**Este sim.**  
**De qualquer modo.**

**MARTINI**



**Director:**

Natália Correia

**Chefe de Redacção:**

Paulo Figueira

**Subchefe de Redacção:**

Carlos Plantier

**Secretário de Redacção:**

M. Manuela de Sousa Rama

**REDACÇÃO:**

Afonso Manta, Carlos Pinto Coelho, Dórdio Guimarães, Feliciano Ferreira, F. Guerra, João de Almeida, José Machado, José N. Fernandes, Tomás Ribas

**Fotografia:**

Abel Fonseca

**Secretariado:**

Maria Manuela Andrade

**Colaboradores:**

A.C. Monteiro, Egídio Álvaro (Artes Plásticas), João Costa (Economia), Jorge Guimarães (Livros), Philipe de Saint-Robert (Paris), Sérgio Lima (Televisão)

**Preço: 15 \$00****Assinaturas:****Via ordinária**

Continente e Ilhas - 3 meses: 175 \$50, 6 meses: 351 \$00, 12 meses: 702 \$00; Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Macau, Timor, Espanha e Brasil - 6 meses: 351 \$00, 12 meses: 702 \$00; outros países - 6 meses: 455 \$00, 12 meses: 910 \$00.

**Via aérea**

12 meses: Ilhas Adjacentes - 764 \$00; Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Macau e Timor - 1201 \$00; Espanha - 764 \$00; Brasil - 1284 \$00; países europeus (excepto Espanha) - 1034 \$00; outros países - 1493 \$00.

**Redacção e Administração:**

Rua de "O Seculo", 63 - Telef. PBX 36 27 51/5.

**Composição e Impressão:**

Rua de "O Seculo", 41 - Lisboa-2.

**Propriedade:**

Sociedade Nacional de Tipografia.

Sai às quintas-feiras.

## editorial



Por  
Natália Correia

### Revolução no Olimpo

**N**O febril lançamento da via que conduzirá a Belém o futuro Presidente da República, não se eximiu a infalível originalidade portuguesa a marcar presença. Com efeito, poucas personalidades, que o destino instiga a enveredar pelo trilho presidencial, terão podido, como o Presidente Costa Gomes, contar com o apoio de tantos intelectuais.

Noventa e duas assinaturas de letrados fazem chegar ao Conselho da Revolução o voto das letras pátrias sobre a figura que, em seu entender, mais se afeiçoa aos requisitos presidenciais.

Está de parabéns o general Costa Gomes. Operando um difícil casamento, conseguiu Sua Excelência realizar o milagre de consorciar os clássicos beligerantes: o Poder e a cultura.

Quem nos diria estar este inesperado país predestinado para revolucionar a regra que acasala os pares olímpicos, matrimoniando Marte com Minerva!? Regozijemo-nos com a nupcial inovação que introduzimos no conservador Olimpo.

Na verdade, nunca tantos intelectuais se mostraram tão entusiasmados com um "presidenciável", que, ainda por cima, já deu provas e delas sai com uma frente merecedora dos louros presidenciais que os nossos intelectuais agradecidos nela colocam.

Demonstra-se assim que, durante o seu mandato, o dialecto da intelectualidade portuguesa contemplou a nossa cultura com dotações inestimáveis. Gratamente, os homens de letras cumprem a sua obrigação, procurando reconduzir o patrono das benesses culturais recebidas ao supremo cargo onde poderá continuar a exercê-las com prodigalidade que Mecenas invejaria.

Como seria de esperar, entre os intelectuais fervorosos apoiantes da candidatura de Costa Gomes salientam-se notabilidades do MUTI, sempre pontual em iniciativas que dignifiquem as lusas letras. A presença destes representantes da nata da nossa intelectualidade é de suma relevância, já que imprimem ao cortejo que se propõe novamente alcandorar Sua Excelência à chefia do Estado um carácter inequivocamente apartidário.

Auspicioso consórcio, não nos cansamos de repetir. Dele resultará, sem sombra de dúvida, uma cria simultaneamente resoluta e intelectualmente brilhante. Resoluta, porque de Sua Excelência receberá os dons de firmíssima decisão em momentos difíceis, tal como nos espinhosos momentos vividos no decurso revolucionário, Sua Excelência houve oportunidade de exuberantemente demonstrar. De luminoso intelecto porque entre os que se distinguem no escol de sumidades que impulsionam o carro triunfal do candidato à Presidência, vemos com comovida alegria coruscar os astros da instituição mais empenhada em nobilitar a cultura portuguesa desde que esta soltou os primeiros vagidos.

Com orgulho assinalamos ser Portugal o país privilegiado onde finalmente se faz luz o verbo revolucionário que o Maio parisiense de 68 reclamou: a imaginação ao Poder.

Dotados para levarem às últimas consequências as ideias mais avançadas, os intelectuais portugueses vão mais longe, propondo: Minerva ao Poder, na figura de Marte.



# o templo da música

estora — E



## **PIONEER** cadeias de alta fidelidade

Toda a nossa gama de gravadores, gira-discos, amplificadores e colunas é a personificação do som no interior da vida. Hoje uma cadeia de alta-fidelidade PIONEER está ao alcance de todos.

Ter em sua casa esse monumental templo de sons, que atravessam o tempo e fazem da música uma janela aberta à comunicação entre os homens, não é já um privilégio só para alguns...

### **ELECTROQUIPO**

**Companhia de Equipamentos Electrónicos e Industriais, SARL**

Rua S. José, 15, 2.º, Esq. — Telef. 37 03 17/8/9 — LISBOA



## O PS E O GOVERNO POSSÍVEL

No momento em que o PS, condutor maior da maioria do eleitorado português, decide apoiar um candidato à Presidência da República — Ramalho Eanes —, urge a clarificação do partido quanto ao futuro mais imediato da política nacional, pela palavra do seu secretário-geral, Mário Soares (pág. 4). Ainda, o ponto da situação (dramática) dos "retornados" das ex-colónias (pág. 14), eles, também, responsáveis, em parte pela crise que abala, no momento, o turismo nacional (pág. 17). Além da crónica sobre política internacional assinada pelo nosso colaborador Philippe Saint-Robert (pág. 56), a crítica de TV (pág. 51), a posição da CIP no



contexto actual (pág. 54) e, em rigoroso exclusivo para "VM", uma entrevista com a líder conservadora britânica Margaret Thatcher (pág. 58).

## separata



## "AMOR É FOGO QUE ARDE SEM SE VER"

Proseguindo no tratamento dos grandes temas da história e da cultura portuguesas — em caderno especial, destacável, especialmente tratado no plano gráfico — incluiremos, neste número, o tema "Amor", sobre o qual, em antologia de textos e gravuras, se seguirá o caminho de um dos grandes motores da nossa razão de ser.

### ENTREVISTA

Mário Soares fala à "VM" ..... 4

### NACIONAL

Contestação no Ministério do Trabalho ..... 9  
Liga dos Direitos do Homem ..... 9  
O caso Jorge de Brito ..... 10  
Portugal no Conselho da Europa ..... 11  
Pide: recomencem as buscas ..... 11  
"A la minuta" ..... 12  
Os que riem... e os que choram ..... 13  
Presidenciais: o jogo das candidaturas ..... 60  
Açores: manobras pré-eleitorais ..... 61  
Intervenção Socialista ..... 62

### "RETORNADOS":

Começou a revolta? ..... 14

### TURISMO

As causas da crise ..... 17

### CRIME

Sem castigo ..... 22  
Chumbo: causa de delinquência ..... 24

### SEPARATA

"Amor é fogo que arde sem se ver" ..... 27

### FÁTIMA

O mistério persiste ..... 39  
Lúcia à ordem de Roma ..... 41  
A mensagem ..... 42  
Na Imprensa da época ..... 43

### LIVROS

"Do General ao Cabo Mais Ocidental" ..... 46  
Almeida Faria na Prateleira? ..... 46  
Os "dez mais" ..... 47

### CINEMA

Alain Tanner em Lisboa ..... 48  
"Operação-Cannes" ..... 50  
Gene Kelly: "Festival" no Festival ..... 51

### TV:

Notícias maltratadas ..... 51

### ÓPERA:

Surpresas polacas ..... 52

### TEATRO

"Mandrágora" apenas sofrível ..... 52  
Uma peça política "a sério" ..... 53

### ECONOMIA

A CIP deita contas à vida ..... 54  
EUA: A crise passou à história ..... 54

### INTERNACIONAL

A união europeia ..... 56  
Um general da RDA quer a guerra atômica ..... 57  
Brasil: ajuda francesa ..... 57  
Rodapé ..... 57  
Margaret Thatcher: entrevista em exclusivo ..... 58





# MÁRIO SOARES

## “O Presidente da República não poderá ignorar as grandes opções do Partido Socialista”

No rosto franco de Mário Soares, onde ainda se vêem os vestígios impressos pelo cansaço da labuta eleitoral, já pousa a serenidade de uma decisão inabalável: dar ao País o governo possível. Nesta disposição, fomos encontrar aquele que será o Primeiro-Ministro se o futuro Presidente da República escolher como fórmula desejável um governo socialista homogéneo.

**VIDA MUNDIAL** — Logo após a vitória do PS em 1975, assistiu-se a uma ofensiva liderada pelo PCP, que pretendeu esvaziar de consequências a vitória do PS. Consumada novamente a vitória do Partido Socialista nas últimas eleições, há indícios de que essa situação se repetirá logo que o PCP perca todas as veleidades de uma união de esquerda. Qual será a resposta do PS a essa ofensiva?

**MÁRIO SOARES** — A nossa resposta é sempre a mesma. Nós entendemos que se deve respeitar a vontade popular. A campanha que fizemos em 1975, depois da vitória eleitoral que tivemos nas primeiras eleições para a Assembleia Constituinte, é a resposta que teremos em 1976. Quanto a essa hipótese de uma maioria de esquerda, devo dizer-lhe que o Partido Socialista já fez declarações peremptórias de que não fará qualquer aliança, quer com o PCP quer com os partidos de direita, PPD e CDS. Portanto, a nossa alternativa é a de governarmos com um governo socialista e de independentes, homogéneo, ou então não governaremos e terá de se encontrar outra maioria ou um governo que tenha a possibilidade de passar na Assembleia Legislativa sem a

participação do Partido Socialista.

**VM** — Quer a nível de bases, quer a nível de cúpulas, regista-se uma tentativa de atrair o PS para a aliança na prática com o PCP e outras forças que lhe são afectas. Veja-se o GIS. Que nos diz, na sua qualidade de secretário-geral do PS, dessa tentativa de atracção?

**M.S.** — Efectivamente, tem havido desde o início da campanha eleitoral, por parte do Partido Comunista, a ideia de que é fundamental a aliança deste partido com o PS, em vários planos. Nós pensamos que essa linha esquee e menospreza tudo aquilo que se passou durante o ano de 1975 e a confrontação que existiu entre o Partido Socialista e o Partido Comunista em virtude de duas concepções completamente antagónicas da revolução que estamos a viver. Enquanto o PCP quer, mostrou querer, uma revolução de tipo totalitário para instaurar uma ditadura comunista em Portugal, nós sempre encarámos a revolução de Abril como uma revolução essencialmente democrática que tinha que respeitar a vontade do eleitorado e consequentemente a democracia política e as liberdades fundamentais.

No plano das lutas sindicais, a posi-

*ção do Partido Socialista defende a unidade dos trabalhadores, não uma unidade imposta mas que resulte naturalmente da conjugação de interesses das massas trabalhadoras. E entendemos que nesse plano das reivindicações dos trabalhadores devem ficar à porta as questões ideológicas e as diferenciações políticas para se insistir sobretudo na unidade essencial dos interesses dos trabalhadores e na sua defesa. Portanto, pensamos que a nível político não é possível fazer-se qualquer unidade, mas admitimos que a nível sindical são possíveis acções conjuntas com todos os trabalhadores, independentemente das suas posições ideológicas partidárias ou até políticas.*

Quanto à questão, que tem sido tentada, de uma aliança que passe pelas bases contra as chamadas cúpulas devo esclarecer que as bases do Partido Socialista são mais alérgicas a uma aliança com o Partido Comunista e com as bases deste partido que as próprias cúpulas, visto que elas sentiram nas empresas e nas fábricas onde trabalham a arrogância, o espírito hegemónico e o sectarismo dos comunistas e, por isso mesmo, estão muito mais feridas do que os dirigentes do Partido Socialista.

**VM** — A propósito, o que pensa desta opinião de António Reis, que lemos numa entrevista dada por ele ao “Seculo Ilustrado”, a qual não coincide inteiramente com a sua? António Reis defende a possibilidade de um acordo PS/PCP a nível sindical, indicando o último Primeiro de Maio como um sinal de esse acordo ser possível.



M.S. — Isso coincide com o nosso ponto de vista de que ao nível sindical e dos interesses das classes trabalhadoras devemos fazer acordos com todos os trabalhadores e procurar ter uma acção unitária com todos os trabalhadores, independentemente das suas posições partidárias e ideológicas.

VM — Mas António Reis diz que o acordo se verificaria a nível sindical, embora fazendo notar que ele seria favorecido por uma não hostilização do Partido Comunista na Assembleia da República. Teríamos, assim, o chamado acordo tácito parlamentar, por abstenção, do PCP.

M.S. — Não. Não se trata de qualquer transacção desse tipo.

PCP, não se excluem naturalmente outras correntes ideológicas e políticas que existem também no seio dos trabalhadores apenas se destacando os dois maiores partidos da classe operária.

VM — Sá Carneiro pôs o seu lugar de secretário-geral do PPD à disposição, se tal fosse condição indispensável para uma coligação com o PS. Pensa que, não sendo satisfeita essa condição, a coligação não é possível? E, sendo satisfeita, é suficiente?

M.S. — Evidentemente que o Partido Socialista nunca poria uma condição desse tipo, visto que não tem de se pronunciar acerca de quem devem ser os dirigentes dos outros partidos e não faz exclusões de natureza pessoal. O

querda e toda a esquerda — e dentro de alguns anos, no fim da legislatura, podíamos encontrar-nos na situação italiana de um Partido Socialista reduzido a um pequeno partido e um Partido Comunista a polarizar todos os sentimentos de esquerda que existem neste país. No plano nacional isto seria qualquer coisa de extremamente grave para a democracia política que todos queremos ver implantada em Portugal. É por essa razão, e não por exclusões de natureza pessoal, que nós entendemos não dever fazer qualquer unidade política com o PPD. Isto não significa que em relação ao PPD e no campo das acções concretas das classes trabalhadoras e outras não haja também conjunturalmente e pontualmente determinado tipo de convergências.

Aliás, as especulações que se fizeram acerca do dr. Sá Carneiro e duma eventual saída do dr. Sá Carneiro de secretário-geral do PPD não foram nem fomentadas nem sequer comentadas pelo Partido Socialista. Não considerariamos tal atitude como correcta.

VM — Para manter o governo onde estará sozinho, o PS precisa de apoio, ainda que tácito, de, pelo menos, um partido. Nenhum dos três partidos, PPD, CDS e PCP, garantiu até agora esse apoio. Um governo solitário do PS não correrá o risco de uma permanente instabilidade que pode abalar o processo político?

M.S. — Evidentemente, não é fácil um governo minoritário. Mas não se trata propriamente de conseguir apoios de outros partidos. Para que o Governo singre, marche; basta que não haja oposição explícita e aberta. Ao contrário do que diz, ainda ontem, por exemplo, o dr. Sá Carneiro, em declarações prestadas ao "Primeiro de Janeiro", admitiu a possibilidade de o seu partido não se opor a um governo minoritário PS. É possível que, com outros grupos parlamentares, suceda o mesmo. Mas para que um governo socialista e de independentes não passasse era preciso que houvesse uma conjugação das oposições, o que está longe de se poder admitir a curto prazo. Seria necessário que o PPD, o CDS e o PCP se conjugassem como opositores do PS. Se isso acontecesse, a eles competiria então concertarem-se num governo possível



As bases do PS são mais alérgicas a uma aliança com o PC que as próprias cúpulas

Não sei a que se referiu concretamente António Reis, mas posso dizer-lhe o seguinte: nesse momento existe a ideia de fazer um congresso para a unidade sindical, congresso esse que não será realizado pela Intersindical mas em que estarão representados os sindicatos da tendência Intersindical e os sindicatos da linha chamada democrática. Nós entendemos que é necessário fazer tudo para conseguir-se uma central única dos trabalhadores. Mas quando se fala do PS e do

problema, para nós, não se põe quanto ao secretário-geral do PPD, mas sim no que respeita a uma aliança com o PPD. Ora, por razões que já explicámos várias vezes, entendemos que não podemos fazer uma aliança política com o PPD, da mesma maneira que não a podemos fazer com o PCP. Em síntese: pensamos que se houvesse uma aliança com partidos da direita, quer seja o PPD quer seja o CDS, isso daria oportunidade ao Partido Comunista de polarizar todo o descontentamento da es-





Já dissemos, e mantemos, que não faremos alianças nem com o PC nem com os partidos de direita. Se o Presidente da República tiver outra solução para apresentar, poderá tentá-la

para este país, sob pena de caminharmos para uma dissolução da Assembleia Legislativa.

VM — Os observadores são unânimes em considerar que, dada a presente situação económica, é indispensável a adopção urgente de medidas drásticas nos sectores económico e laboral. Por outro lado, durante a campanha eleitoral, o Partido Socialista afirmou que nos próximos quatro anos estará mais empenhado numa política de reconstrução nacional do que, propriamente, em construir o socialismo. Como concilia estas pretensões com as dificuldades que serão criadas ao PS, no caso de este ser atacado pela direita e pela esquerda?

M.S. — Bem, de facto, segundo a nossa maneira de ver, não se trata, nos próximos quatro anos, de construir o socialismo em Portugal. Trata-se, sim, de criar um sistema de justiça social e de resolver os problemas económicos gravíssimos que se põem a Portugal. É preciso transformar este país num país economicamente viável que não esteja permanentemente a recorrer às reservas de ouro, que nós temos, para colmatar os défices que existem, quer na balança comercial quer na de pagamentos. Para que isso aconteça, temos que desenvolver a produção e, para a desenvolver, de reduzir em certa medida os consumos. Para o fazer exige-se, naturalmente uma política corajosa. Política essa que poderá desagradar a certos sectores de tipo laboral, sobretudo se eles não forem devidamente esclarecidos. E há o risco de, por razões de carácter demagógico, haver a exploração de certos descontentamentos em

relação a medidas de austeridade que venham a ser exigidas.

A verdade é que os trabalhadores portugueses têm que compreender que se querem aumentar o seu nível de vida e ver resolvidos alguns dos seus problemas vitais, é preciso estimular a economia nacional — e isso passa pela reorganização do sector público e a sua dinamização e pelo encorajamento do sector privado. Para alcançar este objectivo, é preciso que os trabalhadores consintam e se concertem com o governo, numa política que nem sempre poderá ser agradável, na medida em que implica um certo apertar do cinto.

Nós pensamos contrabalançar essas dificuldades, iniciando algumas actuações pelas quais deviam ter começado as primeiras tentativas de socialização que se verificaram em Portugal. Exemplificando: edificar um sistema nacional de saúde que possa ir ao encontro das necessidades da população e um sistema de seguros sociais que proteja determinados tipos de classes, como os reformados, velhos e viúvas. Em vez disso, em Portugal, onde durante estes dois anos nada se fez nesse sector, procura-se, "a outrance", desenvolver uma política de nacionalizações, destruindo os fundamentos da economia capitalista portuguesa. Achamo-nos hoje numa situação um pouco híbrida, na qual existe ainda uma economia de tipo capitalista mas onde muitas das motivações e estímulos da economia capitalista desapareceram. Importa corrigir certos aspectos que puseram em causa o funcionamento da nossa economia para encontrar estímulos que possibilitem o seu desenvolvimento.

VM — Dentro desse plano de reconstrução económica, o PS terá de usar medidas de autoridade. Como harmoniza este imperativo com a incontestável posição de campeão das liberdades assumida pelo PS?

M.S. — Quando falamos de autoridade, falamos de autoridade democrática e livremente consentida. A democracia política não é contrária à autoridade. Antes pelo contrário. O que é preciso é que essa autoridade não se baseie na arbitrariedade, mas sim no cumprimento rigoroso da lei. Somos partidários de um sistema de autoridade, mas dentro do respeito pelos direitos do Ho-

mem e das garantias consignadas na Constituição.

VM — Em sua opinião, o Presidente da República, usando dos poderes constitucionais, poderá ser um entrave ou um apoio à política rígida que o PS terá de adoptar?

M.S. — O Presidente da República tem de ser, a nosso ver, um grande apoio para essa política. É por isso que nós admitimos ser possível um Governo minoritário, desde que esse governo socialista minoritário seja firmemente apoiado pelo Presidente da República, o qual tem uma legitimidade que lhe advém de ter sido eleito por uma maioria. Não estamos num sistema parlamentar puro, mas num sistema semipresidencialista, e, portanto, ao Presidente da República, que é o árbitro da situação, ou seja o poder moderador e a chave-da-abóbada constitucional, compete sustentar e apoiar um governo que vai governar numa situação extremamente difícil, não só no plano político como no económico e no social. Por conseguinte, contamos com a autoridade e o apoio do Presidente da República para, de certa maneira, impor, sustentar e apoiar um governo homogéneo do Partido Socialista.

VM — E no caso de o Presidente da República optar por um governo que não seja só PS como reagirá o seu partido?

M.S. — Bem, o Presidente da República tem o direito de fazer valer os seus desejos, mas não poderá deixar de ter em conta as indicações do sufrágio popular expresso nas eleições para a Legislativa e também não pode ignorar a vontade e as grandes opções de fundo do Partido Socialista. Já dissemos e mantemos que não faremos alianças nem com o Partido Comunista nem com os partidos da direita. Se o Presidente da República tiver outra solução para apresentar, poderá tentá-la. Tem liberdade para o fazer visto que é ele o árbitro. Mas penso que será muito difícil governar este país sem o Partido Socialista. E o Partido Socialista só governa nas condições que eu acabo de referir. É o mandado expresso que recebemos do eleitorado e a vontade expressa da nossa Comissão Nacional e dos nossos órgãos directivos.



VM — Aceitará, a título individual, membros de outros partidos ou movimentos no seu governo?

M.S. — *A título individual e desde de que não representem os partidos, quer dizer, no caso de serem pessoas independentes e que aceitem o programa do Partido Socialista, naturalmente que sim. Mas, francamente, não vejo como é que um membro de outro partido possa, a título individual, sem deixar de ser desse partido, aceitar o programa do Partido Socialista.*

VM — Pode indicar já nomes que farão parte do seu governo?

M.S. — *Nada ainda foi decidido a esse respeito. Lembro-lhe que o governo só será formado depois do convite do Presidente da República. Como ainda não existe Presidente da República, e não sabemos se o Presidente que vai ser eleito perfilará a nossa tese, são prematuras todas as indicações desse tipo.*

VM — Sendo certo que na Europa do Norte líderes socialistas e social-democratas que o apoiam têm manifestado a sua oposição a uniões de esquerda na Europa do Sul, qual a posição do PS perante a previsível união de esquerda que se verificará em Itália, possivelmente na França e, até mesmo, mais longinquamente, em Espanha?

M.S. — *Somos de opinião que cada partido socialista ou social-democrata deve definir a sua própria política e deve fazê-lo de uma maneira integralmente soberana. Não nos permitimos dar conselhos ou sugestões a outros partidos socialistas ou social-democratas. Não as aceitamos também dos outros.*

*Limitamo-nos a apreciar e a fazer juízos de valor sobre as linhas políticas que cada um segue. Pensamos que as condições sociológicas variam de país para país e que é em função dessas condições que se deve estabelecer uma linha política. Compreendo, por exemplo, a linha política do Partido Socialista Francês, que visa a unidade da esquerda. Estou a seguir com muito interesse o que se está a passar na Itália, uma aproximação entre o Partido Socialista e o Partido Comunista italianos, o que parece inevitável. Quanto ao caso espanhol, afigura-se-me prematuro fazer estimativas dessa ordem.*



Procurou-se, a todo o custo, desenvolver uma política de nacionalizações, destruindo os fundamentos da economia capitalista

*Relativamente à questão portuguesa, nós estamos numa posição completamente diferente e é por isso que não seguimos a política do Partido Socialista Francês nem a de qualquer outro. Fundamos a nossa política na base da experiência revolucionária destes dois anos. Somos contra a aliança com o Partido Comunista, somos contra um governo de maioria de esquerda, pensamos que a única "chance" da esquerda em Portugal passa, pelo contrário, por uma política autónoma e independente do Partido Socialista. Porque a unidade dos partidos socialistas e comunistas baseia-se na necessidade de alargar a base social de apoio a transformações profundas da sociedade. Se se verificasse uma aliança entre os partidos socialista e comunista em Portugal, paradoxalmente, essa base que é considerável para o Partido Socialista, de apoio a uma política de transformações, restringir-se-ia. E restringir-se-ia porque o PCP, pela sua actuação, provocou um tal choque psicológico nas populações portuguesas que só a ideia de pensar que haverá uma aliança entre os socialistas e os comunistas, fazer-nos-ia perder pelo menos metade do nosso eleitorado. Ora, como a maioria de esquerda de que eles falam tem como base fundamental (três partes em*

*quatro, justamente) o eleitorado do Partido Socialista, se nós quiséssemos fazer "evaporar" esse eleitorado do Partido Socialista não haveria mesmo nenhuma maioria de esquerda...*

VM — Um governo do PS manterá a Imprensa estatizada tal como se encontra?

M.S. — *Neste momento, estão em curso algumas ideias que visam a transformação da Imprensa estatizada. Em princípio, somos partidários de uma Imprensa que possa subsistir, não através de donativos e apoios económicos, mas pela sua própria força. Existem neste momento jornais e semanários que desfrutam até de uma certa independência económica, vivendo dos seus leitores e dos seus anunciantes. Ao lado desses, existem jornais que se encontram numa situação catastrófica, na medida em que, todos os meses, o Estado tem de avançar com avultadas quantias para manter essa Imprensa. Põe-se, evidentemente, o problema dos trabalhadores. Mas não é um problema específico da Imprensa, antes geral. A questão é saber, e isso terá de ser resolvido, se é legítimo pedir a todos os portugueses que contribuam mensalmente para manter jornais que não têm leitores ou suficientes leitores para viver. Jornais sem viabilidade económica*





Ao Estado compete permitir que em plena liberdade e com todo o espírito contestatário que é necessário à cultura os criadores possam exercer dignamente a sua actividade

ca e que só vivem para defender interesses de determinados grupos de trabalhadores. Esta situação tem que merecer um tratamento equitativo. Poderá mesmo vir a ser discutida na Assembleia Legislativa — e é útil que o seja.

VM — Referiu-se a jornais que são economicamente auto-suficientes. Jornais não estatizados, bem entendido. Não se deverá isto ao facto de beneficiarem esses jornais de uma liberdade de expressão que na Imprensa estatizada sofre naturalmente limitações?

M.S. — De uma maneira geral, devo dizer-lhe que sou contra a estatização da Imprensa. Penso que os órgãos de Informação devam pertencer a grupos de trabalhadores, a cooperativas, a sindicatos ou, porventura, a empresas, como acontece no livre jogo da concorrência. Admito que existe um ou outro jornal estatizado que reflita a opinião, mais ou menos, oficial. Mas, em princípio, sou contra os jornais estatizados. Simplesmente, nós herdamos uma situação extremamente difícil. Os jornais pertenciam todos aos bancos e às grandes companhias, e, na medida em que esses bancos e essas companhias foram nacionalizados, esses jornais pas-

saram a ser do Estado. Como milhares de trabalhadores se encontram em causa e se pretende evitar despedir esses trabalhadores, para não criar problemas de trabalho graves, para além daqueles que já existem, o Estado tem mantido, um tanto artificialmente, esses jornais. A verdade é que essa situação não se pode manter indefinidamente. Não é legítimo impor esse sacrifício ao povo português.

VM — Uma pedra de toque do sucesso de um governo “só PS” é a aplicação de uma política realista à Reforma Agrária. Como se processará esse ajustamento?

M.S. — Pensamos que até agora temos praticado uma política realista em matéria de Reforma Agrária. Ao contrário do que se tem pretendido dizer e dos ataques feitos ao nosso ministro da Agricultura, a verdade é que ele se tem empenhado em fazer cumprir a lei e, portanto, em corrigir os abusos e as injustiças que se cometeram à sombra da Reforma Agrária. Não o tem feito tão espectacularmente como certas pessoas quereriam, mas a verdade é que ele tem procurado, com realismo, justamente, evitar que se generalizem os conflitos sociais e evitar actos de

violência que façam, inclusivamente, correr sangue no Alentejo. Procuraremos, e estamos convencidos de que conseguiremos, fazer cumprir, em primeiro lugar, as leis impropriamente chamadas da Reforma Agrária, que de facto são leis de expropriação de solos. Isto, por um lado. Por outro, proteger os pequenos e médios cultivadores e seareiros do Alentejo, dado que essa lei tem uma área de aplicação que, grosso modo, se limita aos distritos alentejanos. É evidente que teremos de ver como funcionam as chamadas unidades agrícolas e averiguar se o seu funcionamento é democrático ou se laboram na base de um sindicato de trabalhadores agrícolas transformado na correia de transmissão de um partido político — o que não pode, evidentemente, ser permitido.

VM — Nada se tem feito pela cultura depois do 25 de Abril. Antes, tem sido esta sujeita a uma politização tendenciosa que sufoca a liberdade de criação. Que tenciona fazer o PS para impulsionar a cultura portuguesa dando relevo aos seus valores originais?

M.S. — Sempre declaramos ser nosso empenho realçar os valores civilizacionais e tradicionais do povo português. Entendemos, de facto, que se deve respeitar a liberdade de criação artística em todos os seus aspectos e que o Estado só deve intervir na medida em que lhe compete permitir que em plena liberdade e com todo o espírito contestatário que é necessário à cultura os criadores de todos os ramos da cultura e das artes possam exercer dignamente a sua actividade. Nós, socialistas, pensamos que o Estado não deve ter um projecto cultural próprio, mas facilitar aos artistas e aos criadores, literários e científicos, a faculdade de eles exercerem, como muito bem entenderem, o seu trabalho criador. Neste sentido, defendo a ideia de que o Estado deve proibir a si próprio qualquer tentação intervencionista.

VM — Para finalizar: será que temos na nossa frente o futuro Primeiro-Ministro?

M.S. — Se o Presidente da República entender que a fórmula desejável é um governo socialista homogêneo, é muito provável que o PS me indique como seu representante. ■



# vida nacional

## Trabalho A CONTESTAÇÃO VOLTOU AO MINISTÉRIO

No estrebuchar do VI Governo Provisório, revelam-se novamente sintomas de contestação do actual ministro do Trabalho, capitão Tomás Rosa, e da equipa que o rodeia.

O Ministério do Trabalho, cuja importância é chave para a estabilização ou destabilização da economia portuguesa e de toda a sociedade, continua a ser um fruto apetecido por determinadas forças políticas que já o controlaram. O possível afastamento do capitão Tomás Rosa das funções que actualmente desempenha permitiria a sua substituição por um civil ou outra personalidade militar, tida por independente, menos desfavorável às forças que, progressivamente, têm sido desalojadas daquele Ministério.

Esta a interpretação que fontes geralmente bem informadas fazem da actual onda de contestação ao ministro. Paralelamente a pressões externas, assiste-se a uma tentativa de mobilização dos trabalhadores do Ministério, a partir de problemas laborais, que, noutras circunstâncias, não teriam projecção.

A admissão de 28 trabalhadores, a título eventual, por um período de 6 meses prorrogáveis até um ano, surge contestada por um grupo de funcionários. Os trabalhadores admitidos no Ministério — e ao contrário do que aconteceu com perto de 90 outros, durante a administração de Costa Martins — foram-no, contudo, em circunstâncias não lesivas dos interesses da grande maioria dos que no Ministério trabalham: com uma única excepção, entraram para preencher vagas em organismos especiais recentemente criados: o DROT e a Inspeção-Geral, que tem a seu cargo a elaboração dos inquéritos a possíveis irregularidades cometidas durante a permanência do ex-major Costa Martins naquela pasta.

Como se depreende, a constestação não toca apenas a pessoa do ministro, mas também alguns organismos ministeriais, postos em causa por determinadas forças políticas. Deste modo, o Ministério do Trabalho regressa ao centro das atenções e da batalha política em curso no nosso país. — A.M.



Vasco da Gama Fernandes: há que pôr fim ao tempo de "clandestinidade"

1913, prevê-se a divulgação dos grandes princípios internacionais, como a Carta das Nações Unidas e a Declaração dos Direitos do Homem. No plano social, quer a Liga acorrer aos pontos sensíveis que afligem a população e intervir activamente nas novas proposições que se colocam à sociedade portuguesa. Estaria no primeiro caso o problema da prostituição e, no segundo, amplas campanhas de divulgação sobre a reforma agrária e controlo operário.

A actividade da Liga pode ser dividida em três fases distintas. A primeira, de 1913 a 1926, beneficiou de um período de legalidade, tendo muitos dos seus dirigentes feito parte do Parlamento da República. A segunda, de 1926 ao 25 de Abril de 1974, caracterizou-se por uma grande repressão, durante a qual vários dirigentes foram presos e as sedes assaltadas. Nesta época, é proibida qualquer notícia na Imprensa referente à própria existência física da Liga. Decorrente da repressão, a Liga alcança um

## Direitos do Homem A LIGA QUER ACORDAR

Com uma direcção quase integralmente composta por socialistas, eleitos numa "semiclandestinidade", poucos meses antes do 25 de Abril, a Liga Portuguesa dos Direitos do Homem está disposta a sair da sua letargia de muitos anos e a tornar-se numa instituição viva e actuante.

"Dar uma contribuição mais concreta ao povo português" é, em síntese, o

novo espírito que norteia a actual direcção da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem. Durante anos perseguida e impossibilitada de actuar na prática, a Liga pensa agora reformular o seu estilo de trabalho, inspirando-se no modelo belga, considerado o mais avançado da Europa.

O actual presidente, dr. Vasco da Gama Fernandes, tem numerosos projectos imediatos para a Liga: além da revisão dos estatutos, que datam de



prestígio mais internacional do que nacional, na medida em que lá fora podia abertamente denunciar os desmandos da ditadura portuguesa. O próprio Vasco da Gama Fernandes reconhece ser este um período negativo em termos de actuação prática. Mas ressalva que, apesar de tudo, a ditadura não teve a força necessária para extinguir oficialmente a Liga.

Ainda na "clandestinidade", poucos meses antes do 25 de Abril, a Liga fez eleições. O local escolhido foi a casa do prof. Dias Amado — onde os sócios, um por um, a horas desencontradas, foram depositar o seu voto. Alguns dos nomes que venceram essas eleições fazem parte dos actuais corpos gerentes: Vasco da Gama Fernandes, Marcelino Mesquita, Carlos Andrade, Adão e Silva, Raul Rego, Dias Amado e Magalhães Godinho.

Dias depois do 25 de Abril, membros da Liga dirigem-se ao então presidente da Junta de Salvação Nacional e põem-se ao lado da Revolução. Tentam contactos com membros do Governo para que se conceda à Liga o reconhecimento da sua validade, iniciando-se, assim, a terceira fase desta instituição.

Nesta nova etapa, a Liga passa a estar representada na Comissão de Auxílio aos Exilados Antifascistas e no Comité de Apoio aos Refugiados Brasileiros.

São palavras do presidente da Liga a "consciência suprapartidária e a luta pelo direito e liberdades públicas". No entanto, a grande maioria dos actuais corpos gerentes pertence ao Partido Socialista, o que leva a perguntar até que ponto a intervenção partidária se fará sentir. Vasco da Gama Fernandes considera que o cariz político não marcará a actuação da Liga e que o facto de muitos deles serem deputados ou terem outros postos no Governo só será positivo, pois permitirá que no hemiciclo de São Bento ou em qualquer outro posto oficial sejam defendidas posições assumidas previamente na Liga.

Ainda no campo partidário, o presidente "tem esperanças" de que outras forças políticas não entrem o bom andamento dos trabalhos. — F.F.



## Justiça

# JORGE DE BRITO: PAGA UM POR TODOS ?

**Depois de um ano e meio de prisão, Jorge de Brito vai finalmente a tribunal na segunda-feira. De todos os financeiros do tempo do anterior regime, por que razão ele é o único perseguido pela Justiça?**

Não se torna evidente, no mais imediato, que, dois anos após um 25 de Abril purificador de perigosos delinquentes dos mais variados sectores, no económico — com toda a sua importância — a inclemência da Justiça tenha concentrado a maioria das suas forças na pessoa de um único presumível prevaricador. É ele Jorge de Brito, grande figura pública dos meios financeiros do "antigamente" mais recente, preso desde 13 de Dezembro de 1974.

Referimo-lo neste momento porque o seu julgamento será efectuado na próxima segunda-feira, no primeiro Juízo Criminal de Lisboa. Não se trata, quanto a nós, de tomar qualquer posição abonatória em relação ao réu Jorge de Brito, antes de estranhar que, contra toda a lógica, ele seja, tenha sido, o "inimigo público número um" em todo o nosso passado de enormes fraudes económicas. Não custa a crer?

Durante 17 meses de cativo, nunca lhe foi dada caução para, em liberdade, aguardar o julgamento que se avizinha. Argumentou a Justiça, desde o início, que tal liberdade poderia ser aproveitada por Jorge de Brito para se escapar às malhas frouxas

que possibilitaram tantas escapadelas de grande oportunidade. Critérios...

O ex-financeiro Brito é acusado da participação em operações bancárias celebradas em mercados estrangeiros, sem a necessária autorização do Banco de Portugal, entre as quais avulta a do pagamento e liquidação de um empréstimo ao banco sueco Svenska Handelsbanken, no valor de cerca de 70 mil contos.

Não nos cumpre comentar a operação, apenas recordar que, tempos idos, todos os pedidos de empréstimos a bancos estrangeiros, por parte do BIP — de que Jorge de Brito era presidente do Conselho de Administração — se efectuavam por intermédio da Sociedade Financeira Portuguesa, que gozava de autonomia, quase total, em relação ao Banco de Portugal, pela liderança do ex-ministro dr. Teixeira Pinto.

Juntamente com Jorge de Brito, serão julgados, na segunda-feira, por envolvimento mais ou menos directo na referida operação, João Crisóstomo de Moraes, Manuel José Aires Leite da Costa e o eng. Francisco de Assis Brás de Oliveira — respectivamente, director do departamento de operações com o estrangeiro da Sociedade Financeira Portuguesa, administrador do BIP e administrador do Crédito Predial Português — os dois primeiros respondendo à revelia e, o último, caucionado após alguns dias de detenção. Intervêm como advogados os drs. Eduardo Figueiredo e Sousa Tavares, de Jorge de Brito; Fernando Calixto, de João Moraes; Luís Filipe Nunes Ferreira, de Leite da Costa; e Marques Martinho, do eng. Brás de Oliveira.

Pouco após a detenção de Jorge de Brito, todos os seus bens foram colocados em situação de indisponibilidade, por virtude de uma providência cautelar decretada pelo tribunal, decisão essa que um acórdão recente do Tribunal da Relação considerou ilegal, ordenando o levantamento da providência.

Recorde-se, a propósito, que o ex-banqueiro Brito ainda é detentor da mais valiosa colecção de pintura portuguesa contemporânea (no valor de muitos milhares de contos), tendo manifestado, mais uma vez, a intenção



de, em vida, doá-la ao Estado, para constituir património do povo. Relativamente a todo o seu património. Jorge de Brito está actualmente em negociações com o BIP — logo, com o Estado — por forma que a sua entrega contribua para a liquidação de todas as responsabilidades que contraiu anteriormente. — C.P.

## O QUE É O CONSELHO DA EUROPA

Portugal vai ser, em breve, o décimo nono membro do Conselho da Europa. Depois de muitos estudos, relatórios e reuniões, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos 18 países membros chegaram finalmente à convicção de que o nosso país já é democrático. Mas quais as vantagens de pertencermos ao Conselho da Europa?

Charles-Henri Bonfils, governador do Fundo de Restabelecimento do Conselho da Europa, visitou recentemente o nosso país, a convite dos secretários de Estado da Emigração e dos Retornados. Bonfils teve numerosas reuniões de trabalho com funcionários dos ministérios dos Negócios Estrangeiros e das Finanças. O objectivo destas reuniões, em que participaram técnicos dos vários departamentos oficiais interessados, não será difícil de adivinhar: certamente não seremos nós a emprestar coisa nenhuma. O que é pena.

Porta-vozes governamentais declararam, a propósito destes contactos, terem-se eles revestido “da maior utilidade para o estudo das vantagens e benefícios que Portugal poderá tirar, no caso de uma próxima adesão ao Fundo de Restabelecimento do Conselho da Europa”. Vantagens e benefícios estes que o secretário-geral do Conselho da Europa, Ackermann, poria em relevo após uma das sessões de trabalho que a organização levou recentemente a efeito: “O Conselho estaria disposto a cooperar com Portugal em vários domínios, em especial no campo da Educa-

ção e Cultura, e a conceder uma ajuda financeira idêntica à concedida à Grécia, da ordem dos 2 a 3 por cento” (calculados sobre o orçamento do Conselho, de 120 milhões de francos). Este tipo de ajuda é normalmente concedido, através do Fundo de Restabelecimento, a uma taxa de juro bastante baixa, uma parte a 1 por cento e a restante ao juro do mercado.

### CONDIÇÕES CUMPRIDAS

Enquanto decorria a visita de Bonfils a Portugal, o socialista austríaco Karl Czernetz, era reeleito presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Czernetz foi reconduzido no cargo, que já ocupara, por uma assembleia reunida na sede, em Estrasburgo, no início de uma semana de debates sobre os problemas que a Europa Ocidental enfrenta.

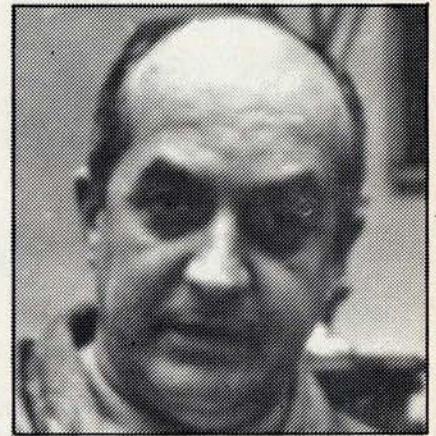
Estes debates terminaram com uma série de reuniões dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos dezoito estados membros. No final de uma delas, depois de ter sido apreciado um extenso relatório sobre a situação portuguesa, bem como a situação pós-eleitoral no nosso país, Hans-Dietrich Genscher, actual presidente do Comité de Ministros e ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha Federal, declarou aos jornalistas: “Todos os participantes na reunião manifestaram a maior satisfação pela forma como decorreram as eleições em Portugal, país que reúne, desde já, as condições essenciais para passar a ser membro dos dezoito, em breve dezanove.”

Recorda-se que Portugal não pudera aderir anteriormente por não satisfazer as condições estatutárias: ser uma sociedade democrática e pluralista.

Logo após o 25 de Abril de 1974, o Conselho da Europa, em reunião da sua assembleia, regozijando-se com o acontecimento, fez saber ao Governo Português estarem reunidas as condições para a sua admissão. No entanto, pouco mais tarde, em 1975, perante os acontecimentos que se desenrolavam no nosso país, a mesma assembleia considerava então ter sido traída a democracia em Portugal, existindo o perigo iminente da instauração de uma ditadura totalitária.

Espera-se agora, de novo (embora já com algumas apreensões, resultantes das recentes violações ao direito da livre expressão, por parte de alguns órgãos do Poder), que a nossa admissão naquela prestigiada organização europeia seja em breve finalmente concretizada. A exemplo da maioria dos países da Europa Ocidental (excepto a Espanha), Portugal deverá assinar a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, bem como os seus protocolos suplementares, particularmente o que respeita ao Tribunal Permanente sobre as violações àqueles direitos. Isto seria a garantia prestada ao povo português, pelas forças que o governam, do respeito pelas suas liberdades fundamentais, universalmente reconhecidas.

J.A.



## Pide RECOMEÇAM AS BUSCAS

O domicílio de Fernando Oneto foi devassado por ordem da Comissão de Extinção da PIDE/DGS. Por estranho que pareça, a busca foi realizada por denúncia de ex-agentes da antiga polícia política. Será que os acusados voltaram a ser acusadores? Mas agora, por conta de quem?

Fernando Oneto, militante antifascista com largas provas dadas, viu a sua casa revistada por elementos da Comis-





são de Extinção da PIDE/DGS, à qual pertenceu logo após o 25 de Abril. Motivo da busca: informações de "pides", segundo as quais Fernando Oneto guardaria, no domicílio, armas que lhes tinham sido apreendidas.

A busca deu-se no mesmo dia em que, em entrevista concedida a um semanário da capital, o capitão Sousa e Castro, porta-voz do Conselho da Revolução e responsável pela Comissão de Extinção, acusou Oneto de "baixo estofamento moral". Contactado pelos jornalistas, na mesma tarde, Sousa e Castro afirmou não ter tido conhecimento da busca, antecipadamente.

De salientar que Fernando Oneto, juntamente com o dr. Alfredo Caldeira, desenvolvem, desde a sua expulsão da Comissão de Extinção, todos os esforços para que seja efectuada uma sindicância à actuação daquele organismo — que acusam de não desmantelar coisa alguma, antes de fomentar a criação de uma nova polícia política, sob o olhar benevolente do PCP — bem como à sua própria actuação enquanto membros da referida Comissão.

Relativamente a essa sindicância, pedida em Fevereiro de 75, ao chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Costa Gomes, ainda não obtiveram qualquer resposta. Soube agora Fernando Oneto que, em contrapartida, existe naquela Comissão um processo contra ele, baseado nas declarações de alguns "pides".

Recentemente, Oneto e Caldeira, em conferência de Imprensa levada a cabo no Sindicato de Jornalistas, pediram apoio para a realização da sindicância às actividades da Comissão de Extinção, "que só se sabe que existe porque liberta "pides" e gasta milhares de contos", salientando que, há um ano, aquando do seu afastamento, havia cerca de 600 processos já adiantados, entre os quais o do caso Delgado, processos esses de que nunca mais se ouviu falar. Acusaram ainda os órgãos do Poder de terem impedido a Comissão o acesso a casos escaldantes, como o do "Angoche", do assassínio de Mondlane e da invasão de Conacri por tropas portuguesas. D.A.

## "a la minuta"

### RECEIOS PRÉ-ELEITORAIS

A vitória do PS nas eleições foi muito saudada pelos socialistas franceses — e Mitterrand chegou a afirmar que nunca duvidara do triunfo do partido do seu camarada "Soarès". Mas nem todos estavam tão seguros. Como revela o "Paris-Match", na sua edição de 24 de Abril último, "os socialistas franceses estão pessimistas, na véspera das eleições legislativas em Portugal". É a revista francesa citava até uma frase de Georges Sarre, do PSF: "Encaramos a hipótese de ver Soares regressar ao exílio em França dentro de dois anos."

### BATATA QUENTE

A responsabilidade pela suspensão do "Seculo-Hoje" foi uma "batata-quente" que andou de mão em mão. Natália Correia, na sua entrevista ao "Jornal Novo", acusou frontalmente o Conselho da Revolução de ter ordenado o encerramento da gazeta. O CR, lépido, fez constar que não tinha nada a ver com o caso e assacou as responsabilidades ao dr. Almeida Santos. Este, por sua vez, lavou daí as suas mãos e deitou as culpas para a administração da Sociedade Nacional de Tipografia — que, aliás, devolveu a "batata quente" ao mesmo dr. Almeida Santos. Depois de tantas voltas, é caso para perguntar: quem terá ficado com as mãos queimadas?

### ATITUDES CLARAS

De partida para a Bulgária, Melo Antunes, interrogado pelos jornalistas sobre o direito que assistia aos partidos de avançarem predilecções sobre candidatos à presidência (referência ao PPD se ter antecipado a nomear Eanes como seu favorito), comentou não ver com bons olhos essa tentativa de vinculação e muito menos se ela vinha das direitas.

Em significativo contraste, Souto Cruz, interrogado sobre o mesmo assunto, emitiu o parecer de que achava perfeitamente natural que os partidos

se pronunciassem sobre os candidatos da sua preferência.

Em termos de democracia estamos perante duas atitudes perfeitamente claras.

### CAMPANHA BARATA

O Partido da Democracia Cristã não conseguiu eleger nenhum deputado para a Assembleia da República — mas também não perdeu muito. Segundo revelou o secretário-geral do PDC, dr. Silva Resende, o seu partido gastou apenas 200 contos com a campanha eleitoral — uma ninharia ao lado da maioria das outras formações, que gastaram milhares (mas fizeram eleger deputados).



Otelo: só 5 por cento

### CINCO POR CENTO

Segundo se lê no "Jornal Novo" do último dia 7, Otelo Saraiva de Carvalho estaria a fazer sondagens, de forma a apurar as suas possibilidades como candidato à Presidência da República. No caso de essas sondagens lhe garantirem cinco por cento dos votos, Otelo lançar-se-ia na liça pela conquista do cargo presidencial.

É caso para perguntar: ao contentar-se com tão minguado suporte para as suas ambições, ter-se-ia tomado modesto aquele que tão megalomaniacamente se expandiu, no filme realizado pela esquerda revolucionária, de que foi ídolo?

Ou outra hipótese provável: Otelo ganhou definitivamente o gosto pelas minorias?



## os que riem...

**R**AMALHO EANES não é homem para os largos sorrisos que, no rosto dos que são lançados para a ribalta da política, têm um indisfarçável cunho demagógico. Ramalho Eanes sorri só o que basta, de acordo com a sua personalidade discreta, que os acontecimentos e a sua capacidade de a eles responder projectaram no primeiro plano da vida nacional. Aí, uma questão vital para a sobrevivência da democracia portuguesa é posta à sua consciência: ser ou não ser presidente? Com a serenidade que lhe é peculiar, o general Eanes responde: sim, se for um imperativo.

Entretanto pelos conhecidos canais de conjura antidemocrática percebe-se que este candidato é incómodo para os que ganharam o gosto de manipular certos astros das F.A. — que, por isso mesmo brilharam fugazmente. Pretendia-se insinuar que Eanes não tinha o consenso das F.A., torcendo-se a realidade. A verdade é que a falta de consenso só podia significar que a permanência de Ramalho Eanes na chefia do Estado-Maior do Exército era tida como indispensável. Mas provou-se que nos afastámos do tempo em que a trucagem fazia lei: o general Ramalho Eanes obteve o beneplácito que o habilita a candidatar-se à Presidência da República.

E, com a sua habitual discrição, sorri.

**V**ENCIDO que foi o problema posto pela substituição de Eanes na chefia do Estado-Maior do Exército, a escolha premiou o mais jovem brigadeiro do Exército português. O seu nome é **Rocha Vieira**. Dos seus méritos profissionais sabe-se que é um engenheiro brilhante. Da sua posição face à política que deve reger o País, regista-se que se insere numa linha estritamente democrática.

É portanto um homem que se identifica plenamente com a conduta daquele que poderá substituir. E a identificação com Eanes verifica-se também no sorriso. Só o que basta para irritar muita gente esperançada em ver bailar esse sorriso noutra face.



## ...e os que choram

**G**ALVÃO de Melo o “play-boy” da nossa política, como muitos o chamam, não é, aparentemente, um homem para fazer tragédia das suas derrotas.

De facto, as conveniências conjunturais do partido que apoiaria a candidatura de Galvão de Melo determinaram que o favorito fosse Ramalho Eanes. Galvão de Melo soube ceder o passo a esse imperativo. Mas a renúncia é assumida com desportivismo. Até porque o General é homem dado ao desporto. Tanto o é, que não desiste de voltar ao jogo, se um certo candidato entrar na corrida.

**N**ESTA quadratura de sorridentes e decepcionados, cabe atribuir a Loureiro dos Santos a expressão mais tristonha.

Número 1 do curso de Melo Antunes, estreitamente ligado a Costa Gomes, Loureiro dos Santos, que é o mais classificado de todos os militares do curso do Estado-Maior, sai inclassificado da maratona dos eventuais substitutos de Eanes.

Na crise que abateu o gonçalvismo, foi apontado por Charais para marcar presença no VI Governo. Homem ligado a um círculo que não gira à volta de Eanes, surgia como o mais empenhado em ser o futuro CEME.

Malgrado esse empenho, a derrota de Loureiro dos Santos é também a do grupo que o pôs à frente.

### SORRISO

Não ri, nem chora. Como habitualmente, apenas um sorriso. O sorriso de Gioconda





A bandeira tarjada de luto: primeira tentativa de se criar um símbolo para a luta dos "retornados"

## COMEÇOU A REVOLTA?

Subitamente, o problema dos "retornados", que permanecera latente durante a campanha eleitoral, voltou a rebentar. O fim dos subsídios, com que muitos vão vegetando há meses, foi a faísca que despertou o "incêndio". Só que, agora, vai ser muito difícil apagar as "chamas" — pois não se antevê, a curto prazo, qualquer possibilidade de resolver cabalmente o problema destas muitas centenas de milhar de portugueses sem futuro.

Findo Abril, em que a campanha eleitoral para a Assembleia da República foi vedeta, Maio trouxe-nos, como assunto principal das discussões nacionais, as reivindicações dos retornados: vivendo há longos meses numa letargia envergonhada, alimentada a subsídios, guias, senhas e termos de responsabilidade, muitos deles viram-se, de repente, sem garantias de alimentação regular, antes mesmo de lhes ser alvitado qualquer esquema de substituição ou — o que seria desejável e se vai tornando cada vez mais premente — de resolução dos seus problemas.

As manifestações-vigílias na Junqueira e depois em São Bento não foram suficientemente "intimidativas", e da reunião do Conselho de Ministros que se ocupou do problema, além de preconizar medidas que deveriam ter sido tomadas à partida, há mais de um ano (estabelecimento de um critério para a atribuição da qualificação de "retornado", levantamento de um cadastro dos retornados, investigação cuidadosa das necessidades reais para cada caso), mais não fez de que protelar uma solução definitiva do problema (e nesta linha vem a atribuição, agora

decidida, da concessão de novos subsídios).

De facto, o ponto fulcral que é preciso resolver para que os refugiados deixem de constituir uma carga e um problema para o País — a sua integração na sociedade — foi abordado (segundo de depreende dos termos em que está redigido o comunicado do Conselho de Ministros) de uma forma vaga e imprecisa, protelando-se a tomada de uma decisão última e mantendo-se *sine die* a situação quase esmoler de centenas de milhares de portugueses.

### "QUEREMOS TRABALHAR..."

Uma das acusações frontais feitas aos retornados é a de, sem nada produzirem, estarem a constituir um peso morto para o País, que com eles gasta perto de 300 mil contos por mês.

Compreende-se que, em época de crise de emprego como a que atravessa-



mos, seja difícil conseguir-se colocação imediata para 200 a 300 mil pessoas (calculando-se nessa base a força de trabalho paralisada entre os retornados), e ainda para outros tantos desempregados já existentes no País antes do início das pontes aéreas de evacuação de nacionais das ex-colónias.

O que já não se compreende é que não tinha sido estabelecido um cadastro dos retornados, por aptidões profissionais; que, depois disso, não se tenha pensado num esquema congruente de reciclagem profissional; que não tenha sido feito um plano de inserção dessa força de trabalho num plano geral de desenvolvimento do País. A transformação das fichas de registo preenchidas pelos refugiados à sua che-



O estado de fraqueza e a insónia causaram não poucos desmaios, na manifestação de S. Bento



A longa vigília desafiou a capacidade de improvisos dos refugiados

gada a Portugal em outras tantas fichas computarizadas; o estudo, por exemplo, pelo Instituto de Formação Profissional, de processos e capacidades de reciclagem no âmbito das necessidades do País; a canalização para essa finalidade dos auxílios financeiros recebidos do estrangeiro — seriam passos concretos para a resolução do problema, que não foram dados.

A responsabilidade pelo impasse a que se chegou não pode, sequer, ser imputada aos elementos que no gover-

no, presentemente, se ocupam do problema. Os primeiros “retornados” chegaram a Portugal poucos meses depois do 25 de Abril, vindos principalmente de Moçambique, e o crescimento exponencial do seu número e do agravamento do problema que representam data de então.

Qualquer que seja a óptica por que se aborde o problema — desde a que vê nos retornados os “coitadinhos que andam por aí sem eira nem beira” aos que os apodam de “chusma de vadios que estão a comer o que é nosso” —, a sua solução terá que passar pela integração dos refugiados na sociedade portuguesa, e esta será sempre impossível sem a criação urgente e maciça de postos de trabalho.

Embora tenha como resposta o sorriso céptico e descrente de grande parte da opinião pública portuguesa, “queremos trabalhar” é o slogan mais repetido pelos refugiados. Só que, em Portugal, quase não há trabalho... Mas reconhece-se que há sectores em crise: praticamente todos os de equipamento social, os produtivos, etc.

#### A QUESTÃO DOS HOTÉIS

Dos principais problemas que se põem, o da habitação avulta e toma proporções tenebrosas, não apenas para os refugiados, mas para quase toda a gente. Dizem-nos as colunas de peque-

nos anúncios nos jornais que, por exemplo, em Lisboa e arredores, morar não custa menos de cinco contos por mês; que, por esse preço, se consegue um apartamento “a x metros da estação” (estação donde todas as manhãs partem comboios carregados de gente como se carruagens de metro fossem).

Não existem dúvidas de que há que construir casas, muitas mais que as 10 000 prefabricadas de que fala o dr. Amândio de Azevedo e que teriam sido pedidas por uma comissão mista do Ministério da Habitação e da Secretaria de Estado dos Retornados, sob os auspícios da OCDE. Mas, não há dúvidas, também, de que, em fins de 1974 e princípios de 1975, era preciso resolver-se urgentemente o problema da indústria hoteleira nacional, que tinha as instalações vagas e perspectivas mais que sombrias por não se ter verificado o habitual surto de turistas pagantes... E daí que os retornados tenham enchido os hotéis, a expensas do Estado e de auxílios que se deveriam ter tornado, a médio prazo, produtivos.

Dir-se-á que os retornados não querem sair dos hotéis. Claro que eles são precisamente iguais ao comum dos mortais, e que, depois de terem sido corridos a tiro das casas modestas em que viviam “nas Áfricas” e terem experimentado no porto de refúgio as fofas alcantifas dos hotéis de luxo, meses a fio, não vêem com bons olhos uma mudança para o que quer que seja me-



# "Retornados"

nos que uma "residência com todos os requisitos", mesmo que saibamos justas as reclamações dos profissionais da indústria hoteleira, segundo as quais, depois da passagem dos retornados, os hotéis ficam "turisticamente destruídos".

## A MANIPULAÇÃO

Claro que, na sua qualidade de "grupo social em crise", os retornados tendem a ser manipulados por todas as forças políticas, sempre atentas a tudo de onde possam tirar vantagem, mesmo que mínima. Se é sabido que políticos das direitas aproveitam as concentrações de retornados para a sua promoção, a esquerda não está menos atenta e reivindica para si a única possibilidade de garantia no futuro de trabalho para os refugiados. Um périplo pelas tabernas dos arredores de S. Bento, durante as últimas concentrações, seria suficientemente elucidativo a esse respeito...

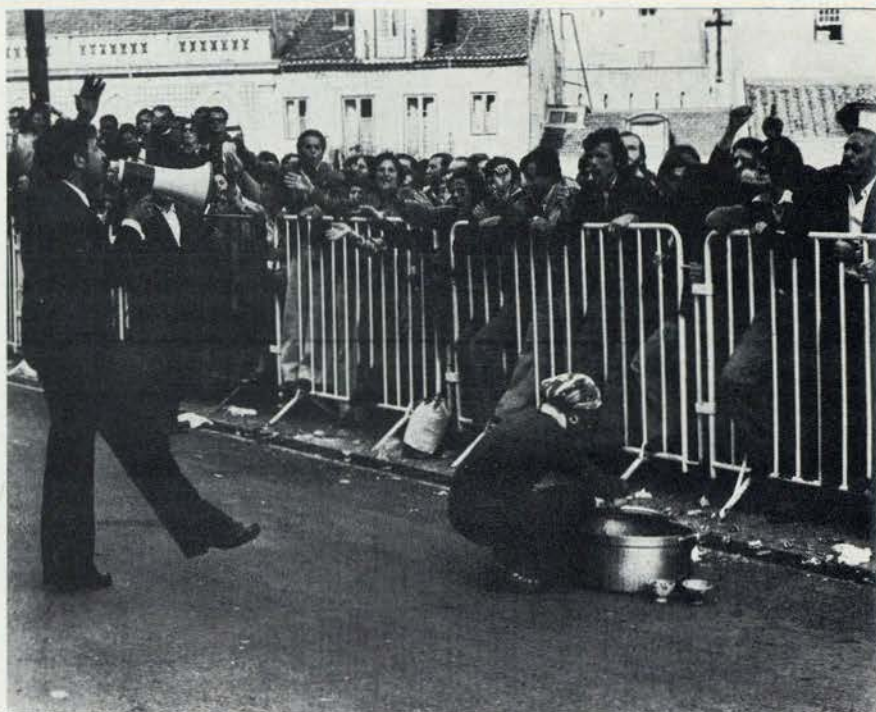
"Escaldados" no capítulo da manipulação (os grupos políticos nas ex-colónias tinham uma sede incomensurável de adesões), os refugiados olham de má cara todas essas tentativas. Assim, em São Bento, há um serviço de segurança no passeio fronteiro, que identifica todos quanto tentam juntar-se aos manifestantes.

Além disso, são regulares as provocações aos manifestantes retornados: passantes que vociferam contra os que ocupam as escadas recebem o "correctivo" por parte dos mais exaltados. Mesmo entre o núcleo de retornados, alguns embriagados ("sugestionados" com alguns copos, à mistura com dialéctica, nas tabernas circunvizinhas) não perdem ocasião de provocar distúrbios, prontamente resolvidos pelo serviço de segurança.

## O LENITIVO...

Neste cenário, a atribuição de subsídios pelo Conselho de Ministros não passa de lenitivo — de pouca dura e que arrisca a abrir mais a ferida...

Já ouvimos trabalhadores dizer que "essa cambada recebe por não fazer nada quase tanto como eu por esfolar o dia inteiro", expressão que representa apenas mais um passo no crescendo



Comida para quem tem fome... e não tem subsídios de alimentação

## O ULTIMATO

Reunida em plenário no Porto, no último fim-de-semana, a Comissão Nacional de Desalojados fez ratificar pela assembleia um documento contendo as principais reivindicações dos retornados — ameaçando, caso as mesmas não venham a ser atendidas até ao fim da próxima semana, decretar "a mobilização geral de todos os desalojados do País, para uma concentração em Lisboa, no Palácio de São Bento, em data e hora a anunciar".

No documento, pede-se a reabertura do Ministério do Ultramar, a funcionar novamente no edifício deste extinto departamento, no Restelo, para se ocupar dos assuntos dos retornados, refugiados, desalojados, deslocados e emigrantes. A lei por que seria regido o Ministério seria definida de acordo e com a intervenção da Comissão Nacional de Desalojados. Para a satisfação desta reivindicação, a CND deu ao Governo um prazo de 15 dias, findos os quais serão decididas novas "formas de luta", entre elas a marcha sobre São Bento.

de má vontade por parte da população activa (que vive com as dificuldades que se conhecem) para com os retornados em geral.

Neste mês de Maio, vai-se fazer o que deveria ter sido feito há mais de um ano, e que apenas resolverá problemas de organização e programação. Não é crível que, entretanto, tudo pare à espera de uma eventual tomada de soluções concretas. Algo terá que acontecer por entre a expectativa dos refugiados, a manipulação por interesseiros, o resmungo dos presumíveis prejudicados.

## ... E O QUE A SEGUIR SE VERÁ...

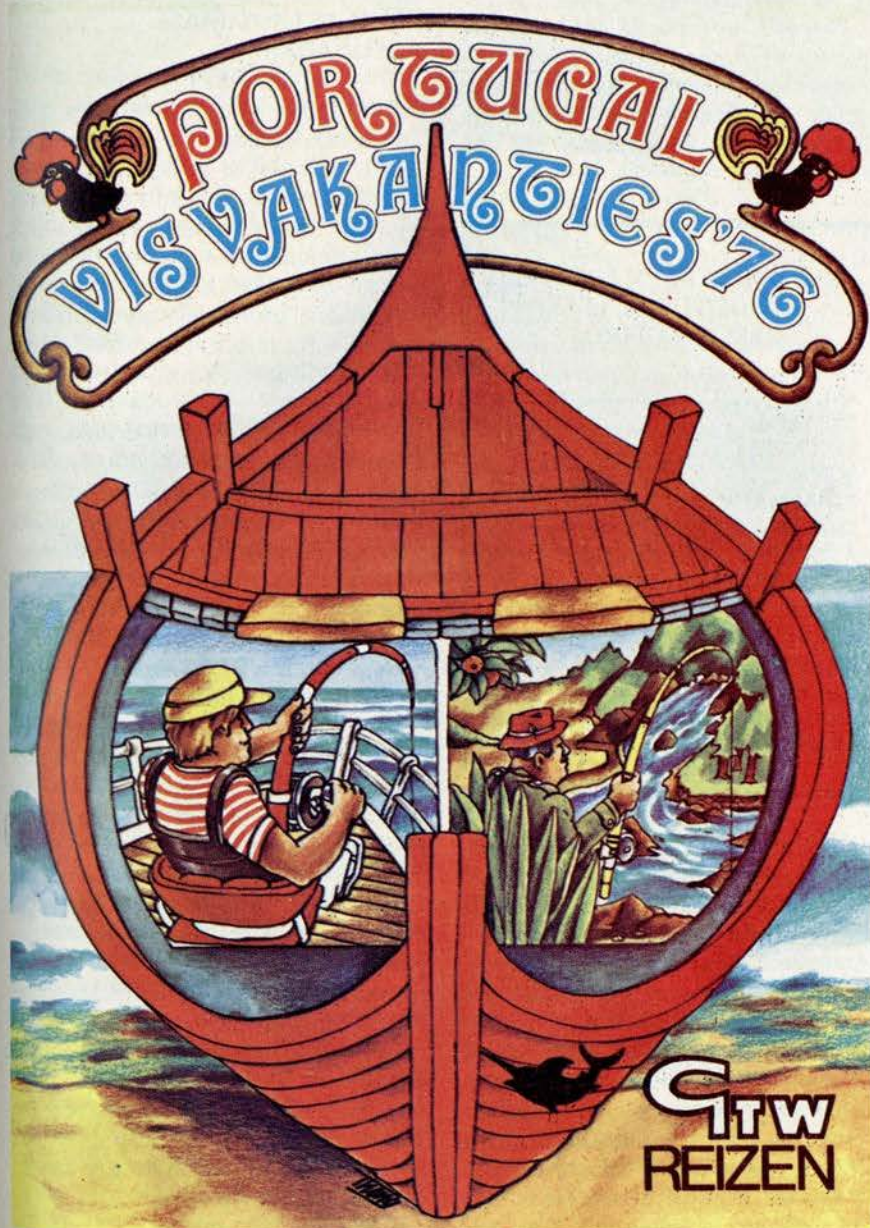
Também não é de esperar que o actual Gabinete, apenas com mais um mês e pouco de vida, se resolva a tomar medidas solventes do problema — necessariamente impopulares, já que nem a todos podem contentar.

Cabrá ao próximo elenco governativo — o primeiro não-provisório desde há dois anos — tomá-las, com todo o cortejo de críticas que acarretarão. Entretanto, enquanto Maio corre, muita coisa há-de mudar, muitas situações se hão-de ajustar: há uma movimentação contínua, disposta a não parar. Mas isso é o que a seguir se verá. M. R. F.



## AGITAÇÃO E INSEGURANÇA RESPONSÁVEIS PELA CRISE

Estabilidade política, paz social, infra-estruturas adequadas: condições primeiras para o debelar da crise que o turismo atravessa em Portugal.



Turismo, a segunda indústria nacional (depois da construção civil), se atendermos ao volume da mão-de-obra que emprega, a primeira a nível de divisas. Doze milhões de contos em 1974, apesar de tudo.

Menos afectado do que outros pelo 25 de Abril foi o mercado holandês, onde 8 milhões e 500 mil indivíduos dos seus 14 milhões fazem férias, 50 por cento dos quais no estrangeiro. Onde 93 por cento dos candidatos a turista procuram o sol, que nos sobra; onde 86 por cento procuram o mar, que não nos falta.

O ano de 1975 — de Janeiro a Dezembro — enviou a Portugal 39 510 turistas holandeses, o que significa um aumento de 5,5 por cento em relação a 1974, total computado em 37 402 visitantes. Se exceptuarmos a Finlândia, cujo fluxo turístico para o nosso país subiu 9 por cento — percentagem, aliás, extremamente pouco significativa em termos absolutos, já que representou apenas 10 436 turistas —, todos os outros países europeus baixaram consideravelmente as suas percentagens, em números que oscilam entre 6,5 por cento — caso da Itália — e 51,3 por cento — a Irlanda —, seguida de perto pela Suíça, com 40,2 por cento de turistas a menos.

Se a estes elementos acrescermos o facto de que a estadia do turista holandês é, em média, de 14,2 dias — número apenas ultrapassado pela Alemanha, pelo Canadá e pelo Brasil, este com o recorde de 15,7 dias —, ao mesmo tempo que, em termos de alojamento, ocupa o quinto lugar no mercado turístico português, apesar da sua população de apenas 14 milhões, teremos a verdadeira dimensão do mercado holandês em relação ao nosso turismo.

Sobre alguns dos problemas premen-



tes do turismo em Portugal, sobre a sua incidência, muito particular, no mercado holandês, ouvimos o dr. António Sarmiento Pinto, director do Centro de Turismo de Portugal na Holanda, funções que exerce cumulativamente com as de adido comercial à Embaixada.

Ainda que a maior parte dos mercados turísticos tenham sofrido, após o 25 de Abril de 1974, relativamente a Portugal, uma quebra brutal, não foi esse, afinal, o caso da Holanda. Antes pelo contrário, este país no ano de 1975 conseguiu subir, em termos bastante significativos, o seu fluxo turístico no nosso país.

Naturalmente que muitos factores negativos se mantêm, dificultando sobremaneira todas as iniciativas. O turismo é uma matéria muito sensível, que pressupõe a reunião de variadíssimas condições estruturais e conjunturais. A primeira das quais é, sem dúvida, a estabilidade política. No decorrer do ano passado, quase todos os dias Portugal foi notícia de "caixa" na Imprensa estrangeira: todas as perturbações da ordem pública, todas as convulsões sociais foram reproduzidas, corrigidas e aumentadas pelos órgãos da Comunicação Social holandeses, como pelos de todo o mundo. A bomba que rebentava em Lisboa podia não causar danos pessoais, às vezes nem materiais; a rajada disparada para o ar, no decorrer de manifestação menos ordeira, podia nem sequer assustar os pombos de Lisboa. Nós éramos, mesmo assim, primeira página na Europa. Sobre nós — órgãos de representação de Portugal na Holanda recai toda a espécie de perguntas, pedidos de esclarecimento e, tantas vezes, cancelamento de reservas. O turista holandês, como o de todo o mundo, quer visitar países onde possa ter uma vida tranquila. E o turista holandês passou a interrogar-se sobre a possibilidade de sossego nas suas férias portuguesas.

## QUARENTA MIL HOLANDESES EM 1975

O mercado turístico holandês não é, como tantas vezes se pensa, um apêndice do Benelux. Antes tem uma existência perfeitamente autónoma, tão

importante que deveria ser objecto de particular atenção e carinho. Não é o que tem acontecido, infelizmente, e os assuntos que se lhe referem têm sido postergados para um segundo plano injusto, marginalizante.

No entanto 14 milhões de habitantes pode parecer, à primeira vista, um mercado demasiado pequeno para merecer muita atenção.

Um raciocínio baseado nos dados populacionais da Holanda resulta, a meu ver, totalmente falso. Penso, pelo contrário, que a este país pertence uma das taxas mais elevadas, em termos de interesse turístico. Recorde-se que 30 por cento dos seus habitantes faz férias no estrangeiro.

Portugal, no ano de crise turística que foi 1975, recebeu cerca de 40 mil holandeses. Holandeses que fazem férias de permanência calculada em 14,1 dias, não sendo, pois, turistas em trânsito.

### PERMANÊNCIA EM PORTUGAL DE TURISTAS ESTRANGEIROS

PAÍSES	DIAS
JAPÃO .....	6,4
ESPAÑA .....	6,6
FINLÂNDIA .....	9,8
SUIÇA .....	10,9
DINAMARCA .....	11,1
SUÉCIA .....	11,5
ÁUSTRIA .....	11,9
BÉLGICA .....	12,4
EUA .....	12,7
REINO UNIDO .....	13,5
HOLANDA .....	14,1
ALEMANHA .....	14,9
CANADÁ .....	15,2
BRASIL .....	15,7

Holandeses para quem essas férias são muito importantes. De tal forma que, no plano das melhorias sociais, se prevê, a curto prazo, o aumento do período de férias, em lugar de um aumento salarial.

Portugal reúne as melhores características para um intenso desenvolvimento turístico: clima ameno distribuído por paisagens muito belas e variadas, um índice de poluição bastante baixo, população hospitaleira, desejosa de agradar — principalmente a tudo o que venha de fora! — hotéis bem ape-

trechados material e pessoalmente e, acima de tudo, o sol e o mar, os seus quilómetros de praias de areia fina, onde é possível nadar e "torrar" ao sol que escasseia na maior parte dos países de origem dos eventuais turistas.

Inquéritos feitos recentemente mostram, aliás, serem estes dois últimos os principais móveis para o turista dessa Holanda cizenta, de árvores cobertas de musgos e líquenes e de mar tão cinzento como todo o ambiente que o rodeia.

Por alguma razão se diz na Holanda que "o Verão aconteceu a uma quarta-feira"...

### FALTAM INFRA-ESTRUTURAS ADEQUADAS

Mas todas as razões naturais com que fomos dotados, de peso que elas sejam, necessárias, indispensáveis, não são suficientes ao fomento da indústria turística, que é, como se sabe, a primeira nacional sob o ponto de vista de entrada de divisas. É preciso que infra-estruturas adequadas acompanhem, possibilitem, ampliem aquelas. E é isso o que não sucede, na maior parte dos casos.

O nosso Centro de Turismo, por exemplo, a nossa sala de visitas na Holanda, o que deveria ser a antecâmara nesta terra, o que deveria dar, desde logo, uma imagem prestigiosa do nosso país, não pode ter piores instalações quer sob o ponto de vista profissional quer sob o ponto de vista da pura e simples dignidade humana.

Este problema arrasta-se há cerca de treze anos. Eu sou director do Centro apenas há um ano. Na primeira viagem que fiz à Holanda, estando ainda em curso a minha nomeação, o assunto que apresentei como prioritário ao actual secretário de Estado do Comércio Externo foi, precisamente, o da necessidade de mudança urgente de instalações. O actual Centro não tem, sequer, as condições mínimas de funcionalidade. Como consequência, naturalmente, uma enorme desmotivação em relação ao trabalho a fazer, assim como toda uma série de problemas práticos: a recepção do público, nacional e estrangeiro, os contactos com as agências de turismo locais, etc.

Contactos esses que são, é evidente,





António Sarmento-Pinto:  
"Fomentar o turismo não  
pode confundir-se com ma-  
caquear, com desnacionali-  
zar"

"Incertezas deste tipo es-  
tão na origem de muitos  
cancelamentos de reservas  
que, infelizmente, têm vin-  
do a verificar-se"



tarefa essencial e prioritária nas funções de qualquer Centro de Turismo.

Eu acumulo a direcção do Centro com a chefia da delegação comercial à Embaixada. Por esta razão, tenho podido desviar para a delegação do Fundo de Fomento, instalada em Haia, a maior parte desses contactos, que, de outro modo, não teria condições para estabelecer.

Naturalmente que graves problemas se têm anteposto, de resolução ainda mais urgente, sobretudo no período difícil que vimos atravessando. Mas espero que o problema tenha ficado finalmente resolvido, na reunião que tive, no decorrer do mês de Abril, com o director-geral do Turismo, dr. Cristiano de Freitas.

Teremos, por fim, turismo português trabalhado, fomentado e exposto, em Centro de Turismo de Portugal. A instituição certa para um certo trabalho.

Quando isso tiver acontecido — brevemente, assim o espero — um grande passo se terá dado.

Mas outros problemas candentes continuam a pôr-se: um, bem importante, diz respeito à língua natal do país em que pretendemos singrar. A Holanda, no nosso caso.

Na Holanda quase toda a gente fala inglês. Pelo menos, raros são os que não compreendem aquela língua. Mas o vocabulário suficiente para um contacto eficaz não é, naturalmente, uma segunda língua.

Se pretendemos atingir objectivos promocionais, é necessário, mesmo in-

dispensável, dirigirmo-nos ao holandês na sua própria língua. Aliás, o que se faz por todo o lado. Ainda há bem pouco tempo, visitei, aqui, uma importante exposição comercial ligada à indústria petrolífera. Todas as informações — cartazes, filmes, folhetos de propaganda — eram redigidos, invariavelmente, em inglês e em holandês. Isto apesar de o inglês ser acessível a todos, sobretudo no meio altamente especializado em que nos movíamos.

Pela nossa parte temos feito o possível — sinto-me mesmo tentado a dizer o impossível —, editamos um boletim mensal, totalmente redigido em holandês, com uma tiragem que roda os 1000 exemplares, o qual é distribuído por todas as agências de viagens e "tour-operators". Um esforço grande que, no entanto, precisa de outras iniciativas congêneres a acompanhá-lo, num mundo de problemas que neste momento crescem aos da instabilidade social e política de que falámos no início.

#### GRANDE NÚMERO DE CANCELAMENTOS

A maior parte das perturbações, dos acontecimentos "menos calmos" relatados — e tantas vezes deformados — pelos órgãos de Informação mundiais dizem respeito, contudo, no que se refere a zonas turísticas por excelência, à região de Lisboa.

Por essa razão, penso que, relativamente ao ano de 1976, os dois destinos turísticos a oferecer de preferên-

cia ao mercado holandês, são o Algarve e a Madeira. E, quanto a estes, parece-me ser agora o momento da grande ofensiva turística. Explico porquê: o destino mais vendido à Holanda — se exceptuarmos os países limítrofes, de acesso rápido e económico — é a Espanha. A Espanha representa cerca de 6 a 7 por cento do turismo holandês, na base de uma intensa campanha de suporte mantida pelas agências de viagens holandesas.

No que se refere a destinos estrangeiros, é a Espanha o país mais popular em termos de "package holidays", isto é, férias em cujo preço estão incluídos, além da viagem, vários serviços: hotel, transportes a partir do aeroporto, excursões guiadas, etc. À Espanha segue-se a Alemanha Ocidental, a França, a Áustria, a Bélgica e o Luxemburgo. A Espanha representou, em 1975, cerca de 6 por cento do turismo holandês, enquanto a Portugal coube, apenas, pouco mais de 1 por cento.

Mas a agitação política, o clima de insegurança que, entretanto, se tem espalhado pelo País, são responsáveis por grande número de cancelamentos de reservas, pondo em grave risco inúmeras agências, sobretudo as de menor recurso.

Naturalmente que Portugal tem uma grande dificuldade de penetração, a nível dos grandes "tour-operators", na concorrência com a Espanha, uma vez que a nossa oferta é extraordinariamente insignificante. Mas, por outro lado, no mercado holandês começa a existir uma forte dose de saturação em



relação aquele país-destino. Torremolinos, Benidorm, todos aqueles grandes armazéns de turistas tornaram-se, por gastos, muito menos sugestivos.

Como alternativas possíveis, outras agora: a Grécia e a Tunísia. Só que, países sem infra-estruturas turísticas de pequena capacidade hoteleira e escassos quilómetros de praia.

Não é isso o que o turista quer. O desejo de vida exclusivamente tranquila, de solidão, está provado que, salvo raríssimas excepções, acaba após as primeiras 48 horas em ambientes desse tipo. Logo surgem necessidades de contactos, de variar, de divertimento. Quantas vezes, aqui no Centro, recebemos pedidos de férias "retiradas". No regresso, a inevitável reclamação: que não havia nada que fazer, que as férias se fizeram para distrair...

Portugal é a outra alternativa possível. E que temos nós para oferecer? Como destino, porque mais longe, porque superior a tarifa aérea, somos mais caros do que a Espanha, para o turista holandês. Temos o sol, temos o mar, tal como os outros. Que mais?

Há o Algarve, conhecido, celebrado. Onde há bons hotéis, vilas mais luxuosas e menos luxuosas. Onde há "boîtes" e casinos, golfe e cavalos. Apartamentos. Casinhas. Casas.

Temos, de facto, o Algarve. Com mais estruturas do que qualquer outro local. Mas o turista desloca-se ao Algarve, com dois, três filhos e aluga uma vila, menos dispendiosa que o hotel. Começa, então, o problema do abastecimento: o leite, base da alimentação das suas crianças, é racionado; manteiga, só por especial favor; carne, mesmo de qualidade média, não encontra. Se quer ovos, compreende do português que conseguiu traduzir, que as galinhas entraram em greve de zelo. No fim das duas semanas, cansado de frangos assados à moda da Holanda, conta aos seus vizinhos de Haia, de Amsterdão, de Leiden, que, no próximo ano, passará férias... noutra sítio.

## REFUGIADOS NOS HOTÉIS: UM PROBLEMA GRAVÍSSIMO

E o turismo português, a menos que medidas urgentes façam face a estes problemas, uma vez mais será a grande vítima.



"Foram já tomadas, a nível oficial, medidas tendentes a solucionar o problema da permanência dos refugiados nos hotéis. Mas se tal não vier, na prática, a suceder?"

Vítima destes e de outros aspectos. Evitáveis ou inevitáveis. E, neste capítulo dos inevitáveis, surge um gravíssimo problema, mais intenso no que diz respeito à zona de Lisboa: a ocupação dos hotéis pelos refugiados do Ultramar. Este problema torna-se, aliás, de uma gravidade extrema no que diz respeito aos grandes "tour-operators", os quais funcionam, não com 20 ou 50 quartos, mas na base da grande capacidade hoteleira, de resto, a única forma de vender turismo que hoje pode interessar.

O "tour-operator" organiza o seu programa, com muitos meses de antecedência, o que pressupõe, naturalmente, no momento das reservas, a garantia de acomodações e de condições hoteleiras adequadas.

Foram já tomadas, a nível oficial, pelo menos no que diz respeito a hotéis de 4 e 5 estrelas, medidas tendentes a solucionar o problema, pela desocupação, a curto prazo, desses hotéis. Mas se tal não vier, na prática, a suceder? Se o estabelecimento assumiu determinados compromissos perante o "tour-operator" e não puder cumpri-

los? Como dar prática a uma capacidade de ocupação que se tornou impossível?

Incertezas deste tipo estão na origem de muitos cancelamentos de reservas que, infelizmente, uma vez mais, para o turismo nacional, têm vindo a verificar-se.

De resto, e já independentemente da capacidade de alojamento, a óptica sob a qual o turista estrangeiro — se chegar a vir — encara a alteração de condições que a unidade hoteleira lhe oferece, com base na cedência de parte das suas instalações a refugiados de África, é totalmente diferente da de um português posto perante condições idênticas.

Refere-se às alterações no serviço, resultantes de uma superlotação: pior qualidade, menor eficiência e rapidez, reflexos inevitáveis de vária ordem.

Sobre isso, demasiado se tem especulado. Caricaturado, até. Eu próprio, aqui em Lisboa, estou alojado num hotel onde existem muitos retornados. Nunca encontrei os vestíbulos transformados em parques infantis nem os corredores armados em estendais.

De qualquer modo, em relação às consequências menos agradáveis que dessa ocupação possam resultar, o que não há dúvida nenhuma é que eu, como português, conhecedor dos inúmeros dramas, das imensas tragédias que a situação, em si, comporta, posso, naturalmente, encarar todas elas com um espírito, uma compreensão totalmente diferentes da de um estrangeiro, a quem o assunto nada diz, excepto que não está instalado tão comodamente como desejava, esperava e pagou; que espera, em resumo, apenas o cumprimento das condições contratuais que lhe são devidas.

## PEDRAS RUBRAS: O "CAIS" DO ROCAMBOLESCO

Apesar de tudo — tantos óbices e dificuldades — o mercado turístico holandês conseguiu, em 1975, um aumento de 5,5 por cento em relação a 1974, ao contrário do que aconteceu com a maioria dos países europeus.

E estou convencido de que é perfeitamente possível aumentar em cerca de 50 por cento esses números, se, como disse, a estabilização política e social o permitir.



Melhoradas as condições infra-estruturais, possibilitadas as condições conjunturais, nada obsta que a curva turística holandesa para Portugal, continue a mostrar-se ascendente e bastante pronunciada.

A própria análise macroeconómica feita na Holanda, pela Central Planning Agency relativamente ao período 1976-1980, é de molde a admitir que não há razão para pessimismo, continuando o florim moeda forte. Não existem, de resto, elementos que deixem prever a recessão.

### DIMINUIÇÃO DO FLUXO TURÍSTICO A PORTUGAL

(1974-1975)

PAÍSES	DIAS
ITÁLIA .....	6,5 por cento
BÉLGICA .....	10,4 por cento
ALEMANHA .....	14 por cento
DINAMARCA .....	15 por cento
FRANÇA .....	22,1 por cento
R. UNIDO .....	25,7 por cento
ESPAÑA .....	26,8 por cento
AÚSTRIA .....	34 por cento
SUIÇA .....	40,2 por cento
IRLANDA .....	51,3 por cento

Na posse de dados tão satisfatórios, o Centro de Turismo de Portugal na Holanda faz os seus planos...

Que, neste momento, visam, em particular, a Costa Verde, ou seja, o que, em termos de turismo significa a região de Espinho, Ovar, o Norte de um modo geral, destinada a um mercado diferenciado.

Nesta região, o problema turístico assume aspectos muito complexos, porque é uma zona de condições climáticas mais instáveis: esgotadas as possibilidades dos belos passeios em que toda a costa é fértil, se o bom tempo acaba, que fazer?

Quanto a mim, impunha-se aqui a existência, a nível regional — já que as unidades hoteleiras no Norte são muito pequenas — daquilo a que, em turismo, se chama o “animador de zona”. Este, dotado de capacidade, conhecimentos e criatividade suficiente, será o organizador de toda a espécie de programas, do mesmo modo que terá por missão apontar, a nível superior, as falhas existentes, sugerindo, ao mesmo

tempo, forma de as suprir. Assim, a necessidade de campos de golfe — voltamos ao Norte — e de Casinos em funcionamento. Assim, toda uma gama de actividades organizadas, passíveis de escolha. Assim, a organização de itinerários de beleza paisagística.

Sendo a pesca desportiva grande aliciante para o mercado holandês, de tal forma que certos países, como, por exemplo, a Irlanda, baseiam quase toda a sua promoção turística, na Holanda, naquele desporto, fizemos, também, um plano nesse sentido, abrangendo, além da Costa Verde, as zonas de Sesimbra e Sagres. Mas aqui voltamos a esbarrar na falta de estruturas de apoio. Como propagandear a rica fauna marítima das nossas águas, quando o turista-pescador, à partida, não encontra meios — material, isco, pesqueiros demarcados — para a prática do seu passatempo favorito?

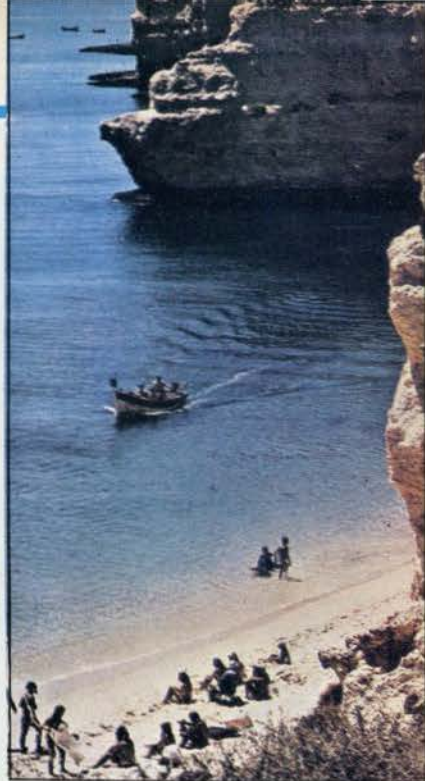
### NÃO VENDEMOS UÍSQUE COMO NÃO VENDEMOS VINHO

Ainda na bela região nortenha, não posso esquecer o principal “cais” que a serve: o aeroporto de Pedras Rubras. cenário das cenas mais rocambolescas: malas que caem do tapete rolante, — manifestamente insuficiente — malas que saem e tornam a entrar, sem que o seu legítimo proprietário tenha a mínima possibilidade de se apossar delas, ainda que as mire, entre desesperado e impotente, tão fraca é a possibilidade de se aproximar.

Turista, ou seja, férias, ou seja, busca de comodidade, do mais fácil, do mais agradável. Como resistir a tanta vicissitude?

A verdade é que não resiste mesmo. E, a não termos presente, como preocupação dominante, a simplificação do mínimo gesto, do menor esforço, do mais simples preencher do impresso aborrecido, muito, de certo, se perderá. Muita receita, muita divisa — o objectivo, afinal, de todos esses esforços conjugados que dão pelo nome de fomento turístico.

E fomentar o turismo, no que significa cedência aos hábitos do estrangeiro — o cliente — não pode confundir-se com macaquear, com desnacionalizar. Tão-somente criar condições de estadia agradável, promotora de outras



estadias num país diferente, que é o nosso.

O turista tem hábitos de consumo próprios, logo, é errado, a todos os níveis, tentar modificá-los. Antes encontrar uma plataforma de entendimento que sirva os interesses mútuos.

O turista holandês, por exemplo, tem o hábito inveterado do aperitivo antes da refeição. Nós temos excelentes vinhos. Natural é, pois, que os promovamos. Mas se a sua bebida é, normalmente, o uísque, antes do jantar, ele querará continuar com o uísque. Um bar caríssimo, quase proibitivo como é o nosso, apenas terá, como consequência imediata, a retração relativamente a qualquer consumo. Não venderemos uísque. Como não venderemos vinho.

Na Holanda, o problema do bar foi resolvido, quanto a mim, de uma maneira muito hábil: nos locais eminentemente turísticos algumas bebidas, nomeadamente o uísque, sofrem isenção ou, pelo menos, redução tributária substancial.

E as divisas entram, a fonte de receitas aumenta. Hoje, 12 milhões de contos, no total. Amanhã, um total muito superior, assim esperamos. Mais uns tantos portugueses empregados. Um desequilíbrio menor na balança de pagamentos. Um nível de vida melhorado para 8 milhões. Um Portugal de rosto menos crispado. ●

MANUELA DE SOUSA RAMA





## CRIMES SEM CASTIGO

A criminalidade aumenta. O número de processos que deram entrada na Polícia Judiciária em 1975 era superior em mais de um quarto ao do ano anterior. Por sua vez, os valores relativos a 1974 já haviam sofrido um incremento semelhante face aos de 1973.

A opinião pública preocupa-se com os casos mais graves, ou melhor, com aqueles que são mais chocantes. Fala-se muito nas violações, nos assaltos, nas quadrilhas bem organizadas e melhor armadas, nos atentados bombistas.

Mas, para além disso, há uma questão que se põe e que precisa de ser tratada: qual a impunidade do crime e em que medida é que esta tem alastrado, principalmente no período de dois anos que decorreu desde o 25 de Abril? De facto, está de certo modo

divulgada a ideia de que a Polícia não actua e de que a lei não é aplicada.

Uma primeira constatação a fazer, partindo dos dados que nos é possível reunir para o efeito, reside no facto de que a impunidade se mantém ou alastra precisamente nos casos que podem ser classificados de menos graves. Quer dizer: os tipos de crime que mais têm alertado a opinião pública pela novidade e gravidade que revestem, têm caído, na generalidade, debaixo da alçada da lei.



## MOVIMENTO DE PROCESSOS NA POLÍCIA JUDICIÁRIA

ANO	PROCESSOS PENDENTES DO ANO ANTERIOR	PROCESSOS ENTRADOS	TOTAL	PROCESSOS DESPACHADOS	SALDO (processos que transitam para o ano seguinte)	OBSERVAÇÕES
1973	22 734	50 253	72 987	42 426	22 561	No final do ano havia menos processos pendentes que no início
1974	22 561	64 323	86 884	43 993	36 632	Atente-se no significativo acréscimo de processos entrados
1975	36 632	81 622	118 254	40 082	69 354	Grande acréscimo de processos entrados e diminuição do número de processos despachados

Passemos, então, uma rápida vista de olhos sobre os tipos de crime com maior margem de impunidade.

**Vigarice e roubo de carteiras.** Caso muito comum. As prisões são às dezenas. A Polícia tem os seus autores "sob contróllo", isto é, são quase todos conhecidos das autoridades.

A dificuldade reside na frequente falta de provas — geralmente não há testemunhas, é a palavra do roubado (ou do polícia) contra a do ladrão, o que é insuficiente. Daí a grande margem de impunidade que, só por si, constitui um encorajamento à persistência na prática do crime.

A Polícia tenta actuar pondo o acento nas medidas de carácter preventivo. Coloca agentes em locais muito frequentados pelos carteiristas. É o jogo do gato e do rato. Os polícias conhecem os ladrões e vice-versa. Ambos se vigiam mutuamente. O agente só actuará, evidentemente, se apANHAR o ladrão em flagrante delicto.

**Prostituição.** Em franco crescimento. A Polícia e os tribunais actuam com uma certa benevolência, pois há a consciência de que são casos sociais, que exigem uma solução de tipo apropriado.

Apesar disso, a culpabilidade é difícil de ser estabelecida, uma vez que também requer provas.

A Polícia procede a capturas com uma certa frequência. Geralmente, tenta fazer com que as prostitutas sigam os seus conselhos de regeneração, o que é manifestamente ineficiente. Como regra, só se envia a prevaricadora a tribunal depois de várias passagens pela Polícia.

O Tribunal de Execução de Penas actua através de medidas de segurança — proibição da ré frequentar os bares e obrigatoriedade de apresentação regular às autoridades.

**Vadiagem, proxenetismo, rufiagem.** A lei é muito benigna, quando não omissa, na repressão destes casos.

Devido ao aumento do desemprego e à fraca estrutura de apoio e socorro aos desempregados, o número de vadios têm aumentado substancialmente nos últimos tempos.

No caso dos proxenetes, o aumento do seu número anda de mãos dadas, naturalmente, com o aumento da prostituição. Não se trata, contudo, de um acréscimo proporcional, uma vez que esta "actividade" é selectiva. É fre-



Crime de morte em Bemposta. Enquanto as investigações se estendem, os delitos multiplicam-se

quente encontrar indivíduos de hábitos requintados, que não gastam menos de 500\$00 por dia nas suas refeições e que vestem nos mais caros alfaiates de Lisboa, mas que vivem à custa de mulheres.

É muito difícil reunir provas de que estes indivíduos obtêm o dinheiro de uma forma ilegal.

**Especulação com bilhetes de espectáculos.** Embora se trate de uma forma de "crime menor" e tenha consequências limitadas, está generalizada.

A lei proíbe este tipo de especulação mas não estabelece a pena. Os especuladores são presos e entregues à Inspeção-Geral das Actividades Económicas. Esta solta-os por falta de instrumentos legais para a necessária acção.

Há aqui que considerar uma certa complicitade do público ao aceitar esta ilegalidade por sua própria conveniência, contribuindo, assim, para que ela floresça.

**Delinquência juvenil.** Eis uma forma de criminalidade que se encontra em crescimento acelerado e cuja impunidade é clamorosa e de difícil resolução no quadro da nossa sociedade.

Recentemente tem surgido com frequência a manipulação dos jovens delinquentes por adultos que tentam explorar a impunidade que impera neste campo para se apoderarem do fruto do roubo. Os jovens são instruídos e, a troco de uma verba, executam "o trabalho".

Há um caso particularmente típico: um jovem com idade inferior a 16 anos somou a bonita quantia de 27 prisões por furto no prazo de um ano. Como é



menor, a Polícia não o pode manter sob prisão.

O tribunal costuma ser benigno nestes casos. Há o reconhecimento de que manter os delinquentes juvenis presos significa muitas vezes contribuir para lhes fornecer uma escola completa de "métier" que eles absorvem pela companhia em que se encontra na prisão.

## TERRENO LIVRE

Todos estes tipos de criminalidade que se manifestam com uma grande margem de impunidade poderão sofrer uma "recessão", caso a crise económica (e particularmente o desemprego) recuem das proporções muito elevadas que atingiram. A vadiagem, a prostituição, a vigarice, têm terreno livre para se multiplicar nas actuais condições de crise e desemprego.

Mas o problema de margem de impunidade não se resolve directamente com medidas de recuperação económica. Aqui entram factores de ordem jurídica e social que terão de ser analisados e encarados de "per si".

A benignidade ou omissão das leis vigentes relativamente ao roubo (carteiristas), à especulação com bilhetes de espectáculos e ao proxenetismo pode ser resolvida através da formulação de leis mais severas que contribuam para a repressão da criminalidade.

No entanto, chocamos aqui com aspectos de ordem social que não podem ser destacados arbitrariamente do problema, tanto mais que o enquadram, determinando a sua resolução. Isto ressalta tanto mais nos casos da delinquência juvenil e da prostituição. A implacabilidade das leis e da repressão não terá um efeito positivo — só

poderão ser comparadas, afinal, ao tipo de actuação vigente no regime fascista.

De que serve encarcerar um carteirista se ele, quando liberto, continua a roubar, porque não tem hábitos de trabalho, porque a sociedade recusa sistematicamente trabalho a cadastrados, porque, na cadeia, há todo um ambiente contrário à recuperação, etc.?

De que serve reprimir as prostitutas, se não há estruturas que permitam o seu combate efectivo, possibilitando a recolocação profissional das mesmas e a necessária reeducação?

Daí que, neste contexto, a existência de estruturas democráticas, não incentivará a impunidade do crime nem a criminalidade; pelo contrário, trará condições para a sua limitação. E isso acontece na medida em que as forças políticas que se encontram em posição

## CHUMBO Causa inesperada da delinquência

O chumbo absorvido durante a infância: eis uma causa recém-descoberta, entre todas a mais inesperada, da violência no mundo.

Há muito que se sabia dos efeitos nocivos do chumbo na saúde do homem. Mas que exista uma relação directa entre a percentagem de chumbo no sangue e a delinquência — principalmente a juvenil — é uma verdadeira revelação, assaz inquietante, confirmada por investigadores de vários países. Para que a demonstração resulte clara, observe-se o problema ponto por ponto.

O chumbo encontra-se, em primeiro lugar, no ar que respiramos: no decurso dos últimos 50 anos, a poluição atmosférica pelo chumbo tem aumentado constantemente nos países industrializados. Na opinião de Louis Truffert, membro do Conselho Superior de Higiene Pública de França, esta poluição resulta especialmente dos fumos industriais e, em 80 por cento, dos gases dos escapes, uma vez que se mistura chumbo à gasolina como antidetonante.

Mas também se encontra chumbo nos locais pintados com tinta de alvaiade (carbonato de chumbo), proibida em alguns países, e na água que passa por ca-

nalizações de chumbo! em Glasgow, na Escócia, em 1975, a água saturada desse metal, foi responsabilizada pelo atraso mental de 77 crianças daquela cidade. E em Birmingham, na Inglaterra, só este ano um crédito de 25 milhões de libras permitirá a substituição da canalização de chumbo, utilizada pelas casas de renda económica.

O segundo facto importante a apontar é a vulnerabilidade especial das crianças: enquanto, no adulto, 20 por cento do chumbo inalado é efectivamente absorvido, esta percentagem sobe a 40 por cento, se se tratar de uma criança. O mesmo se passa com o chumbo absorvido por via digestiva: a dose máxima tolerada pelo homem é de 420 microgramas por dia, enquanto, na criança, não excede os 140. E este limite está praticamente atingido com os alimentos sólidos e líquidos absorvidos quotidianamente.

A partir destes limites, basta que uma criança inale uma dose suplementar ou meta na boca um objecto apanhado no chão. Por exemplo, um pão contém 0,05



É nos bairros pobres que os efeitos do chumbo inalado pelas crianças mais se faz sentir

microgramas de chumbo por grama; mas um bocado de pão apanhado no chão contém de 10 a 30 microgramas. Este facto foi comprovado pela bióloga Cather-



de constituir a base do actual poder de Estado têm no seu programa medidas que acarretarão uma certa melhoria das condições sociais.

Há um outro tipo de crimes que, com o 25 de Abril, sofreu (esse sim) um impulso notável — os atentados bombistas, que atingem cifras preocupantes: durante o ano passado registaram-se 260 rebentamentos.

A impunidade, até ao momento, pode classificar-se de total: o crime persiste e a Polícia manifesta dificuldade em lhe pôr cobro.

Não estamos aqui, propriamente, face a uma situação derivada directamente (nem tão-pouco indirectamente) de factores comuns àqueles que se destacaram nos casos anteriormente referidos.

A criminalidade bombista surte das

forças que se opõem, claramente, à democracia. Trata-se, portanto, de um problema político, que exige uma investigação devidamente orientada.

A Polícia refere as inúmeras dificuldades que tem neste campo, colocando a tónica na falta de quadros e na precariedade dos meios de que dispõe.

Aqui toca-se em questões importantes, que são as estruturas e a actuação da Polícia — atacada por certos sectores que a acusam de indiferença e por outros que a acusam de utilização de “métodos fascistas” de repressão. O seu papel na repressão da criminalidade sofreu, evidentemente, uma adaptação derivada das alterações surgidas com a queda do fascismo e as estruturas e objectivos que lhe sucederam. Há, contudo, forças antidemocráticas que jogam decididamente na paralisação da acção da Polícia quando se torna ne-

cessária a actuação desta para reprimir ataques às liberdades democráticas, utilizando para tal a injúria. É a tática de ladrão que grita: “Agarra que é ladrão.” E através da demagogia, da mentira e da chantagem, a acção da Polícia é de facto travada.

Outro problema relaciona-se com a questão das estruturas e dos quantitativos da Polícia. É evidente que uma Polícia bem equipada poderá actuar de uma forma mais eficiente e, no que diz respeito aos atentados bombistas, poderá, através de uma vigilância superior, contribuir mais eficazmente para a localização dos seus factores e do desmantelamento da impunidade que até aqui tem vigorado neste campo.

Tal como está, porém, a Polícia pouco pode fazer — e os crimes, grandes ou pequenos, continuam sem castigo. — J.M.



O chumbo: causa inesperada da violência no mundo

ne Jenkins, que estudou a poluição atmosférica pelo chumbo em Paris, utilizando pombos como “detectores-cobaia”.

Derek Bryce Smith, da universidade britânica de Reading, baseando-se nesta maior fragilidade das crianças, observa que, em primeiro lugar, os riscos de envenenamento são maiores nas zonas urbanas mais pobres — é nelas que os jovens vivem na rua — com maior proximidade de fábricas e fumos, ou nos bairros da lata onde a pintura, a maior parte das

vezes de alvaiade, se desfaz. A maior parte de delinquentes potenciais encontra-se precisamente nessas zonas porque — e esta é a segunda observação — a intoxicação pelo chumbo pode provocar perturbações nervosas do comportamento: dificuldade de concentração, fraco controlo dos impulsos, predisposição para um estado violento e agressivo. Esta opinião é confirmada por P.J. Landrigan, que publicou uma série de testes neurológicos e de inteligência realizados em El Paso, no Texas: todas as crianças com uma per-

centagem elevada de chumbo no sangue mostram uma irritabilidade maior, uma hiperactividade e comportamentos intelectuais mais baixos do que as normais.

Outras experiências ainda, realizadas em escolas dos bairros pobres de Filadélfia (onde, frequentemente, crescem futuros delinquentes), mostraram que 20 por cento das crianças negras apresenta uma elevada percentagem de intoxicação devida ao chumbo.

Em qualquer hipótese, não será senão um dos factores explicativos da conduta de certos delinquentes. Mas é uma hipótese fundamentada, como parece confirmar um inquérito efectuado por dois médicos suíços, os drs. Lob e Desbaumes, nas cadeias de Lausana: em 78 adultos detidos foi encontrada uma percentagem de chumbo equivalente ao dobro da existente na população da cidade, percentagem essa adquirida, pensam estes médicos, durante a infância.

Perante tais opiniões, o mínimo a aconselhar é prudência. E reduzir ao máximo o perigo de intoxicação, em especial, através da poluição atmosférica. A França tomou a decisão de baixar a taxa de chumbo da gasolina de 0,64 para 0,40 por litro, enquanto os americanos estão em 1,12 e os alemães decidiram baixar para 0,15 por litro. Neste domínio, pelo menos, o óptimo não é inimigo do bom.



**agora dupla suavidade  
na sua máquina normal...  
com...**

**SCHICK II**



gume 2

gume 1



Há muitos anos que você faz a barba com uma máquina de barbear do tipo clássico. Você habituou-se a usá-la e não vê razão, para substituí-la.

**lâminas  
gémeas**

A lâmina Schick II serve em qualquer máquina normal

Você tem uma barba rija, mesmo difícil de fazer. Mas conhece, certamente, os sistemas de barbear duplo da Schick. Eles utilizam, a lâmina dupla — a Schick II — uma verdadeira revolução no barbear.

Pois bem! Agora há uma lâmina Schick II, que serve na sua máquina normal. Você não precisa de uma nova máquina para começar a beneficiar de todas as vantagens do barbear duplamente suave que a Schick II lhe proporciona. Mesmo que você tenha os pêlos da barba bem duros.

A sua máquina é a mesma. A maneira de barbear, porém, é mais suave e mais eficiente. Schick II: dupla eficácia e dupla suavidade, sem precisar de mudar de máquina.

HORA - SA20176



vida  
mundial

separata

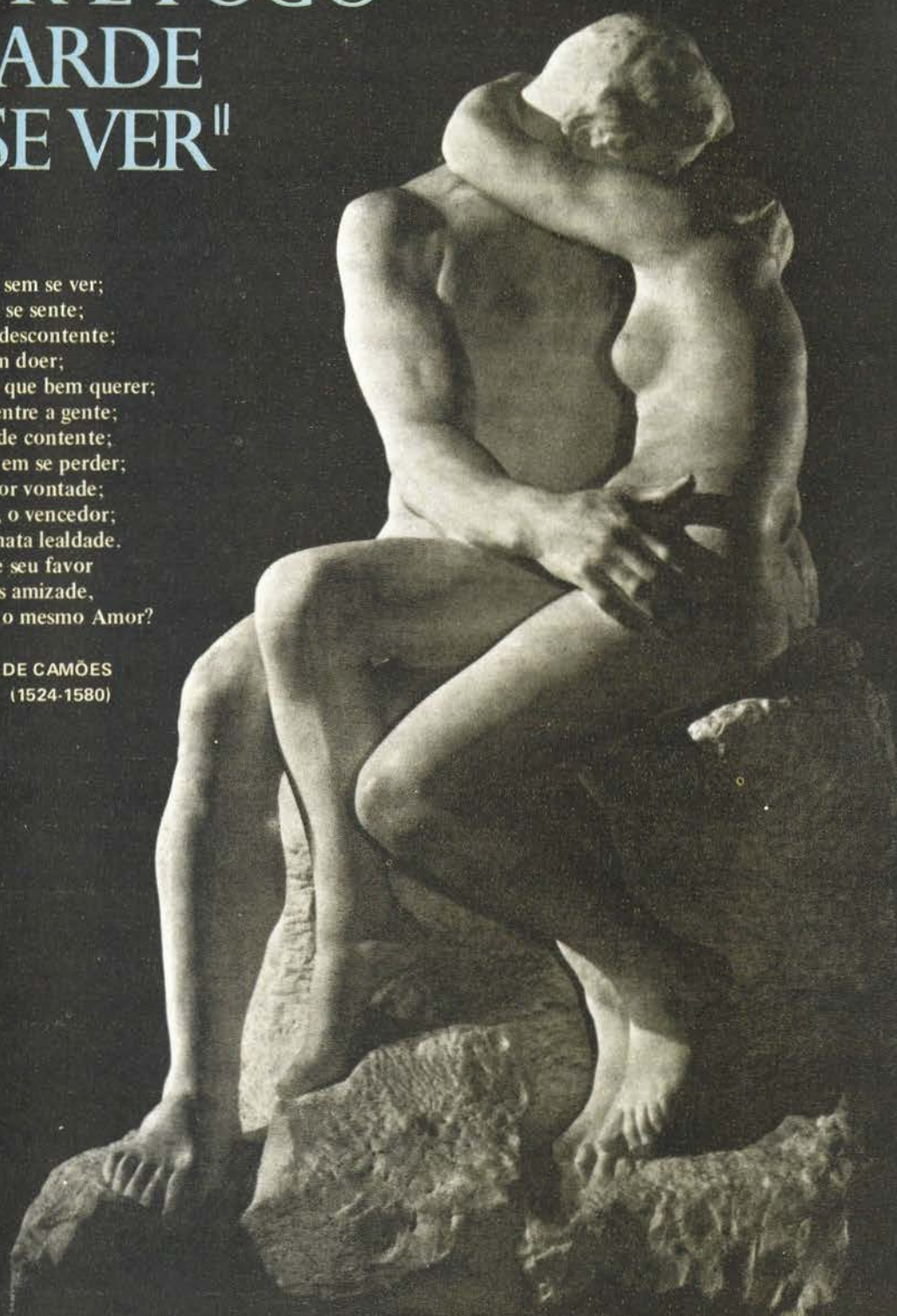
N. 1887 - 13/5/76

# "AMOR É FOGO QUE ARDE SEM SE VER"

## SONETO

Amor é fogo que arde sem se ver;  
É ferida que dói e não se sente;  
É um contentamento descontente;  
É dor que desatina sem doer;  
É um não querer mais que bem querer;  
É solitário andar por entre a gente;  
É nunca contentar-se de contente;  
É cuidar que se ganha em se perder;  
É querer estar preso por vontade;  
É servir a quem vence, o vencedor;  
É ter com quem nos mata lealdade.  
Mas como causar pode seu favor  
Nos corações humanos amizade,  
Se tão contrário a si é o mesmo Amor?

LUÍS DE CAMÕES  
(1524-1580)





# AMOR

## ... ESSE BEM INACESSÍVEL

Traço saliente do povo português, a sua vocação amorosa. Logo no raiar do nosso lirismo, afirmaram-se os portugueses como inextinguíveis poetas de amor.

A paixão desvairada de Pedro e Inês brilha como estrela de primeira grandeza na constelação dos grandes amantes universais.

A afectividade é a faceta predominante da fisionomia espiritual da gente lusófona.

Achamos, assim, que, um momento em que se procurou semear tanto ódio na nossa sociedade, tem significado construtivo trazer à luz esse sentimento tão arreigado na alma portuguesa.

### CANTIGA DE AMOR DE MESTRIA

Senhora que bem pareceis,  
se de mim vos recordasse  
Deus que vos fez e mandasse  
que do mal que me fazeis  
me fizésseis correção,  
quem dera, senhora, então  
que eu vos visse e agradasse.

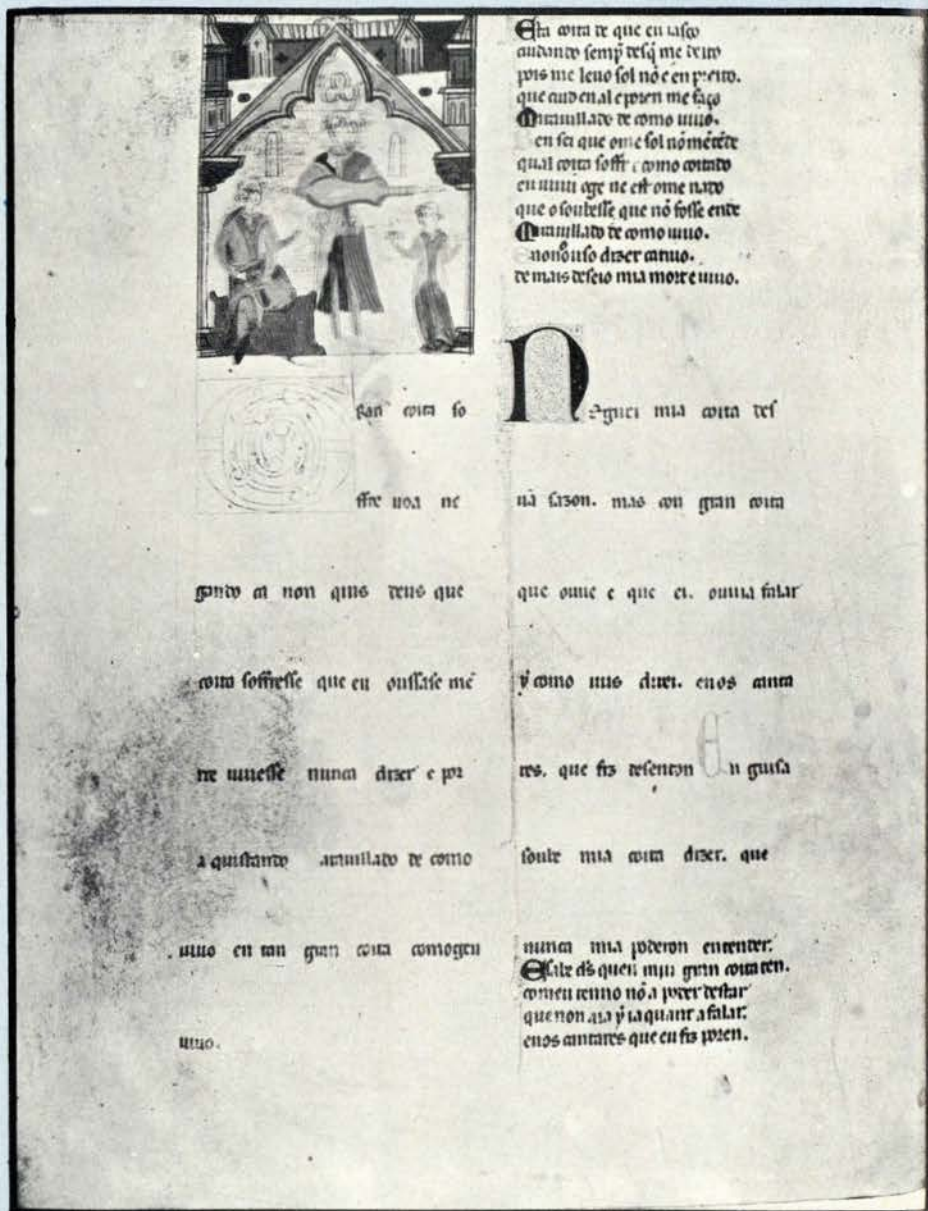
Ó formosura sem falha  
que nunca um homem viu tanto  
para meu mal e meu quebranto!  
Senhora, que Deus vos valha!  
Por quanto tenho penado  
seja eu recompensado  
vendo-vos só um instante.

Da vossa grande beleza  
da qual eu esperei um dia  
grande bem e alegria,  
só me vem mal e tristeza.  
Sendo-me a mágoa sobeja,  
deixai que ao menos vos veja  
no ano, o espaço de um dia.

D. DINIS (1261-1325)

(Versão actualizada de Natália Correia)

Página do  
*Cancioneiro da Ajuda*,  
livro onde se reúnem  
os primeiros poetas portugueses  
que cantaram o amor







A infanta D. Maria, uma das amadas e das inspiradoras de Camões

## Amor até ao fim do mundo

Minha Inês!...

Pedro como quem reza

Minha Inês!...

Baixa o caixão, mas muito lentamente — como se ela dormisse, como se receasse despertá-la. Poisa-o por fim; e ajoelha na terra junto dele.

PEDRO — Inês!... O teu Pedro veio erguer-te: a vida é outra. O Destino já não tem a mesma rota... Como hei-de eu viver agora, ó minha Inês!? ... A vida tãda desfolhou-se aos teus pés como uma flor... (“Debruçando-se mais sôbre o cadáver”) Cheiras a podre... Saboreio o teu cheiro como um corvo... Melhor do que o das rosas que me deste... Nem o sumo dos pomares de Coimbra... nem o feno ceifado, ó meu amor... (“Com uma exaltação crescente”) Ó minha Inês!... O teu Pedro das noites do Mondego, que te enlaçava a ouvir os rouxinóis, quem lhe diria — que ainda havia de ser o teu coveiro!... É um coveiro assim... (“Ergue-se: olha as mãos”) Com estas mãos que ainda teem manchas de sangue... E a boca... a boca ainda me sabe a sangue... sangue deles... (“Outra vez curvado sôbre a Morta.”) Mas a minha alma fêz-se tãda branca... A tua pode vir... A minha é um berço...

Há-de embalar como um menino, a tua... como o céu embala o fim-do-dia... (“Pára um instante.”) Oh! Como a vida está tãda suspensa!... O céu e a terra escutam-se, entenderam-se... Ouves!? ... São dois abismos a beijar-se...

Faz-se um silêncio místico. Uma a uma, insensivelmente, as freiras ajoelham.

PEDRO, os braços estendidos sôbre a Morta.

Rezai. Reza connosco a terra tãda. (O vento inclina as chamas dos brandões.) Como as chamas se baixam p’ra te ver!... As arcadas do claustro arqueiam mais. O granito — coitado! — sentindo que te cobre, quer ser céu... E há mais silêncio. Oiço as roseiras da cêrca a desfolhar-se... Ouvi: ouvi... É a reza do espaço — êste silêncio... É o sangue de Deus... Como êle corre!...

Pausa. O relógio da tãrre dá seis horas. Ouve-se fora um rumor que logo calma. Pedro, como se despertasse, volta-se. Dã com os olhos em Afonso: o olhar dêste indica-lhe dois pagens. Um, o mais novo, segura contra o peito um manto real de terciopelo e oiro; o outro traz, num almdraque, o scetro e a coroa. Pedro avança p’ra êle. Transido de emoção, levanta a coroa.

PEDRO, ajoelhado junto do cadáver, as mãos trémulas estendidas, num gesto de coroação religioso.

Quisera ter mãos de sombra!... Devagarinho... devagarinho... Não vá eu magoar o teu cabelo...

Parece-me... parece, minha Inês, que despertei... Estava a teu lado... Tu — sempre dormindo. Ergui a pedra do outro Paço... do meu lar... E ainda com terra da cova, ainda contigo... voltei a Portugal... do outro reino... (Levanta uma mão-cheia de terra: beija-a: fica a olhá-la.) A terra... a terra, a terra que te veste... a terra que fêz noite nos teus olhos... e eu que vivia lá — fiquei sem ver... A terra... a terra que fechou na tua bõca — o segredo do amor p’ra além da Morte... (Beija-a de novo.) É terra santa. (Beija-a ainda.) É terra pura. (Às freiras.) Guardai-a vós. Plantai-lhe lírios. (Pulveriza-a nos dedos: deixa-a cair num gesto lento. Em voz mais baixa.) O nosso amor safa do desejo — como sai uma pérola do mar. Assim tu vais erguer-te, minha Inês...

Ajoelha de novo: entra na cova, enterra os braços na terra alguns segundos; e devagar, devagar, levanta o caixão verticalmente. Quando o tem bem ao alto, as tábuas, podres, abrem-se; — e num silêncio de estupor, vê-se o cadáver esburgado: dir-se-ia que êle e Pedro se contemplam.

ANTÔNIO PATRÍCIO

(“Pedro, o Crú” — segundo acto)



“Até ao Fim do Mundo” — Os túmulos de Pedro e Inês em Alcobaca, que o rei quis que fossem colocados de forma que, no dia do juízo final, os dois corpos, ao erguerem-se, ficassem de frente um para o outro



# A LOUCURA DO AMOR

## Uma carta de soror Mariana

**A**l de mim! Como sou de lamentar, eu, que não posso partilhar contigo as minhas dores e que me encontro a sofrer sozinha tamanha desgraça! Mata-me o pensar nisso e morro com o receio de que nunca tenhas sentido bem a fundo todos os nossos prazeres.

Sim! Conheço agora a má-fé de todos os teus transportes. Enganaste-me de cada vez que me disseste que estavas encantado por te encontrares a sós comigo. Só às minhas impertinências devo os teus arrebatamentos e arroubos. Foi a sangue-frio que concebeste o projecto de me inflamar: olhaste a minha paixão apenas como uma vitória, e o teu coração nunca se deixou tocar profundamente por ela.

Não te sentes infeliz, e não sentes a enorme falta de delicadeza em que incorres, por não teres sabido aproveitar de outro modo os meus arrebatamentos? E como é possível que, com tamanho amor, eu não tenha conseguido tornar-te feliz?

Lamento, só por amor de ti, os prazeres infinitos que perdeste: será que os não tenhas querido gozar? Ah! Se os conhecesses, verias que eles são mais intensos do que o de me teres seduzido, e terias experimentado que se é muito mais feliz e que se sente algo de bem mais tocante quando se ama com violência do que quando se é amado!

Eu não sei nem o que sou, nem o que faço, nem o que desejo: encontro-me dilacerada por mil movimentos contrários. Poder-se-á imaginar estado tão deplorável?

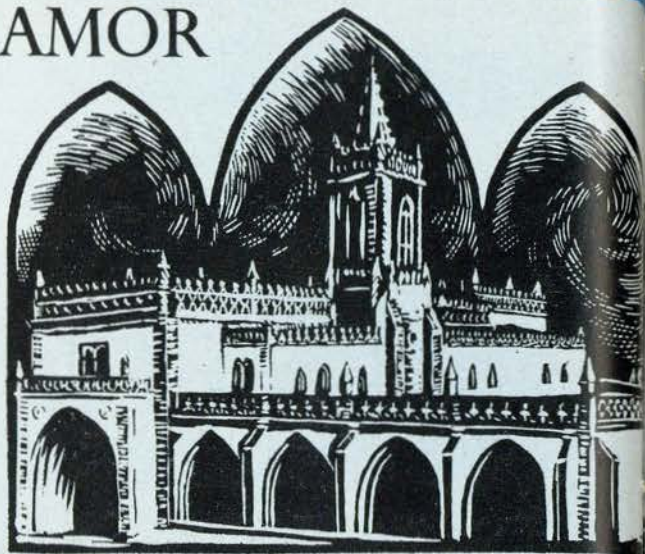
Amo-te perdidamente e respeito-te o bastante para não ousar talvez desejar que sejas atingido pelos mesmos arrebatamentos. Matar-me-ia, ou morreria de dor sem me matar, se soubesse que não tinhas descanso, que na tua vida mais não há que perturbação e agitação de toda a sorte, que choras sem cessar e que tudo te desgosta. Se já não posso remediar os meus males, como poderia suportar a dor que me dariam os teus e que me seriam mil vezes mais dolorosos?

No entanto, também não consigo decidir-me a desejar que não penses em mim... E, para falar francamente, tenho uns ciúmes terríveis de tudo o que te dá alegria e toca o teu coração e o teu gosto em França.

Não sei porque te escrevo. Bem vejo que nada mais terás por mim do que compaixão — e, essa, não a quero!

Enfureço-me contra mim própria quando penso em tudo quanto te sacrifiquei: perdi a minha reputação, expus-me ao furor dos meus parentes, à severidade das leis deste país contra as religiosas e à tua ingratidão, que me parece a maior de todas as desgraças.

No entanto, sei bem que os meus remorsos não são verdadeiros e que, do fundo do coração, desejaria ter corrido por amor de ti perigos ainda maiores. Tenho um prazer fatal em ter arriscado a minha vida e a minha honra: mas não deveria estar ao teu dispor tudo o que tenho de mais precioso? E não devo estar contente por o ter empregado como fiz? Até me parece que ainda não estou satisfeita



Soror Mariana, a freira de Beja, autora das mais desvairadas cartas de amor — Tábua do século XVII

nem com as minhas dores, nem com o excesso do meu amor, embora não possa, ai de mim, vangloriar-me de estar contente contigo.

Estou viva, infiel que sou!, e faço tanto para conservar, a minha vida como para perdê-la! Ah!, morro de vergonha! O meu desespero estará então apenas nas minhas cartas? Se te amasse tanto como mil vezes te tenho dito, não teria já morrido há muito tempo?

Enganei-te!, e és tu que te deves queixar de mim. Ai de



Soror Mariana, na sua cela, escrevendo a Chamilly — (interpretação da gravura do século XVII, da edição francesa das "Lettres Portugaises", por Carlos Carneiro)



mim!, e porque o não fazes? Vi-te partir, não posso ter esperança de te ver voltar, e, no entanto, respiro! Enganei-te, afinal, e peço o teu perdão.

Mas não mo dês! Trata-me com severidade! Nãoaches que os meus sentimentos têm violência bastante! Sê mais difícil de contentar! Ordena-me que morra de amor por ti! Conjuro-te a que me dês este socorro, a fim de que vença a fraqueza do meu sexo e acabe com todas as minhas indecisões por um acto de verdadeiro desespero. Um fim trágico, obrigar-te-ia, sem dúvida, a pensar muitas vezes em mim. A minha memória ser-te-ia cara, e talvez fosses sensivelmente tocado por uma morte fora do comum. Não valerá mais a morte do que o estado a que me reduziste?

Adeus! Bem gostaria de nunca te ter visto!

Ah! Como sinto a falsidade deste sentimento e vejo, neste preciso momento em que te escrevo, que gosto bem mais de ser desgraçada amando-te do que gostaria de nunca te ter visto! Aceito, pois, sem lamentações a minha triste sorte, já que tu a não quiseste tornar melhor.

Adeus! Promete que me lamentarás com saudade se eu vier a morrer de dor! E que ao menos a violência da minha paixão te tire o gosto e te afaste de todas as coisas. Essa consolação me bastará, e, se é preciso que te abandone para sempre, bem gostaria de não te deixar a uma outra qualquer. Não seria uma crueldade sem par da tua parte servir-te do meu desespero para te tornares mais amável e para mostrar que provocaste a maior paixão do mundo?

Adeus, mais uma vez! Escrevo-te estas cartas longas de mais; não tenho suficiente respeito por ti, e disso te peço perdão. E ousa esperar que usarás de alguma indulgência para com uma pobre insensata que o não era, como muito bem sabes, antes de te amar.

Adeus! Parece-me que falo de mais no estado deplorável em que me encontro. No entanto, do fundo do coração te agradeço o desespero que me causas, e detesto a tranquilidade em que vivi antes de te conhecer.

Adeus! A minha paixão aumenta a cada momento! Ah!, quantas coisas tinha ainda para te dizer!...

## O Amor no romanceiro popular português



**O** Romanceiro Popular Português é um rico manancial de maravilhosas historietas em verso, quase todas tomando o Amor como tema básico. Herança literária anónima, que nos vem desde a Idade Média, os "rimances", muitos deles outrora cantados com belas melodias, constituem dos mais significativos documentos do património cultural português.

### CONDE NILO

Conde Nilo, conde Nilo  
Seu cavalo vai banhar;  
Enquanto o cavalo bebe,  
Armou um lindo cantar.  
Com o escuro que fazia  
El-rei não o pode avistar.  
Mal sabe a pobre da infanta  
Se há-de rir, se há-de chorar.  
— Cala, minha filha, escuta,  
Ouvirás um becantar:  
Ou são os anjos no Céu,  
Ou a sereia no mar.  
— Não são os anjos no Céu,  
Nem a sereia no mar:  
É o conde Nilo, meu pai,  
Que comigo quer casar.  
— Quem fala no conde Nilo,  
Quem se atreve a nomear  
Esse vassalo (1) rebelde  
Que eu mandei desterrar?  
— Senhor, a culpa é só minha,  
A mim deveis castigar:  
Não posso viver sem ele...  
Fui eu que o mandei chamar.  
— Cala-te, filha traidora,  
Não te queiras desonrar.

Vê-lo-ás ir a degolar.

— Algoz que o matar a ele,  
A mim me tem de matar;  
Adonde a cova lhe abrirem,  
A mim me têm de enterrar.  
Por quem dobra aquela campã  
Por quem está a dobrar?  
— Morto é o conde Nilo,  
A infanta já a expirar.  
Abertas estão as covas,  
Agora os vão enterrar;  
Ele no adro da igreja,  
A infanta ao pé do altar.  
De um nascera um cipreste,  
E do outro um laranjal;  
Um crescia, outro crescia,  
Coas pontas se iam beijar.  
El-rei, apenas tal soube,  
Logo os mandara cortar.  
Um deitava sangue vivo,  
O outro sangue real;  
De um nascera um pombo  
De outro um pombo torcaz,  
Senta-se el-rei a comer,  
Na mesa lhe iam poisar:  
— Mal haja tanto querer,  
E mal haja tanto amar!  
Nem na vida nem na morte  
Nunca os pude separar.



# AMOR AMBIÇÃO POLÍTICA E CRIME

## O ASSASSÍNIO DE D. MARIA

**E**M 1379 tiveram lugar tristes acontecimentos, de que resultou homiziar-se em Castela o infante D. João, filho de D. Pedro I e de D. Inês de Castro.

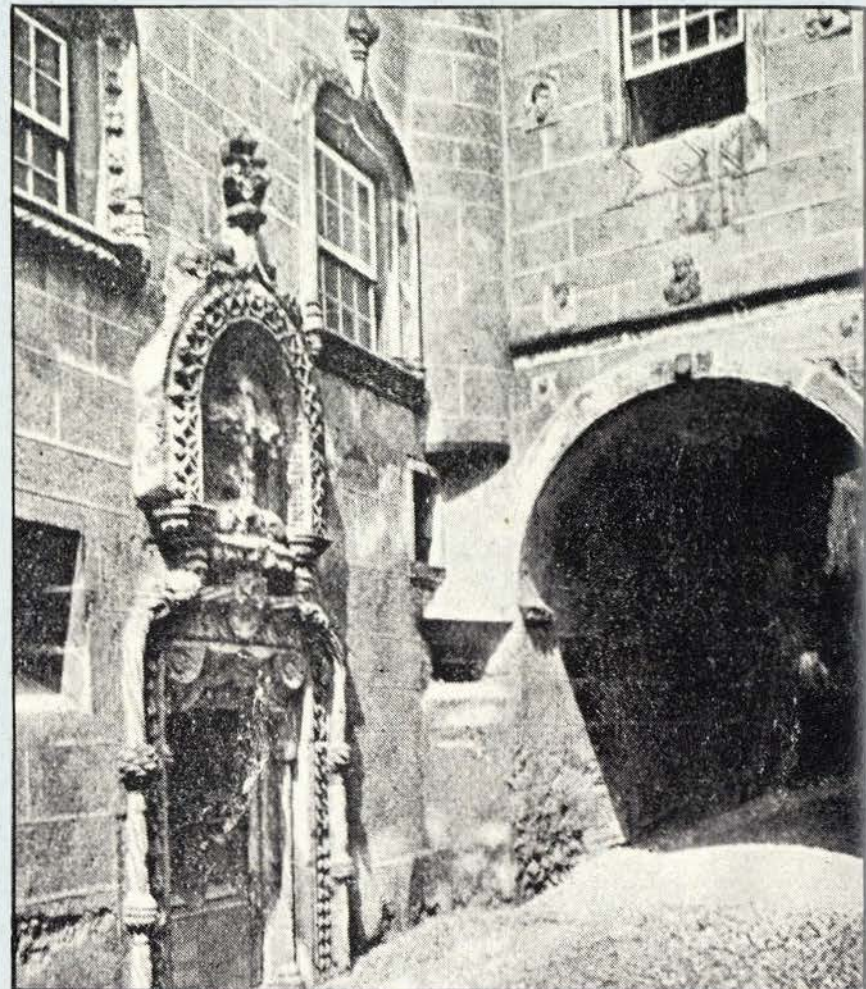
O infante enamorara-se de uma irmã da rainha, D. Maria Teles. Viúva, mas nova ainda e formosa, D. Maria Teles conseguira levar D. João a consorciar-se com ela, o que fôra feito a ocultas.

D. Leonor Teles, desde que teve conhecimento dêste facto, ficou preocupada. O infante era querido do povo e bemquisto da nobreza. Poderia vir a suceder que, por morte de D. Fernando, não ficando dêle outros filhos mais que a infanta D. Beatriz, aquelas circunstâncias levassem D. João ao trono. Se isto acontecesse, ela, que tudo sacrificara à sua insaciável sêde de predomínio, ver-se-ia então suplantada por sua irmã e relegada para um plano inferior. Êstes negros pensamentos perturbavam o seu espírito, tam propenso, ao mal. E, pouco a pouco, o plano de um odioso crime foi sendo elaborado. O infante ouviu dela palavras tentadoras: se êle se casasse com a infanta D. Beatriz, tinha certa a corôa; o casamento, ajustado já, da infanta com D. Fradique, anular-se-ia fãcilmente...

A miragem do poder desvairou o infante. Mas, para casar, era preciso ser livre. E a liberdade só lhe podia ser dada pela morte de D. Maria Teles.

Esta trágica conclusão começou a apossar-se do espírito do Infante, e, finalmente, numa fatídica madrugada, D. João chegou a Coimbra, onde então estava sua mulher, resolvido a matá-la.

Dirigindo-se à casa que ela habitava, o Infante fez arrombar as portas e foi surpreender D. Maria Teles, que ainda estava recolhida nos seus aposentos. Ouvindo as mais graves acusações — a de ter divulgado o segredo do casamento e a de ter quebrado a fidelidade



Palácio de Sub-Ripas, em Coimbra, onde D. Maria Teles foi assassinada

conjugal — a pobre afirmou, sob juramento, a sua completa inocência. De pouco lhe valeram, porém, lágrimas, lamentos e juras: o infante ia resolvido a reconquistar a liberdade, passando por cima de tudo. Poucos minutos depois, dois golpes brutais restituíam-lhe o direito de se consorciar de novo.

Não se demorou o infante em Coimbra. Cavalgando de novo com os seus, foi aguardar em sítio seguro o desfecho do caso — êsse desfecho que D. Leonor Teles lhe pintara com tam róseas côres. Mas nada mais chegou que o simples perdão do crime. Tudo o

mais se esvaiu como fumo, respondendo a rainha com evasivas às suas repetidas instâncias.

Por fim, desiludido, talvez cheio de remorsos, o infante, fugindo à perseguição dos parentes de D. Maria Teles, foi forçado a refugiar-se em Castela.

O assassinato teve lugar, segundo parecem prová-lo as investigações de Anselmo Braamcamp Freire, em Novembro de 1379.

DAMIÃO PÉRES  
("História de Portugal" — edição de  
Barcelos)





## o desejo do absoluto

### AMBICIOSA

Para aqueles fantasmas que passaram,  
Vagabundos a quem jurei amar,  
Nunca os meus braços lânguidos traçaram  
O voo dum gesto para os alcançar...

Se as minhas mãos em garra se cravaram  
Sobre um amor em sangue a palpitar...  
— Quantas panteras bárbaras mataram,  
Só pelo raro gosto de matar!

Minha alma é como a pedra funerária  
Erguida na montanha solitária  
Interrogando a vibração dos céus!

O amor dum homem? — Terra tão pisada,  
Gota de chuva ao vento baloiçada...  
Um homem? — Quando eu sonho o amor  
dum Deus.

FLORBELA ESPANCA  
(1894-1930)

## a arte de amar

### O AMOR EM VISITA

(Excerto)

Dai-me uma jovem mulher com sua harpa de sombra  
e seu arbusto de sangue. Com ela  
encantarei a noite.

Dai-me uma folha viva de erva, uma mulher.  
Seus ombros beijarei, a pedra pequena  
do sorriso de um momento.

Mulher quase inciada, mas com a gravidade  
de dois seios, com o peso lúbrico e triste  
da boca. Seus ombros beijarei.

Cantar? Longamente cantar.  
Uma mulher com quem beber e morrer.  
Quando fora se abrir o instinto da noite e uma ave  
o atravessar trespassada por um grito marítimo  
e o pão for invadido pelas ondas —  
seu corpo arderá mansamente sob os meus olhos palpitanes.

Ele — imagem inacessível e casta de um certo pensamento  
de alegria e de impudor.  
Seu corpo arderá para mim  
sobre um lençol mordido por flores com água

Em cada mulher existe uma morte silenciosa.  
E enquanto o dorso imagina, sob nossos dedos,  
os bordões da melodia,  
a morte sobe pelos dedos, navega o sangue,  
desfaz-se em embriaguez dentro do coração faminto.  
— Ó cabra no vento e na urze, mulher nua sob  
as mãos, mulher de ventre escarlate onde o sal põe o espírito,  
mulher de pés no branco, transportadora  
da morte e da alegria.

Dai-me uma mulher tão nova como a resina  
e o cheiro da terra.  
Com uma flecha em meu flanco, cantarei.  
E enquanto manar de minha carne uma videira de sangue,  
cantarei seu sorriso ardendo,  
suas mamas de pura substância,  
a curva quente dos cabelos.  
Beberei sua boca, para depois cantar a morte  
e a alegria da morte.

HERBERTO HELDER

### PISCINA

Quem acendera lâmpadas citrinas  
nas paredes também do pensamento?  
Nadar contigo é descobrir o vento  
que circula por dentro das piscinas...

Palavras, não! São todas clandestinas:  
aguarda-as o destino mais nojento.  
Dizer piscina em vez de encantamento!...  
Que direi do amor que me destinas?

Nadar, nadar: não mais. Na dor, jamais  
se deram do amor disfarces tais,  
se nadou tanto em tanques tão pequenos...

E já nem sei se nado ou se me iludo.  
Mas se a nado protesto contra tudo  
amar de mais inda será de menos.

DAVID MOURÃO-FERREIRA



# O AMOR DE PERDIÇÃO



## duas cartas

Ill.mo Ex.mo Snr.

Remetto-lhe uma carta de A. Plácido. Procure nas 3.a e 4.a pag. o que lhe diz respeito. Depois dessa carta, senti que a mulher perdida se aproximasse de mim, eovir mais detidamt.e a historia, cujo heroe, no dizer d'ella, era V. Ex.ia.

Eu não podia comprehender q̄ A. P. lhe resistisse. Fui a Lisboa. Tirei dolorosas indagaçoens de gente baixa q̄ viveu vom ella. Não me deram como evidenciadas as suas relações illicitas com aquella desgraçada; mas suspeitavam-as.

Assim se explica a m,a carta imprudente. Hoje creio na sua honradez, snr. Gustavo, e avalio-o pelo quilate q̄ a historia dá ao filho de Jacob na presença da mulher de Putiphar. Não lhe deixou a capa nas mãos d'ella; mas p.l pouco lhe não ia deixando a honra.

Rasgue a carta que lhe escrevi e esta q̄ me quer justificar.

Em quanto a nós depois deste successo já não poderemos estender a mão um ao outro.

3 de Dezembrode 1863

De V. Ex.ia  
At.o Obrg.o

CAMILO CAST.o BR.o



A casa de São Miguel de Seide, cenário dos amores malditos de Camilo e Ana Plácido



(Carta de Camilo Castelo Branco ao Conselheiro Duarte Gustavo Nogueira Soares)

(Copia da carta de D. Anna Plácido a Camillo, que acompanhou a carta d'este de 3 de dezembro de 1863.)

Senhor

“Corja de miseraveis. E' bem possivel que entre elles esteja algum que levante um altar d'esta québra de relações entre nós... Estou com vontade de lhe contar uma história. Há m.to tempo já, um desses a quem V. Ex.ia apertava a mão com lealdade, senti por mim uma paixão brutal, a obsecação dos sentidos, que se denuncia apesar

de toda a força da razão. Se V. Ex.ia me amasse te-lohia conhecido; mas V. Ex.ia desprezava-me. Eu córava sempre que me achava na presença d'aquelle homem. O seu olhar desnudava-me; causava-me repulsão e desgosto: Nessa epocha pensava V. Ex.ia n'uma separação. Elle contava-m'õ e acrescentava talvez as palavras de V. Ex.ia. Dizia-me mesmo que elle proprio o instigava a abandonar-me, e que sentia por si o rancôr violento que custa a dissimular.

Eu disse-lhe que sem a sua protecção não queria viver em Portugal, e como o meu marido se achava n'essa epocha em Londres, que eu pediria ao Ferreira e ao Francisco de Paula meios para ahi me transportar no tempo e que eu acreditava n'elles — e que lucrava elle depois? Respondeu-me que me seguiria dentro de dois ou tres mezes. E cuida que lá será mais bem recebido? perguntava eu. Não, me respondia, mas vejo-a ao lado d'esse velho a quem V. Ex.ia não ama; roubo-a a este que gosa de todas as caricias, por uma das quais daria annos de vida.

Aquí tem V. Ex.ia o que elles são. Este homem será um dos que maior mal lhe dirá de mim, mas juro-lhe em nome de Deus, que se não lisonjeará mais na minha presença de o ter feito.”

ANA PLÁCIDO





Santa Iria, imagem existente em Santarém (desenho natural por Malhoa)

## O amor nas lendas populares

### SANTA IRIA VIRGEM E MÁRTIR

(Lenda Popular Portuguesa)

RIA era uma donzela casta e formosíssima, geralmente estimada pela sua honestidade e pelo conjunto de todas as virtudes que lhe davam realce à sua angélica formosura.

De pequenina tinha ido para o convento onde estavam suas tias, para ser por elas educada.

Um nobre godo, chamado "Britaldo", viu a santa menina e perdidamente se enamorou dela. Pediu-a em casamento, porém a donzela, que se tinha votado ao serviço de Deus, resistiu a todas as razões e promessas de Britaldo, o que ainda mais lhe inflamou o amor.

Vendo que todas as diligências eram baldadas, comprou um monge, chamado Remígio, mestre da santa, e o tor-

nou cúmplice do seu amor sacrílego.

A desditosa menina foi vítima de uma infame cilada, pois que o tal frade, ministrando-lhe certo narcótico, a entregou, adormecida ao seu malvado sedutor, que fugiu com ela para um sítio próximo do Nabão; porém, apenas ali chegados, ou porque cessasse o efeito do narcótico ou por vontade divina, a virgem acordou, desenganando Britaldo de que não podia ser sua esposa, visto que já o era de Jesus Cristo.

Vendo o sedutor que nada conseguia da sua vítima, a degolou, arremessando ao rio o cadáver truncado da sua vítima, no dia 20 de Outubro do ano 632 (outros dizem, 653).

A corrente do rio a levou ao Tejo, depondo-a em frente da cidade de "Scalabis", ou "Scalabicastro", onde os anjos lhe construíram um formosíssimo túmulo de alabastro.

## DEPOIMENTOS

### AS VÁRIAS FACES DO AMOR

#### PADRE JOAQUIM CARREIRA DAS NEVES

(Professor da Universidade Católica de Lisboa e padre-comissário da Ordem Terceira de Jesus)

— Na minha opinião, como padre, o amor é uma "relação" íntima, inteiramente humana, de pessoa a pessoa. Como tal, para mim, o amor é mais uma "vida", uma "atitude", uma "realidade" e "fenómeno" humano do que uma definição. O amor não tem definição. O amor é uma "resposta" da totalidade da pessoa. E a pessoa é um todo, a nível físico, psicológico, anímico e espiritual. Os gregos usavam três palavras que correspondem às três realidades humanas no campo do amor: "eros", o amor erótico que nada tem a ver com o amor sexual mas sim com o amor físico; "philia", que é o amor-amizade; e "ágape", ou seja, o amor espiritual. A nossa palavra amor deve "apanhar" todas estas realidades. Como tal, na minha maneira de entender, o amor é a absorção de tudo aquilo que liberta e realiza os homens: é a grande e a mais profunda

experiência dos homens no sentido de os unir pela amizade, pelo respeito e pela fraternidade.

Como teólogo, só lhe posso dizer que o amor de Deus tem que ser visto também à luz do amor humano pelo simples facto de, segundo a revelação bíblica, o homem ser criado "à imagem e semelhança de Deus". Não há um amor de Deus separado do seu amor como Criador e como Salvador. Logo, o Universo inteiro é obra desse amor. Segundo a visão cristã, a pessoa que incarna esse amor criador e salvador é Jesus de Nazaré. O grande amor de Deus, na revelação do Antigo Testamento, manifesta-se sobretudo na libertação do povo judaico das garras dos egípcios. Assim sendo, o amor de Deus deve entender-se de maneira descritiva, histórica e não como qualquer superestrutura metafísica. Jesus disse que o amor se manifesta em o homem dar a sua vida pelo seu próximo. E Jesus dá a sua vida morrendo pela libertação total do homem. Quer dizer, o amor de Deus é a pessoa de Jesus que se dá inteiramente à Humanidade.



#### UM SENTIMENTO SEM EXPLICAÇÃO

MARIA HELENA LIMA (Enfermeira, 36 anos, casada e com 2 filhos)

- Que é para si o amor de mãe?
- O amor de mãe, creio eu, é um sentimento que não tem explicação: é tão profundo que não se pode definir. É simultaneamente um sentimento espiritual e físico: é próprio da mulher.
- Que sacrifícios será capaz de fazer por um filho?
- Todos!
- Todos?
- Todos!
- Até roubar? Matar?
- Matar, não... e roubar também não! Não aceito o crime ou o roubo em nenhuma situação.
- Sobrepõe o amor do seu marido ao dos seus filhos ou vice-versa?
- De forma alguma: nem uma coisa nem outra. Trata-se de dois sentimentos que podem ser iguados em intensidade mas que, no íntimo, são diferentes.



# A MÃE PRIMEIRO AMOR

## ALGUÉM

Para alguém sou o lírio entre os abrolhos  
e tenho as formas ideais do Cristo,  
para alguém sou a vida e a luz dos olhos,  
e se na terra existe é porque existo.

Esse alguém que prefere ao namorado  
cantar das aves minha rude voz  
não és tu, anjo meu idolatrado,  
nem, meus amigos, é nenhum de vós.

Quando alta noite me reclino e deito  
melancólico, triste e fatigado,  
esse alguém abre as asas no meu leito  
e o meu sono desliza perfumado.

Chovam bênçãos de Deus sobre a que chora  
por mim além dos mares! Esse alguém  
é de meus dias a esplendente aurora,  
és tu, doce velhinha, ó minha mãe!

GONÇALVES CRESPO (1846 – 1883)



## O MENINO DE SUA MÃE

No plaino abandonado  
Que a moyna brisa aquece,  
De balas traspassado  
— Duas, de lado a lado —,  
Jaz morto, e arrefece.

Raia-lhe a farda o sangue.  
De braços estendidos,  
Alvo, louro, exangue  
Fita com olhar langue  
E cego os céus perdidos.

Tão jovem! que jovem era!  
(Agora que idade tem?)  
Filho único, a mãe lhe dera  
Um nome e o mantivera:  
“O menino da sua mãe”.

Caíu-lhe da algibeira  
A cigarreira breve,  
Dera-lhe a mãe. Está inteira  
E boa a cigarreira.  
Ele é que já não serve.

De outra algibeira, alada  
Ponta a roçar o solo,  
A branca embainhada  
De um lenço... Deu-lho a criada  
Velha que o trouxe ao colo.

Lá longe, em casa, há a prece:  
“Que volte cedo, e bem!”  
(Malhas que o Império tece!)  
Jaz morto, e apodrece,  
O menino da sua mãe.

FERNANDO PESSOA  
(1888-1935)



Fernando Pessoa, o Menino de sua Mãe



MÃE! VEM OUVIR...

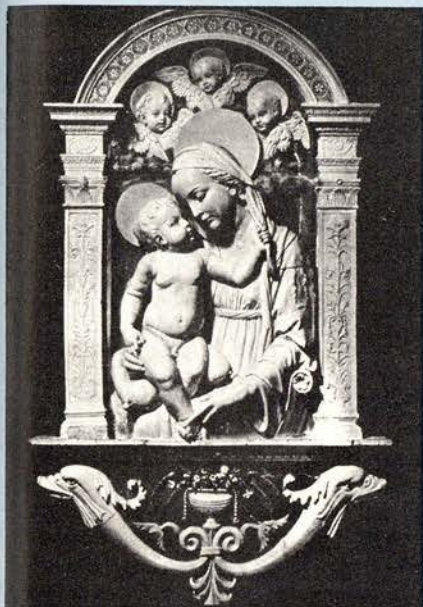
Mãe!

Vem ouvir a minha cabeça a contar histórias ricas que ainda não viajei! Traze tinta encarnada para escrever estas coisas! Tinta cor de sangue, sangue verdadeiro, encarnado!

Mãe! passa a tua mão pela minha cabeça!

Eu ainda não fiz viagens e a minha cabeça não se lembra senão de viagens! Eu vou viajar. Tenho sede! Eu prometo saber viajar.

Quando voltar é para subir os degraus da tua casa, um por um. Eu vou aprender de cor os degraus da nossa casa. Depois venho sentar-me a teu lado. Tu a coseres e eu a contar-te as



minhas viagens, aquelas que eu viajei, tão parecidas com as que não viajei, escritas ambas com as mesmas palavras.

Mãe! ata as tuas mãos às minhas e dá um nó cego muito apertado! Eu quero ser qualquer coisa da nossa casa. Como a mesa. Eu também quero ter um feitio que sirva exactamente para a nossa, como a mesa.

Mãe! passa a tua mão pela minha cabeça!

Quando passas a tua mão na minha cabeça é tudo tão verdade!

JOSÉ DE ALMADA NEGREIROS  
("Invenção de Dia Claro")

# As almas místicas incendeiam-se no amor a Deus

DIÁLOGO SEGUNDO  
ALÍVIO DE AFLIGIDOS

Interlocutores:

ANTIÓCO, enfermo  
PAULINIANO, prégador.

## CAPÍTULO IX

*Pauliniano* — Para o cristão não há mais de duas cousas que o devem fazer triste. E estas são quando ele ou seu próximo caiem em faltas com seu Deus. Os sentimentos e lágrimas que tiram a este fim, são santas e proveitosas, chegam ao coração de Deus e reconciliam a Terra com o Céu e o Inferno com o Paraíso. Os suspiros e os gemidos, que têm este fundamento, penetram as estrelas, conquistam as portas da bem-aventurança. A dor santa, que o conhecimento de nossas culpas causa, essa as põe em perpétuo esquecimento e lança nas profundezas do mar; não a que entra com os desastres anexos à nossa mortalidade.

Proveu Deus que a pena do pecado se nos convertesse em saúde e que, como a culpa pare a tristeza, assim a tristeza mate o pecado. Da madeira nasce o bicho que a vai gastando e consumindo. “Ó magnificência das obras de Deus — exclama Crisóstomo — que se deixa vencer de nossos gemidos, que consente as lágrimas de nossos olhos triunfarem de seu amoroso coração! As lágrimas — diz o mesmo Santo — são armas com que a penitência conquista o coração de Deus e lhe tira da mão a indulgência e perdão.”

Destas disse David: “Pusestes, Senhor, minhas lágrimas em vossa presença.” Estas pedia Deus em os sacrifícios pelos pecados, quando mandava que em eles se não misturasse óleo, nem incenso, que são sinais de alegria.

E se isto não basta para apagar o incêndio de vossas chamas e vos fazer melhor empregar os ais, pergunto: Se alguém vos oferecera o Império de Constantinopla ou qualquer outro principado da Terra, e antes de entrardes na cidade em que vos houvessem de coroar, fosse forçado deterdes-vos um pouco em lugar sujo, cheio de lôdo e de muitas imundícies, ocupado de

ladrões e inimigos, por ventura não passáreis por tudo isto e o tivéreis em pouco com alvoroço do Império esperado? Logo, se por gozar de cousas terrenas e transitórias, e de estados que enfim o hão-de ter, se sofrem com bom rosto cem mil contrastes do mundo, que mór desatino pode fazer o Cristão que, sendo chamado para triunfo dos Céus e Império sempre eterno, desfalecer e perder o ânimo nos contrastes e naufrágios desta mísera vida, na qual somos hóspedes e peregrinos?

Este exemplo desfaça esses nevoeiros e extinga essas brasas acêdas no íntimo de vossos corações e vos ensine a sofrer com alteza de ânimo as moléstias da vida presente. O homem que tem o peito bem composto e ordenado, sempre dorme quieto. Aquele que tem o corpo firme e bem exercitado, dá-se-lhe pouco da desordem dos tempos e mudança dos arões. O que tem valente estômago, nenhum alimento rejeita, prevalecendo o vigor natural contra os mantimentos viciosos e transformando-os em nutrimento saudável. Assim aos justos que amam a Deus nada lhes faz mal e até os males se lhes tornam em bens. Desde que os homens começaram a viver sobre a terra, quem foi mais justo que S. Paulo? E quem passou mais asperezas que êle? Contudo, no meio de tantas tragédias gloriava-se e dava graças a Deus como se dêle recebêra mercês e regalos. Como festejou aquela sua cadeia, com que estava aferrolhado por amor de Cristo? Não houve mulher, por ambiciosa que fosse, que tanto amasse os seus brios e jóias quanto ele amou as suas prisões. Nenhum Rei estimou tanto a sua cadeia de ouro quanto S. Paulo a sua cadeia de ferro. Caro custou a Leão IV, Imperador de Constantinopla, a corôa de pérolas que tomou à imagem de Nossa Senhora do Templo de Santa Sofia e pôs sobre a sua cabeça, pois morreu de um inflamado carbúnculo que nela lhe nasceu, em pena de sua sacrilega vaidade. Mas a cadeia, que Nero lançou ao divino Paulo, porque lhe converteu à fé do Senhor Jesus a sua concubina, segundo Crisóstomo,





"Ecce Homo", o Amor de Deus - (Escola Portuguesa, metade do século XV, autor desconhecido - Museu de Arte Antiga, Lisboa)

essa mesma o fêz glorioso.

*Antioco* - Bem entendo que as lágrimas cristãs são o pão e alimento das pessoas espirituais, quando as derramam como saudade de seu Deus e não por perdas temporais; são o viático de que nos devemos perceber na jornada desta vida para a outra. Estas tinha David por mais saborosas que todos os mimos e delícias do mundo, porque ardia em desejos de ver a Deus. Não são tão suaves os manjares esquisitos guizados com artifício, por mais fome que haja, quão gostosas são as lágrimas que nadam nos olhos e os suspiros arremessados com fúria do secreto das entranhas, por esta causa. E porque uma vez se esqueceu David deste pão, queixou-se que se secura sua alma como feno.

*Pauliniano* - Esse pão, Antíoco, não ponhais em esquecimento enquanto tendes lume nos olhos. Com ele confortai vosso espírito e consolai vosso desterro. Felice comutação é esta; chorar um pouco para sempre rir! Apertem convosco as saudades que obrigaram ao divino Paulo dizer: "Infelice de mim, quem me livrará do corpo de esta morte? Como desejoso e que- rençoso tinha a pressa por tardança e

por sua conta lhe tardava o que muito desejava, ainda que lhe constasse ser chegada a sua hora.

Onde estão aqueles que têm por tão aprazível e recreativa a vida mortal que a preferem à imortal? Deixam-se prender do amor do mundo, porque não têm tomado o gosto aos bens espirituais, que, se os provaram ou viram sua nobreza e formosura, logo desprezaram os falsos e mentirosos.

Renunciou a gentildade os seus deuses mortos e lavrados pelas mãos dos homens, quando conheceu o Filho de Deus vivo. Da mesma maneira todos os bocados do mundo perdem o sabôr, se uma vez se gastam os do espírito. Gostai, Antíoco, de Deus no meio de vossas lágrimas e vêde quão suave é; e chorareis porque se absentou de vós e não porque o mundo vos não tem na conta que vos está devida, nem porque com seus assaltos vos desacreditou a ventura. Tende por mui certo e averiguado que com as consolações deste mundo não se compadecem as de Deus, nem com as da carne as do espírito.

FR. AMADOR ARRAIS  
(Séc. XVIII)

#### A NOSSO SENHOR

Mostrai-me, meu Senhor, em que deserto,  
Em que ribeira, vale, monte, ou serra,  
Enquanto me deixais andar na terra,  
Do Céu me deixareis andar mais perto.

Que, pois, ora, encoberto, ou descoberto,  
Me faz cruel inimigo cruel guerra,  
De quando dentro em mim mesmo se encerra  
Lugar de defesa tenha mais certo.

Mas como e donde posso defender-me,  
Enquanto for de mim acompanhado,  
Com tanta experiência de perder-me,

Senão sendo metido em Vosso lado  
Para todo de mim mesmo esquecer-me,  
E só de vós, meu Deus, ser alembado?

FREI AGOSTINHO DA CRUZ  
(1540-1619)

#### SONETO

Temer, que se executa uma sentença,  
A todo humano ser notificada,  
Acção é natural, mas bem fundada  
Na conta de uma ofensa, e outra ofensa.

Imaginar que é qualquer doença  
Precursora da morte decretada,  
Que muito, se talvez dissimulada  
Vem sem aviso, e sempre sem licença!

Condene meus temores quem se atreve  
A viver sem temer no breve encanto  
Da vida, que conhece por tão breve:

E tema eu, Senhor, com justo espanto;  
Porque, se só não teme quem não deve,  
Bem é que tema eu, pois devo tanto.

SOROR VIOLANTE DO CÉU  
(1601-1693)





## Cinquenta e nove anos depois O MISTÉRIO PERSISTE

“A 13 de Maio, na Cova de Iria...” foi há 59 anos. Três crianças viram pela primeira vez a Virgem, que ainda havia de lhes aparecer e de lhes falar mais algumas vezes, e, meses mais tarde, milhares de pessoas assistiram a fenómenos celestiais que a Imprensa da época resumiú num título: “O Sol bailou”. Quase 60 anos depois, o local das aparições, onde hoje se ergue o Santuário de Fátima, é ainda (e cada vez mais) o cenário periódico da maior manifestação pública de fé dos católicos do nosso país — e, sem dúvida, uma das maiores do mundo cristão. Atacadas, minimizadas, postas em dúvida, as aparições de Fátima continuam envoltas em mistérios — entre os quais sobressai o da “mensagem”, confiada pela Virgem aos pastorinhos, cuja terceira parte, só conhecida pelo Papa e pela única vidente sobrevivente (a irmã Lúcia), nunca foi revelada ao mundo.

Há três formas distintas de abordar o problema de Fátima. A primeira, enquadrando o fenómeno nos seus parâmetros sociais e políticos, dos quais o fenómeno resulta, fugindo, por consequência, a qualquer explicação sobrenatural.

A segunda maneira consistirá em atribuir-lhe razões de ordem metafísica, sobrenatural e religiosa, e, aí, terá força suficiente para que se aceite a aparição da Virgem como uma realidade, tal como tem acontecido, ao longo dos séculos que a Igreja Católica tem

de vida, durante os quais surgiram milhares de criaturas miraculosas que a Igreja aceitou no seu seio e faz venerar nos altares, por milhares, milhões de fiéis.

Uma terceira e última hipótese de explicação deste tipo de fenómenos pode procurar-se na parapsicologia, ciência que nega, evidentemente, não os fenómenos, que confirma, mas a sua explicação metafísica. Sabe-se hoje, por exemplo, que certos estados de ascese de figuras do hagiolégio eram puros fenómenos de levitação, quer dizer, constituíam capacidades extra-normais ou extra-sensoriais de que essas criaturas eram possuidoras.

Deixaremos de lado, neste pequeno trabalho, as duas últimas hipóteses de encarar o assunto, se bem que, explorando a primeira, fique o campo aberto a todos aqueles que querem ver Fátima apenas com os olhos da sua fé. Em Portugal e no mundo, a devoção





## A IGREJA EM PORTUGAL

A grande questão religiosa começa em Portugal em 1820, com a revolução liberal. Durante 14 anos, até 1834, a Igreja Portuguesa é alvo de numerosos confiscos mas, mesmo assim, continua a ser uma das mais poderosas potências do país. Nos reinados de D. Luís, D. Carlos e D. Manuel, os sacerdotes exercem grande influência sobre alguns membros da família real e da aristocracia, vindo, assim, a recuperar lentamente alguns dos privilégios perdidos, embora nunca tivessem perdido os seus negócios. Mas a implantação da República, em 1910, vem produzir-lhe novo e, desta vez, mais profundo golpe. Em 1911, surge a Lei de separação da Igreja do Estado.

Dáí, parte-se para uma violenta contestação de todas as estruturas da Igreja. Esse era, aliás, apenas um dos grandes veios da agitação social própria de um período revolucionário.

Curiosamente, esta agressividade começa a atenuar-se poucos meses após a última aparição de Fátima (Outubro de 1917), à qual assistem cerca de 60 mil pessoas. Sidónio Pais, décimo quinto primeiro-ministro (Presidente do Ministério) desde 1910, dá o sinal apaziguador (1918) e, a partir daí, assiste-se a um crescendo de recuperação da Igreja Católica.

Ainda no ano das aparições, havia muitos (a maior parte) bispos exilados por se oporem e lutar abertamente contra o Governo. Em 1918, os seminários eram restaurados em Portugal, sem que o Estado interferisse na sua vida interna. Os jornais, associações de propaganda e formação começam a surgir, entre elas o C.A.A.C. (Centro Académico de Democracia Cristã de Coimbra), organismo a que Salazar e o Cardeal Cerejeira estiveram ligados.

Após o movimento de 28 de Maio de 1926, sabe-se como resultaram as relações entre a Igreja e o Estado Português. Para toda esta evolução, Fátima veio a funcionar como um poderoso cimento. Em 1929, o marechal Carmona, Presidente da República, visita a Cova da Iria e, dois anos depois, o episcopado português consagra Portugal a Nossa Senhora de Fátima. Dáí em diante, sucedem-se as

pela Virgem atingiu grandes proporções e não é lícito duvidar de que esses milhões de criaturas se sintam mais seguras e confortadas, quer na sua vida terrena, no seu dia-a-dia, quer nas esperanças de uma vida extra-terrena, onde a bem-aventurança continue a reinar.

É nos momentos das grandes convulsões sociais que os povos, em geral, e as pessoas, em particular, se sentem atraídos para o sobrenatural, seja ele de que natureza for. Ora, no já longínquo ano de 1917, a humanidade estava a ser sacudida pela primeira das grandes guerras mundiais, que custou ao mundo inumeráveis prejuízos materiais e a perda de um número incalculável de vidas humanas.

A fome, o medo, a miséria, o desespero, eram moeda corrente em milhões de lares espalhados por essa Europa, pelo Mundo. Dáí que os olhos se voltassem para as igrejas.

Em todos os países, na segunda metade do século XIX, a Igreja Católica

soufreu um ataque frontal. Contudo, nos começos do século XX, reorganizava as suas forças na maior parte dos países, depois de um longo período de declínio, e iniciava uma ofensiva geral contra o ateísmo e a apatia dos cristãos, um e a outra traduzidos das formas mais variadas: livre pensamento, cientismo, tolerância, republicanismo, democracia, socialismo, etc. O primeiro Concílio do Vaticano (1869-70) reafirmara os princípios tradicionais da Igreja, acentuara a centralização papal e lançou as bases da luta contra o "modernismo" e seus males. Uma tendência pietista criou e difundiu novas devoções, novos antos e novas ordens religiosas, principalmente interessadas na caridade e na educação. Foi este verdadeiro renascer da Igreja Católica como corpo de combate, e não o contrário, que suscitou uma contra-reacção e anticlericalismo violento, especialmente acentuada em França, na Itália e em Portugal.



visitas de cardeais-legados à Cova da Iria e os três últimos Papas são entusiastas devotos desse culto. A Igreja passa, frequentemente, a confundir-se com o Estado.

Talvez valha a pena facultar ao leitor meia dúzia de linhas acerca da vida portuguesa, em 1917. A dívida pública elevava-se a 117 112 milhares de libras; houvera, nesse ano, 26 greves; em 32 liceus, estavam matriculados 12 221 alunos, para 172 professores. Na Universidade, estudavam 2493 alunos, para uma população de mais de seis milhões de habitantes. O grau de analfabetismo era elevadíssimo e, mercê da agitada vida interna e da guerra, o povo vivia pouco menos do que na miséria. Em 16 anos de vida da I República, houve 45 presidentes do ministério e 8 chefes de Estado.

Em 1917, ocorreu em Lisboa um violento começo de guerra civil, que originou largas dezenas de mortos e feridos. O pão e todos os géneros de primeira necessidade escasseavam e, não raro, o povo assaltava armazéns de víveres, mercearias e talhos. "O Seculo", para obviar aos inconvenientes da fome, organiza uma "sopa dos pobres", que, diariamente, distribui mil e quinhentos pratos de sopa.

Havia também a guerra, na qual Portugal participava com o seu Corpo Expedicionário. Os jornais davam, diariamente, nota de dezenas de soldados mortos nas frentes de combate. Entre mortos e incapacitados por ferimentos e doenças, 10 mil portugueses da metrópole sentiram os efeitos do conflito que abalava o mundo. Como se tal não bastasse para

tornar completamente infeliz um povo que se via atingido por várias calamidades, houve, em 1918, e 1919, as epidemias que ceifaram mais de 60 mil almas.

Estava, portanto, criado o clima psicológico que leva os homens a olhar para Deus como o definitivo lenimento para todos os seus sofrimentos.

As 14 aparições miraculosas, ocorridas entre 1915 e 1917, oito do anjo Custódio e seis da Virgem aos pastorinhos, foram, talvez, um escape ideal para as cruéis condições de vida da grande massa da população portuguesa, à qual a República não pudera responder satisfatoriamente, em termos de tornar os portugueses um povo próspero e feliz.

A mensagem de Fátima pedia oração e penitência para se acabar com os males que afligiam o mundo.

## Lúcia à ordem de Roma

Os dois pastorinhos, Francisco e Jacinta, morreram, respectivamente, em 1919 e 1920, vitimados pela gripe. Ele tinha 11 anos, a irmã contava 12. Qualquer deles não foi testemunha inteira das aparições: Jacinta via e ouvia a Virgem, Francisco viu-a mas não a ouviu.

Só Lúcia, a mais velha (contava 10 anos), é que via, ouvia e dialogava. É ela que ainda vive (tem agora 69 anos) e todo o mundo a olhou quando o Papa Paulo VI, em Maio de 1967, esteve em Fátima, participando nas comemorações do quinquagésimo aniversário das aparições. A irmã Lúcia surgiu nos "écrans" de cinema e TV como uma robusta mulher, cuja imagem raramente viera a público no último meio século.

Na realidade, quatro anos após a última aparição, Lúcia deu entrada (17-5-1921) no Asilo de Vilar (Porto), dirigido pelas irmãs doroteias, congregação feminina que é dada como dependente dos jesuítas. Lúcia tinha, portanto, 14 anos quando, pela primeira vez, recolheu a um instituto religioso. Cinco anos depois, com 19, portanto, é levada para Tui (Espanha), dando entrada no Instituto de Santa Doroteia, onde toma ordens e adopta o nome de irmã Maria das Dores. Dois anos após (1928), tinha então 21 anos, faz os votos religiosos e, passados seis anos, (1934), emite os votos perpe- tuos.



Em 1948, Lúcia deixa as Doroteias, responsáveis por toda a sua formação ao longo de 27 anos. Fixa-se, então, no Carmelo, de Coimbra, agora denominado Irmã Lúcia do Coração Imaculado. No ano seguinte, faz os votos como carmelita.

Durante os últimos 50 anos, numerosos têm sido os jornalistas que quiseram entrevistar Lúcia, pedindo-lhe para evocar episódios relativos às aparições de

1917 ou tentando saber algo sobre a última parte da chamada mensagem de Fátima. Para esses encontros foi sempre precisa a licença do bispo de Coimbra, raras vezes concedida. Lúcia fora afastada do mundo.

Ao dedicarmos este espaço aos acontecimentos de Fátima, também nós quisemos falar com a irmã Lúcia, agora uma anciã. Mas o seu isolamento é ainda maior, dado que a vidente passou a depender directamente de Roma. A Igreja Portuguesa perdeu-lhe a jurisdição, pois, para conseguir autorização para falar-lhe, que naturalmente não será dada, é preciso recorrer à Nunciatura Apostólica em Lisboa, que fará seguir o pedido para Roma. Nas repartições da Cidade Eterna, e, quem sabe, no gabinete de Sua Santidade, se decidirá da possibilidade de falar com aquela que foi uma humilde pastora da Cova da Iria.

Ainda há poucos dias, o Papa Paulo VI beatificou um padre capuchinho, jugoslavo, que se diz ter feito dois milagres em pessoas que aparentemente sofriam de doenças mortais. Estes dois milagres foram a base da beatificação de frei Leopoldo. Não custa a aceitar que, um dia, o Vaticano pelo menos beatifique uma freira - Lúcia - envolvida em acontecimentos milagrosos que poderosamente contribuíram para fortalecer a fé de milhões de crentes.



# Fátima

Milhões de homens morriam nas trincheiras e uma nova ameaça ensombrevia a Igreja: a constituição da atea República Socialista Soviética, cuja revolução se dá em Outubro de 1917, o mês da última aparição de Fátima. A mensagem refere, exactamente, o perigo soviético. J.F.N.

## A mensagem

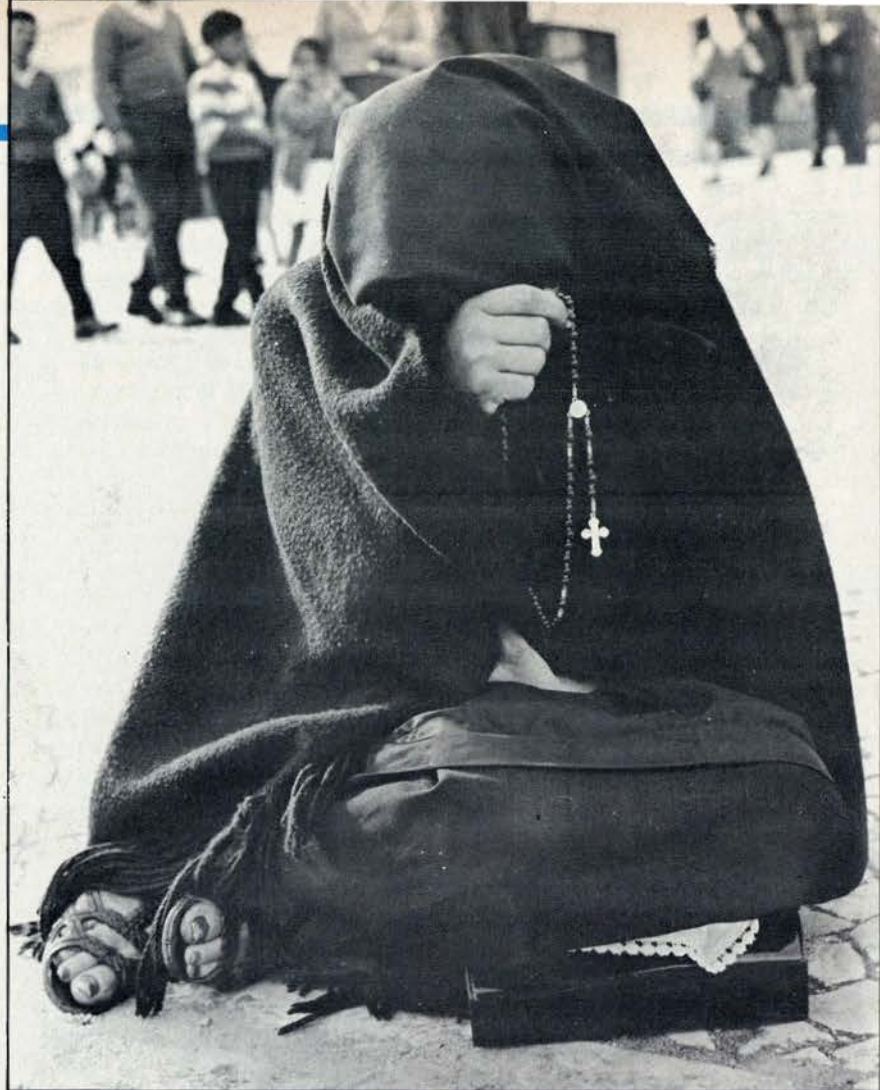
### FÉ, MITO OU ALIENAÇÃO?

Fátima e a sua mensagem, cuja terceira parte ainda não foi revelada, surge num momento histórico preciso — 1917. A primeira guerra mundial, juntamente com a Revolução de Fevereiro, na Rússia, servem de base às “providenciais” aparições da Virgem. Quando as estruturas sociais estão a ser violentamente questionadas, quando uma nova doutrina se prepara para ser propagada mundo afora, Portugal, país tradicionalmente católico e conservador, fornece à humanidade um símbolo (mito?) que permitirá à hierarquia eclesiástica reforçar um poderio seriamente ameaçado. Quanto às forças políticas então no poder, acolhem de bom grado a chegada da Virgem, pois, também, elas, tirariam proveito de tudo o que se passava.

O clima de mistério era fundamental para que tudo resultasse. Aparições, milagres e, principalmente, o “segredo”, envoltos numa grande nuvem de misticismo, rodeados da necessária auréola de espiritualismo, serão o contraponto feito, sob medida, à doutrina materialista e dialéctica que ganhava forma em vários países.

#### TERÇOS PARA A RÚSSIA

De outro modo, não se explica o conteúdo da mensagem. Quando Nossa Senhora pede terços para que a Rússia se converta, caso contrário ela “espalhará seus erros pelo mundo, promo-



vendo guerras e perseguições à Igreja, e os bons serão martirizados, o Santo Padre terá muito que sofrer e várias nações serão aniquiladas”, deixa, porém, bem claro que “em Portugal se conservará sempre o dogma da Fé”. Mais: antes de os videntes receberem a mensagem, são preparados com uma visão do Inferno, cuja descrição feita pela irmã Lúcia não deixa de provocar sorrisos num espírito minimamente esclarecido. Como se vê, o “suspense” é a tônica dos acontecimentos de Fátima. A mensagem é revelada a 13 de Julho de 1917, sendo, então, precedida de duas aparições, o que permitirá a preparação da opinião pública (se quisermos empregar os termos de hoje). A própria mensagem é precedida da visão que referimos acima.

Mas tal mensagem não é logo divulgada ao público. Os videntes juraram segredo e só anos mais tarde Lúcia se confessa ao Papa. Neste meio tempo, o clima de mistério pode reforçar-se e as especulações “úteis”

surgem, principalmente, das pessoas entidades ligadas à Igreja. Tomando por base cartas de Lúcia, vê-se que poucos dias após a revelação, ela e os primos são submetidos a interrogatórios, afim de revelarem o “segredo”. Os interrogatórios, violentos, que nas palavras de Lúcia assumem proporções terríveis, vão servir de excelente ajuda ao clima de simpatia que se começava a gerar em torno das crianças.

A partir daqui, acelera-se o processo. Uma “testemunha ocular”, Gilberto Santos (segundo palavras do próprio) entra em cena e manda construir a primeira imagem da Virgem. Depois de pronta e posta na Capelinha das Aparições, um grupo de maçonicos, no entender da testemunha, coloca cinco bombas dentro da Capelinha, das quais só quatro explodem. O tecto é destruído, mas o resto fica intacto. Este caso é amplamente explorado e, para além da construção da nova capela, fazem-se romarias ao local, crescendo sensivelmente a movimentação à volta de Fátima. A seguir vêm as



estampas, as relíquias, os terços e as primeiras casas de artigos religiosos. Inicia-se, assim, o lucrativo comércio de Fátima.

#### PARA QUANDO A TERCEIRA PARTE DA MENSAGEM?

Não é por acaso que, em Dezembro de 1974, é publicado num jornal de Lisboa um apelo que, dada a sua importância vamos reproduzir. Dizia ele:

“Portugal atravessa uma grande crise, indiscutivelmente uma das mais graves da sua história. Se bem que no termo final do caminho que a nossa Pátria vai trilhando se podem divisar esperanças, podem também entrever-se terríveis perigos.

“Como se relaciona esta situação com a Mensagem de Fátima?

“O neopaganismo reinante nas mentalidades e nas modas trouxe como consequência uma baixa no índice de religiosidade do povo. As circunstâncias que levaram Nossa Senhora a manifestar toda a sua dor em Fátima e a implorar a conversão do mundo, longe de serem removidas, pelo contrário agravaram-se consideravelmente nas décadas que medeiam entre os anos de 1917 e 1974.

“Não é de espantar que um dos castigos pronunciados pela Mãe de Deus já se faça sentir na nossa Pátria. Com efeito disse Ela que a “Rússia espalharia os seus erros por toda a parte”. E eles por aqui se difundem.

“A não haver uma emenda nas mentalidades e nos costumes, o normal é que a sequela das punições previstas por Nossa Senhora se desenrole até ao termo final.

“Ora, como causar essa emenda salvadora? Tantos meios já foram empregados para isto sem resultado!

“A única solução consiste em que o povo conheça a parte da Mensagem de Fátima ainda não revelada pela irmã Lúcia. Pois tudo leva a crer que ela contenha as palavras capazes de esclarecer e reanimar as imensas multidões desamparadas deste nosso século de confusão e pecado.

“Assim, fazemos um apelo para que cada católico português escreva à irmã Lúcia implorando-lhe que manifeste a

Portugal e ao mundo a parte ainda não declarada da sublime Mensagem da qual ela tem a honra de ser depositária.

“Milhões de pedidos nesse sentido poderão valer à nossa Pátria palavras inapreciáveis nas quais se veja brilhar, em meio às preocupações do momento, o sorriso celestial da Virgem Mãe.”

O apelo, distribuído pela cidade, foi enviado ao órgão de Informação por um leitor que, abismado, se apressou a divulgá-lo. Note-se que o panfleto era anónimo.

Este texto, cujo teor praticamente dispensa comentários, veio na sequência dos acontecimentos que tiveram lugar a 12 e 13 de Outubro de 1974, no nosso país. Recorde-se que as cerimónias religiosas marcadas para

essa data, em Fátima, foram motivo de alarme, dado que, em seguimento dos acontecimentos do 28 de Setembro, previa-se um aproveitamento das festividades por determinadas forças políticas. Tropas do extinto COPCON estiveram aquarteladas na região e não chegou a haver nada de anormal durante os festejos.

Como se vê, Fátima foi e continua a ser um centro fulcral da hierarquia religiosa e das suas consequências no Estado social.

Quanto à mensagem, sabe-se apenas que as “milhões de cartas” não foram escritas. Menos fé ou início da queda de um mito? ● FELICIANA FERREIRA

## Na Imprensa da época

# TESTEMUNHOS INSUSPEITOS DE UM FENÓMENO

As aparições de Fátima foram amplamente relatadas pela Imprensa da época, em reportagens que nem sempre primavam pela elegância estilística, mas tinham, em contrapartida, o mérito de relatarem os factos, circunstanciada e objectivamente.

Todos os fenómenos que atraíram a atenção do mundo para Fátima se cifram em 14 aparições miraculosas, oito de um anjo e seis da Virgem, processadas ao longo de três anos (de 1915 a 1917), numa zona da serra de Aire que apenas abrange alguns quilómetros quadrados.

Em 1915, em condições não inteiramente averiguadas, teria começado a aparecer, nos lugares de Toca do Cabeço, Estrumeiras da Conceição, Poço do Arneiro e Cova da Iria, um anjo, que se terá declarado o Anjo Custódio de Portugal.

É o jornal católico “A Ordem” que, em 1916, se faz eco destes fenómenos, organizando uma “Cruzada do Rosário”, cujo programa “implicava a

recitação do terço, a comunhão frequente e o aparecimento da vetusta Confraria do Rosário”, uma das muitas que haviam sido expulsas durante os acesos conflitos posteriores à implantação da República.

Terá sido esse anjo quem anunciou que no ano seguinte (1917) no dia 13 de Maio, se daria a aparição de Nossa Senhora, sendo os católicos exortados pelo jornal a que fizessem sacrifícios, orações, estimulando o seu ardor eucarístico e a devoção ao Coração Imaculado de Maria. A data, a hora e o local da primeira aparição da virgem, na Cova da Iria, era também determinada.

Como se sabe, poderosas forças subterrâneas se digladiavam na sombra,

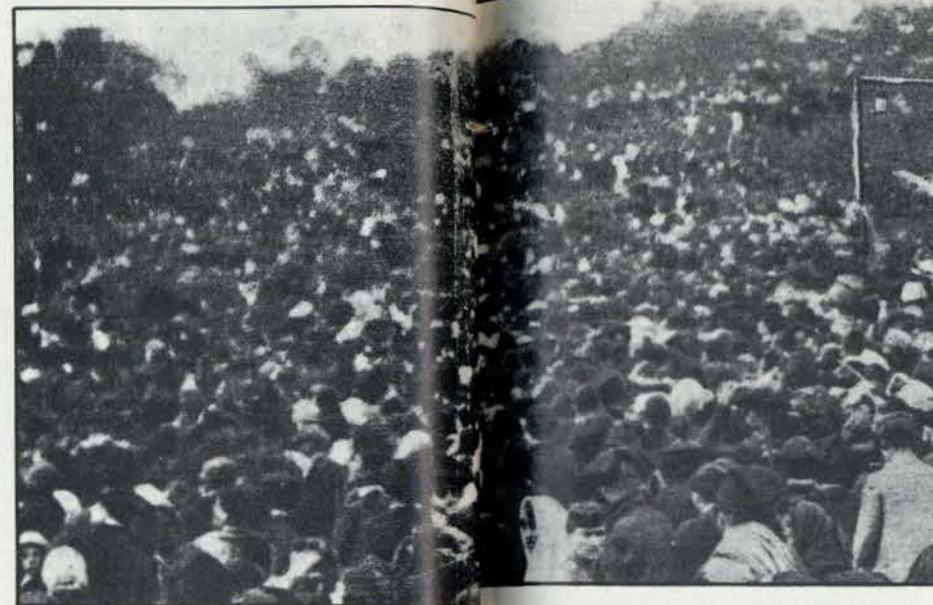




Olhando o céu em busca do rosto da Virgem ou de sinais que a anunciem, os camponeses esperam ("cliché" da "Ilustração Portuguesa"—1917)



Os três pastorinhos, Lúcia, Jacinta e Francisco, os escolhidos para a miraculosa aventura



entre elas a Maçonaria e os poderosos jesuítas, cada uma situada nos extremos do campo de batalha.

A Imprensa católica sofrera, nesses primeiros anos, após a implantação da República, duros golpes, pelo que não eram muitos nem numerosos os jornais nos quais tais temas poderiam obter eco. Na verdade, as próprias seis aparições da Virgem, em Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro e Outubro, pouco ou nenhum efeito obtiveram nos jornais e revistas.

Cabe a "O Seculo" a posição dominante neste assunto, pois foi um seu enviado especial a Fátima, o jornalista Avelino de Almeida, que produziu, em 13 de Outubro de 1917, o primeiro e mais completo documento jornalístico surgido sobre o assunto.

Avelino de Almeida era um ilustre jornalista que contava, no ano das aparições, pouco mais de 40 anos e conquistara já a celebridade. O seu começo de carreira fez-se em jornais católicos e ligado à Companhia de Jesus, de que viria a afastar-se, mais tarde. Na altura em que o encarregaram das reportagens sobre Fátima militava nas hostes anticatólicas, razão por que mais escandalosas se tornaram as suas opiniões em narrativas de factos que diz ter observado. A Igreja, pela voz de alguns católicos responsáveis, deu estas reportagens como sendo favoráveis à materialidade das aparições. Outros entendem que a interpretação do jornalista é suficientemente subjectiva a fim de permitir todas as saídas. Mas não há como reproduzir o primeiro documento jornalístico surgido sobre Fátima, publicado em 13 de Outubro de 1917 em "O Seculo", 5

meses após a primeira aparição. Diz Avelino de Almeida:

"É do meio-dia para a uma hora — declaram os que têm ocorrido à charneca de Fátima — que o milagre se produz. Nem todos logram a dita de contemplar a figura sagrada. O número dos eleitos parece ser bem reduzido. Por mais esforços que façam, muitos nada enxergam, contentando-se os que ficam mais perto das crianças com ouvi-las falar a uma invisível interlocutora. Outros, porém, no instante solene e divino, vêem as estrelas pestanejando no azul, a despeito de o Sol se encontrar no zénite; sentem ruídos subterrâneos, que assinalam a presença da Senhora; dizem que a temperatura arrefece e alguns compararam as impressões do momento com as que se recebem quando de um eclipse solar. É sobre uma carvalheira que a figura da Virgem, consoante a confissão infantil, se manifesta, e em redor envolve-a como que uma nuvem que dir-se-ia de pó, se na ocasião soprasse vento. A sugestão colectiva de que o sobrenatural impera ali e de que um poder extra-humano empolga os circunstantes é tão forte e tão arrebatadora que os olhos se marejam de lágrimas, há rostos que se cobrem de uma palidez de morte, homens e mulheres prostram-se por terra, entoando cânticos, e rezam o terço em coro — e não sabemos se porventura já houve cegos que recuperassem a vista, paralíticos que readquirissem os movimentos e pecadores empedernidos que se desprendessem dos atoleiros do vício para mergulharem na água lustral da penitência..."

Dois dias depois, o mesmo jornal

publicava a reportagem, propriamente dita, sobre a última aparição de Nossa Senhora aos três pastorinhos. Sob o título "Como o Sol bailou ao meio-dia em Fátima", e ao lado de um "cliché" de Lúcia, Jacinta e Francisco, escreveu Avelino de Almeida:

"O ponto da charneca de Fátima, onde se disse que a Virgem aparecera aos pastorinhos do lugarejo de Aljustrel, é dominado numa enorme extensão pela estrada que corre para Leiria, e ao longo da qual se postaram os veículos que lá conduziram os peregrinos e os mirones. Mais de cem automóveis alguém contou e mais de cem bicicletas, e seria impossível contar os diversos carros que atravancaram a estrada, um deles o auto-ônibus de Torres Novas, dentro do qual se irmanavam pessoas de todas as condições sociais.

Mas o grosso dos romeiros, milhares de criaturas que foram de muitas léguas ao redor e a que se juntaram fiéis idos de várias províncias, alentejanos e algarvios, minhotos e beirões,

congregaram-se em torno da pequenina azinheira que, no dizer dos pastorinhos, a visão escolheu para seu pedestal e que podia considerar-se como que o centro de um amplo círculo em cujo rebordo outros espectadores e outros devotos se acomodam. Visto da estrada o conjunto é simplesmente fantástico. Os prudentes campônios, abarracados sob os chapéus enormes, acompanham, muitos

ordena que fechem os chapéus. Transmite-se a ordem, que é obedecida de pronto, sem a mínima relutância. Há gente, muita gente, como que em êxtase; gente comovida, em cujos lábios secos a prece paralisou; gente pasmada, com as mãos postas e os olhos borbulhantes; gente que parece sentir, tocar o sobrenatural... A criança afirma que a Senhora lhe falou mais uma vez e o céu, ainda caliginoso, começa, de súbito, a clarear no alto; a chuva pára e pressente-se que o Sol vai inundar de luz a paisagem que a manhã inermosa tornou ainda mais triste...

A hora antiga é a que regula para esta multidão, que cálculos desapaixonados de pessoas cultas e de todo o ponto alheias às influências místicas computam em 30 ou 40 mil criaturas... A manifestação miraculosa, o sinal visível anunciado está prestes a produzir-se — asseguram muitos romeiros... E assiste-se então a um espectáculo único e inacreditável para quem não foi testemunha dele. Do cimo da estrada, onde se aglomeram os carros e se conservam muitas centenas de pessoas, a quem escasseou valor para se meter á terra barrenta, vê-se toda a imensa multidão voltar-se para o Sol, que se mostra liberto de nuvens, no zénite. O astro lembra uma placa de prata fosca e é possível fitar-lhe o disco sem o mínimo esforço. Não queima, não cega. Dir-se-ia estar-se realizando um eclipse. Mas eis que um alarido colossal se levanta, e aos espectadores que se encontram mais perto se ouve gritar:

— Milagre, milagre! Maravilha, maravilha!

Aos olhos deslumbrados daquele povo, cuja atitude nos transporta aos tempos bíblicos, e que, preso de assombro, com a cabeça descoberta, encara o azul, o Sol tremeu, o Sol teve nunca vistos movimentos bruscos fora de todas as leis cósmicas — o Sol "bailou", segundo a típica expressão dos camponeses... Empoleirado no estribo do auto-"ônibus", de Torres Novas, um ancião cuja estatura e cuja fisionomia, ao mesmo tempo doce e enérgica, lembram as de Paul Déroulède, recita, voltado para o Sol, em voz clamorosa, de princípio a fim, o Credo. Pergunto quem é e dizem-me ser o sr. João Maria Amado de Melo Ramalho da Cunha Vasconcelos. Vejo-o depois

dirigir-se aos que o rodeiam e que se conservaram de chapéu na cabeça, suplicando-lhes, veementemente, que se descubram em face de tão extraordinária demonstração da existência de Deus. Cenas idênticas repetem-se noutros pontos e uma senhora chama, banhada em aflitivo pranto e quase uma sufocação:

— Que lástima! Ainda há homens que se não descobrem diante de tão estupendo milagre!

E, a seguir, perguntam uns aos outros se viram e o que viram. O maior número confessa que viu a tremura, o bailado do Sol; outros, porém, declaram ter visto o rosto risonho da própria Virgem, juram que o Sol girou sobre si mesmo como uma roda de fogo de artifício, que ele baixou quase a ponto de queimar a terra com os seus raios... Há quem diga que o viu mudar sucessivamente de cor...

São perto de 15 horas.

O céu está varrido de nuvens e o Sol segue o seu curso com o esplendor habitual que ninguém se atreve a encarar de frente. E os pastorinhos? Lúcia, a que fala com a Virgem, anuncia, com ademanos teatrais, ao colo de um homem, que a transporta de grupo em grupo, que a guerra terminará e que os nossos soldados iriam regressar... Semelhante nova, todavia, não aumenta o júbilo de quem a escuta. O sinal celeste foi tudo. Há uma intensa curiosidade em ver as duas rapariguinhas com suas grinaldas de rosas, há quem procure oscular as mãos das "santinhas", uma das quais, a Jacinta, está mais para desmaiar do que para dançar, mas aquilo por que todos ansiavam — o sinal do céu — bastou a satisfazê-los, a radicá-los na sua fé de carvoeiro. Vendedores ambulantes oferecem os retratos das crianças em bilhetes-postais e outros bilhetes que representam um soldado do Corpo Expedicionário Português "pensando no auxílio da sua protectora para salvação da Pátria e até uma imagem da Virgem como sendo a figura da visão... Bom negócio foi esse e decerto mais centavos entraram na algibeira dos vendedores e no tronco das esmolas para os pastorinhos do que nas mãos estendidas e abertas dos leprosos e dos cegos que, acotovelando-se com os romeiros, atiravam aos ares seus gritos lancinantes..."



## DO GENERAL AO CABO MAIS OCIDENTAL

ALVARO GUERRA e desenhos de  
CRUZERO SEIXAS



terranho ribeiro de melo/edições africade

## Do General ao Cabo Mais Ocidental

# UM SALMO E UM REQUIEM POR UM PAÍS

Poema-narrativa, ou texto-vida, como lhe chama o autor.

Autor agrafado numa página da história portuguesa, a página é esta, a história é toda. E a sua história consuma-se nas estórias que o criam e que conformam a história que leva geralmente letra grande, mais porque tal lhe cabe como título ou por celebridade de autor, ou apenas porque germanicamente substantiva, que por outras razões "históricas" — estas as de caixa alta dos diários da manhã do País todo.

Texto-meditação dos pegos profundos de um passado que ora leva o autor à camisa verde dos sábados da sua infância quer aos locais de onde, reminiscente, lhe jorra a memória pétalas secas de uma camoniana regressada, no

próprio regresso destas andanças para Calecutas e Mombaças, retorno desencantado ao rectângulo peninsular, ouvidos ainda na memória os metais dos hinos, e o intercâmbio do capiô de ontem e de hoje, do leda daquele tempo agora desenterrado do baú das rendas velhas, asa de borboleta, pétala, fita, do fantasma de Camões cuja voz de espectro lhe perpassa as páginas.

Sente o Álvaro Guerra deste lavar de cestos das vindimas recentes e passadas, de colheitas menos esquecidas, o momento em que o repórter e o poeta, o estatístico e o historiador percorrem o campo de batalha num lusco-fusco ainda perturbado pelo pó levantado há horas, o número de botas perdidas, de selas rebentadas, de crânios vazios, ao som lamentoso do segundo andamento da "Eroica".

## Almeida Faria na prateleira?

"A Paixão", de Almeida Faria, um belo e comovente romance, repassado daquilo a que nos atrevemos a chamar de memórias avulsas, impressões de infância, a província em cenas alternantes de gentes e de horas, é um discorrer cinematográfico em forma de palavra. De palavra lavrada, trabalhada, depurada. De palavra à solta, sem preconceitos de discurso solene, como bem talhada e mal falada, como se vive e não é silêncio.

Acresce que, a seu tempo, esta narrativa de Almeida Faria foi exaustivamente dissecada pelos "profissionais" que muito lêem de mau e pouco de bom e, por isso mesmo, são deformados nos seus arrazoados de qualidade, por mor da imercê da quantidade de milhares de páginas que a esmo deglutem.

Mas adiante. O romance é mesmo muito bom, recheado de novidade, de juventude de escrita, de imaginação cénica, de dinamismo verbal. É o "Orlando Furioso" do romanesco português de mais recente extracção.

O que entristece é que, após o intenso labor do escritor em rever a obra, volvidos dez anos sobre a sua primeira edição, o livro não apareça à venda em quase nenhum sítio. Que se passa? A Editorial Estampa faz uma edição cuidada, "maneirinha", de bom aspecto gráfico, tira uns milhares de exemplares e não a distribui? Incrível, absurdo. E, contudo, é verdade. Pois empatam-se largas dezenas de contos, esmera-se um trabalho a vários níveis técnicos, lança-se o produto no mercado e ele não se vê?

E não é só o editor que voluntariamente (?) se prejudica, mas, sobretudo, o escritor que assiste, ingloriamente, ao seu esforço nulo. Ninguém o lê e milhares de volumes aguardam, em que prateleiras? E só os amigos ou oficiais do mesmo ofício comentam gostosamente entre eles mais uma boa achega para a literatura portuguesa do presente.

Ou será que algo de incerto acontece nos bastidores da Editorial Estampa? Algo que "faz fazer" com um encolher de ombros e impedir com um aceno de cabeça a circulação, mesmo com indiferença pelos encargos financeiros? Será que alguma manipulação superior e subreptícia faz variar a normal engrenagem de um aparelho editorial? Não queremos crer. A verdade, porém, é que Almeida Faria não entende. E nós queremos entender certezas. Nem que, para tal, intentemos em averiguá-las...

Um bom livro exige muitos e bons leitores. É para isso que se editam livros. Para os pôr à venda, substancialmente, nos escaparates. Senão, é preferível ficarem no repouso meditativo das gavetas. — Dórdio Guimarães



Faz-lhe Guerra o inventário processual destas escaramuças e combates no jeito recatado de quem resolve desatar das cartas velhas as fitas desbotadas, ou percorrer, entre divertido e agoniado, o sótão das amaduras, dos guantes, dos ferros, a que as equimoses da ferrugem emprestam o tom duvidoso e romântico, quiçá do sangue.

Desses combates do Guerra consigo e com os outros e dos outros, já passados, com ele, forja meditadamente o ribombo fictício da chapa de trovão boleada, revivescência eléctrica de apagados relâmpagos, no discurso graficamente desorganizado em poema, a saborear a prosa do compositor distraído que se esquecera de lhe estirar os versos, de lhe brunir as rimas.

Tropeçando assim nas palavras homófonas, truão de chagas íntimas dos jogos malabares das associações de ideias, provérbios e "calembours", ziguezagueando um discurso de alucinação masoquisticamente interrompido, mais entretido no pus que no sangue, mais no Bandarra que no Couto, não deixa com isso, pelo contrário, de estender os decassilábicos dedos de Camões no gesto composto da morte, cruzados sobre o peito, dando-lhe finalmente um descanso que o Dom Sebastião lhe havia começado a roubar.

Não é sem uma emoção muito profunda que Guerra, consciente do momento da sua *estória* que somada às *estórias* dos outros deixara por picadas e tabancas, se insere numa história, esta de páginas delidas e já mal legíveis, com fascículos dispersos e muitos deles perdidos: a família, os cânones, a bênção, o punhal maçónico, o "canotier", a talagarça, os bofes, as "malines", o liceu, a "mocidade", a guerra.

A guerra, os hinos, a viagem, o medo, o pó, o acidente, o inútil, o vazio, o ridículo: rapidamente e em força.

Deste *General ao Cabo mais Ocidental* a intersecção *estórica-histórica*, a descida aos abismos das lembranças

enterradas com pedras por cima, mas de onde se evolvem todas as noites deste tempo-poema-meditação, os fátuos fantasmas, antijunqueirianamente embora, reclamando da pátria a pátria.

E neste casamento do eu com o nós e no desfibramento do eu do nós faz Guerra a trança de um poema erguido em permanência em Portugal, sempre que a crise da consciência lusa faz retapar com as mãos as caras de pedra das campas: é o "Dom Jaime", a "Pátria", a "Mensagem", "O Canto e as Armas".

É um salmo, é um *requiem*, que nos fica vibrando nas naves fingidas daquilo que entretanto Eça chamara reles, ridículo, desprezível.

A Pátria-se retraíra-se, encurtara. Os soldados regressaram e fizeram de umas coisas outras, como na balada infantil. Os portugueses regressavam: "Naufrágio e Lastimoso Sucesso da Perdição de Manoel de Sousa de Sepulveda, e Dona Lianor de Sá, sua Mulher, e Filhos, Vindo da Índia para este Reyno na Náo chamada o Galiaõ grande S. Joaõ, que se perdeu no cabo de Boa-Esperança, na terra do Natal"; e a "Peregrinaçãõ, que tiverãõ rodeando terras de Cafres, mais de 300 légoas, té fua morte"; (1) e acampavam agora, à sombra da Torre de Belém, no campo da Junqueira, junto ao estrado dos Távoras, no pelourinho do Cais do Sodré, ou à boca da judiaria de Alfama, em caixotes e sacos. Os cortejos fellinianos dos hotéis, pensões e estalagens. O assombro. A vida parada. A arara, o papagaio, transportados nos dedos dos meninos, pela segunda vez.

Há depois deste inventário um poema-situação. Nele aparecem os faz-tudo em vez dos bobos, a latrina e as fezes do totalitarismo de que nos falava o Herculano. Mas isto já não é, naturalmente, *estória* nem história. É um balanço com saldo de amargura. ● JORGE GUIMARÃES

(1) *Jerónimo Corte Real, Lisboa, tip. Rollandiana, 1783*

## OS DEZ MAIS

Os dez livros mais vendidos em Portugal na última semana. Esta rubrica, isenta de qualquer intuito publicitário, é elaborada com base em informações prestadas pelas principais livrarias de Lisboa e Porto. (Entre parênteses, as classificações da semana passada.)

Título	Autor	Editor	Preço
1 (1). Moçambique, Terra Queimada	Jorge Jardim	Intervenção	200\$00
2 (-). Até na Prisão Fui Roubado	Artur Agostinho	Área	80\$00
3 (3). 26 Anos na União Soviética	Chico da Cuf	Afrodite	140\$00
4 (4). Discursos de Vasco Gonçalves	Vasco Gonçalves	Centro Difusor do Livro	120\$00
5 (-). Constituição Política	---	Imprensa Nacional	20\$00
6 (2). Crónicas e Cartas de Manuel de Portugal	Manuel de Portugal	Intervenção	140\$00
7 (-). A Burla do 28 de Setembro	António Maria Pereira	Bertrand	150\$00
8 (-). Do General ao Cabo mais Ocidental	Álvaro Guerra	Afrodite	120\$00
9 (-). O Regresso do Conde de Abranhos	Artur Portela Filho	Arcádia	110\$00
10 (-). Portugal, 50 Anos de Ditadura	António Figueiredo	D. Quixote	135\$00





Uma cena de "A Salamandra": o mais conhecido dos filmes de Tanner

## Alain Tanner

# "O CENTRO DO MUNDO" PASSA EM LISBOA

Alain Tanner, um dos principais realizadores daquilo a que se começou a chamar, há alguns anos, o "novo cinema suíço", esteve em Portugal, durante três dias. Participou em mesas-redondas, falou com muita gente e, finalmente, assistiu, no Teatro São Luís, a uma projecção (seguida de palestra) do seu filme "O Centro do Mundo".

No dia em que falámos com ele, tinha saltado da cama, assustado, no Hotel Tivoli, onde estava hospedado, ao ouvir o rebentamento da bomba que estoirou na Avenida da Liberdade, ali perto, na madrugada de 1 de Maio.

Nasceu na Suíça em 1929 e começou por fundar, com o seu amigo Claude Goretta, um cineclubes universitário. Aí deu os primeiros passos. Fez um intervalo para trabalhar, durante algum tempo, na marinha mercante, mas logo seguiu para Londres, onde fez um estágio no British Film Institute, até 1957, e passou pela BBC. Mas acabou por regressar à Suíça em 1964, quando já estava fundada a Société des Cinéastes Suisses, a que aderiu.

Esta sociedade juntava toda a nova geração do cinema suíço. A que

começou, gradualmente, a mostrar ao mundo que a Suíça fazia cinema, a que criou um estilo.

Em 1964, por ocasião da Exposição Nacional de Lausana, uma parte do público deu-se conta de que se passava qualquer coisa de novo no cinema do seu país. Simplesmente porque Henry Brandt tinha realizado, para as apresentar durante a exposição, cinco curtas metragens que incitavam quem as viu a reflectir sobre si e sobre os outros.

Os filmes deste grupo, raramente eram filmes que representassem grandes lucros comerciais. O que implicava que, para serem feitos, fossem subsidiados. Nasceu assim a necessidade de conseguir que o Estado helvético subsidiasse autores novos, cheios de ideias que as autoridades não com-

preendiam. Como era necessário organizar os sistemas de subsídios, criou-se uma escala segundo a qual os filmes subsidiados deveriam ser filmes "de valor" e "notáveis". O que deu logo azo a intermináveis discussões sobre o que se entenderia por filmes "de valor" e "notáveis".

Ao mesmo tempo que estas discussões tinham lugar, alguns meios conservadores pensavam que o "sistema" não poderia subsidiar filmes que o punham em causa, porque isso seria uma forma de suicídio.

### O NOVO CINEMA SUÍÇO COMEÇOU EM INGLATERRA

Foi em Londres que Tanner realizou o seu primeiro filme, "Nice Time", depois de ter observado durante muito tempo os transeuntes das ruas em Picadilly.

Depois, fez "Ramuz-Passage d'Un Poète" consagrou-se ao inquérito, trabalhando em "Les Apprentis", de que foi o produtor.

Regressado à Suíça, Tanner começou a fazer filmes para a televisão. Fez 40 até 1970, quando achou que tinha



chegado a altura de apresentar ao público os seus primeiros filmes de ficção para cinema.

Em 1971 uma nova obra de Tanner surgiu na famosa "quinzena dos realizadores" do Festival de Cannes: "A Salamandra". Foi o acontecimento que consagrou definitivamente o "novo cinema suíço". O filme de Tanner "em cores negras e brancas" foi feito com gastos mínimos. Era ainda a questão dos subsídios e da sua iguidade, de que Tanner falaria em Lisboa.

Em 1974, com "No Centro do Mundo", Tanner passa a gozar de reputação internacional, bem estabelecida ao nível da produção. Em "No Centro do Mundo" um homem tenta evadir-se do seu quadro natural de vida. Um camponês feito deputado por um partido de direita, enamora-se, depois, de uma rapariga do povo. A tentativa de sair do seu "clima" natural vai custar-lhe caro: tem de renunciar ao seu emprego, a sua família separa-se dele, a sua carreira política fica estragada e chega a perder a mulher. Porque era um homem que não sabia mudar. Sempre, nos filmes da nova escola de Genebra, os homens saem da vulgaridade, evitam os caminhos já batidos, singularizam-se.

Bertrand van Effenterre, naturalizado suíço, segue as pisadas de Tanner, que entretanto vai influenciando outros que surgem. Que chegam para fazer este novo tipo de cinema baseado mais no texto, mais no personagem, do que nas imagens, do que nos meios técnicos.

## OS RISCOS DA LIBERDADE

Encontrámos Alain Tanner no Teatro São Luís. Estava muito cansado, com muita gente à volta dele. Começava a exibir-se o filme e, no fim, Tanner ia falar aos espectadores. Voltámos a encontrá-lo no dia seguinte, 1 de Maio, no hotel: a todo o momento chegava gente para o ver, para falar com o famoso Tanner. Mas o suíço, mal arranjado, as longas pernas a saírem para fora do sofá onde se sentava, mais parecia um pássaro que interrompeu o voo do que uma "figura" que estuda as frases que diz aos repórteres.

Pusemos a Tanner o problema de um Estado subsidiar filmes contra si



Alain Tanner

próprio. Perguntámos-lhe se estava de acordo.

— *Certamente que estou. Se um Estado é liberal (no sentido de defensor das liberdades) deve aceitar os riscos que para ele comporta uma criação artística livre e não curar de saber se é a favor ou contra ele. Porque se não for um Estado liberal, então só subsidiará propaganda, tal como acontece em Moscovo, onde o Estado só subsidia os que dizem bem dele. Os políticos suíços não são muito inteligentes, porque se o fossem subsidiariam toda a criação de qualidade. De resto, nem a própria Suíça é muito liberal no plano da expressão. É um povo que tem medo das imagens, das palavras, de tudo.*

— Fale-nos dos seus tempos de Londres, do "Nice Time".

— *Eu queria fazer cinema, o que era impossível na Suíça. A TV não existia ainda. Fui para o estrangeiro e acabei por chegar a Londres um pouco por acaso. Comecei a trabalhar com o grupo do cinema inglês (Lindsay Anderson e Karel Reiss), o chamado "free cinema". Gorretta (outro dos novos realizadores) era meu amigo de há muito e fui eu que o chamei da Suíça para vir para Londres trabalhar. Lá vivemos durante três anos.*

— Diz-se que os vossos filmes são filmes literários...

— *No princípio tínhamos muito pouco dinheiro e tínhamos por isso de prescindir de muitas coisas. Tínhamos portanto de nos concentrar muito no texto. Quando fiz, por exemplo, "A Salamandra", não me ocupei muito com a parte técnica, mas fundamentalmente com os actores e o texto. Hoje em dia é diferente. Estamos mais desafogados e podemos desenvolver mais a parte técnica. Quer dizer: esse aspecto literário que os filmes tinham, embora fosse uma escolha, era também uma necessidade provocada pela falta de meios.*

— Viu o filme português "Brandos Costumes". Que pensa dele?

— *Gostei. É uma forma de linguagem muito moderna. Num outro terreno embora, aproxima-se do que eu tentei fazer. É um filme que se afasta de todos os esquemas tradicionais.*

— Que filme gostou mais de fazer?

— *O último. Chama-se "Jonas". Não tem história. Só oito personagens. O tema, se quiser, são as ideias que vieram à superfície em 1968 e como elas passaram às pessoas vulgares. Trata-se de uma comédia.*

— O que está a fazer agora?

— *Faço a montagem de "Jonas". Por isso mesmo é que não posso cá ficar mais tempo.*

— Você é um lutador...

— *O que é importante é lutar. Lutar contra o imperialismo do cinema comercial americano e francês. É preciso desenvolver as pequenas cinematografias originais que se opõem aos impérios poderosos. Fazer um cinema que transforme o olhar do espectador sobre o mundo em torno dele, um cinema que não seja alienante. Mas, se este novo cinema suíço, por sua vez, se institucionaliza e se torna poderoso, ficará morto. Nós temos de defender sempre a nossa verdade.*

Daí a pouco, Tanner ia almoçar. Haviam ainda que atender a TV. E os jornais. Acordado de manhã pela bomba que rebentou na Avenida da Liberdade, Alain Tanner iria de tarde ao Estádio Primeiro de Maio, para tomar parte nas comemorações lisboetas desse dia. Mas já está de novo na Suíça. Ocupado com "Jonas". — F.S.



## "Operação Cannes"

# CONVINHA NÃO ESTRAGAR A CARAVANA DA DIGNIDADE...

Começa hoje, precisamente, o Festival de Cannes. Um filme português encontra-se na liça para um dos três prémios em disputa. Outros cinco vão ser vistos no Mercado do Filme, numa tentativa de atrair as atenções internacionais para a nossa cinematografia.

Os "Demónios de Alcácer-Quibir", de José Fonseca e Costa, que vai a concurso em Cannes, não leva, logicamente, ambições de chamar a si qualquer prémio, mas sustenta a grande esperança de apresentar uma imagem digna das nossas possibilidades, nestas andanças mundanas no mundo do celulóide.

Quando a "Máscaras", de Noémia Delgado, "Trás-os-Montes", de António Reis, "Funeral do Patrão", de Eduardo Gueda, "Cântico Final", de Manuel Guimarães e "Princípio da Sabedoria", de António de Macedo, a sua missão é mais espinhosa, uma vez que vão ser a "chave de fendas" para abrir hipóteses de mercado mundial a um produto que, até hoje, praticamente o estrangeiro ignorava, vindo destas bandas.

Temos, contudo, uma convicção: abstrair os casos de "Máscaras" e "Trás-os-Montes", filmes experimentais do tipo documento e, ainda, de "Funeral do Patrão", fita concebida para a Televisão, as três películas base que compõem a nossa embaixada a Cannes possuem já uma envergadura profissional, uma compleição adulta, uma factura de qualidade que quer romper os limites técnicos e materiais com que nos debatemos. São, quiçá, uma garantia de que não devemos re-crear o ridículo ou a vergonha. São obras pensadas, sofridas, algo realizadas. Têm a dedada do talento e, sobretudo, da verticalidade intelectual, podendo interessar plateias razoavelmente exigentes da Europa. Estão "conta-



"Cântico Final", de Manuel Guimarães. Um filme póstumo, porventura o melhor do autor. Na imagem, Rui de Carvalho

"Demónios de Alcácer-Quibir", de José Fonseca e Costa. O filme que nos quer abrir as portas das plateias mundiais

minadas" da universalidade que nos aproxima dos outros povos. São obras "cidadãs do mundo".

A acompanhar os seis filmes portugueses presentes em Cannes, vão, respectivamente, António de Macedo, do Comissariado da Operação Cannes-76, em nome da Secretaria de Estado da Cultura, José Fonseca e Costa, na dupla função de adjunto de António de Macedo naquela qualidade e de realizador do filme a concurso, delegados das Cooperativas de Cinema e principais técnicos e artistas de "Demónios de Alcácer-Quibir". Além disso, a proteger a divulgação das longas metragens que nos representarão, segue com a nossa comitiva um cartaz do cinema português, expressamente concebido para o efeito, "posters" de cada um dos filmes incursos, "press books", catálogos, biofilmografias dos nossos realizadores e fotografias de todas as películas, material este que irá adornar o

pavilhão de Portugal, de cuja montagem e decoração foi encarregado o pintor Henrique Manuel.

Além das obras mencionadas, vão ser passados, em Cannes, mais 15 filmes portugueses de inquérito, testemunho e intervenção, produzidos pela RTP, pelas Cooperativas Cinequanon, Centro Português de Cinema e Cinequipa, Instituto Português de Cinema e Plani-grafe.

Estranhámos bastante a inclusão destes "filminhos", quer pela crassa falta de qualidade da maioria deles, quer pelo carácter meramente político e demagógico que os informa. Muitos deles contribuíam "fortemente" para nos lavar o cérebro na TV, durante o período gonçalvista. Será que se pretende levar até Cannes mais umas "sessões" dessas "pasteladas" (cuja identidade com cinema é pura coincidência), com o fim de se evocar a fase negra da nossa revolução?





## Gene Kelly: UM "FESTIVAL" NO FESTIVAL

Vedeta do espectáculo inaugural do Festival de Canes, que hoje se inicia, eis Gene Kelly, o cantor-bailarino-actor de "Um Americano em Paris". Apresenta, agora, o filme "Era uma vez Hollywood, nº 2", onde tem um dos principais papéis. Além disso, durante todo o certame, rodará um outro filme que tem precisamente o nome de "Festival": a história de um cantor-bailarino-actor, outrora célebre, para o qual se organiza, em Canes, um retorno com fanfarras. Mas ele, amargo, "blasé", sabe perfeitamente que, à semelhança da personagem de Vítor Hugo, ele é "o cartaz rasgado do espectáculo de ontem...". Mas Canes é o milagre permanente do imaginário. Na companhia de uma "estrela" na aurora da sua glória, o nosso monstro sagrado honorário, pelo espaço de um festival, o tempo "em que se abriam todos os corações e o vinho corria a jorros", vai reencontrar a sua fresca perda.

Até que se extingam, nas ruas desertas de Canes, as luzes da festa...

Convinha não estragar a nossa caravana da dignidade com esta nódoa que os melhores de nós repudiam e certamente à Europa não irá arrancar, mais do que um bocejo, um justificado e desconfiado olhar de soslaio...

Seja como for, tenhamos fé em conquistar mais um mercado internacional para um produto que, até hoje, nem sequer mereceu as benesses do consumo interno. O cinema português, para existir e progredir, precisa urgentemente de quebrar as suas fronteiras. ■

Dórdio Guimarães

## TV: NOTÍCIAS MALTRATADAS

A verdade, nua e crua, é que a própria RTP não faz nada, ou pouco faz para procurar corresponder à nossa boa vontade. E, por isso, mesmo daqueles que, como nós, têm problemas de consciência e anseiam pela oportunidade de se redimirem de dizer mal, não encontram, ao longo das emissões, ponta por onde possam pegar — o pretexto para um aplauso sincero, um elogio, um "até que enfim!".

Com motivo concreto no serviço especial consagrado às eleições, debicámos (a contragosto, acreditem!) a qualidade da informação da nossa TV. Mas não dissemos, e acrescentamo-lo hoje, que essa debilidade não foi excepcional, porque, ao fim e ao cabo, reflectiu — projectando-as "em grande" — a palidez, a anemia entristecedora do "telejornal" quotidiano. A carência de ritmo, a falta de vibração (jornalística, entenda-se), a ausência de uma compenetração que, a existir, serviria para assegurar aquela indispensável "comunicação" que conduz o espectador, ou o simples ouvinte, a acreditar que o locutor lhe está a falar menos como "apresentador bem-parecido" (ou "assim-assim" de aparência) do que como repórter que domina o assunto de que fala, ou que pelo menos o domina suficientemente para não "gaguejar a leitura" e dar o ar de que também ele está a tomar, na altura, conhecimento da matéria sobre que debita palavras...

Para já não falamos da falta conflagrada do sentido de actualidade (ouvir, nas "últimas" de uma emissão, notícias, já escutadas na rádio ou lidas nos jornais na véspera ou na antevéspera, ou assistir à leitura passiva de títulos e prosas da Imprensa — sem que um facto novo, uma simples nota refresque a informação plagiada e requentada!), das falhas diárias, consecutivas, decepcionantes, temos o amorismo de quem escreve e de quem reproduz em voz alta... "Nas presentes condições é quem reúne as melhores condições", dizia Balsinha, na edição

noticiosa das 20 e 30 do dia 3. E o exemplo da prosa estropiada e da leitura sem crítica nem zelo (sempre de olhos baixos, presos na cábula!) podia ser multiplicado até quase ao infinito, se a paciência chegasse para registar tudo o que é disparate e mau gosto, pronúncia defeituosa, lugar-comum, construção inadequada, ausência de entusiasmo pelo que se está a fazer.

A avaliar pela circunspeção de certos "apresentadores" e "comentadores", as tarefas de que os incumbem devem ser extremamente dolorosas, pesadíssimas, entristecedoras! É vê-los, quando aparecem, hirtos, chateados, desejosos de despejarem o recado e de fazerem compreender ao espectador que estão ali porque os obrigaram, inocentes, sem responsabilidade do que possa ter acontecido e deu origem à notícia... que muitas das vezes nem é notícia.

Helder de Sousa, coitado, tem o frete das coisas lá de fora, mas lê os nomes ingleses e americanos como se fossem franceses, e vice-versa, estropiando o Reagan — que cada locutor chama de sua maneira. Nuno Coutinho debruça-se sobre as eleições americanas para nos deixar cada vez mais na mesma, sem olhar para nós (ou para a câmara), no que é imitado pelos desanimados colegas do Porto, a Melo e o Vidal. Ribeiro Soares lê tudo com uma entonação artificial que pretende ser muito profissional mas acaba por se revelar penosa para quem escuta e quer perceber. Ao Cerqueira sobra alegria (um sorriso sem sentido a enfeitar o vídeo, mesmo que seja para anunciar uma catástrofe), e ao Blanco sobeja suficiência sem conteúdo.

Nisto de telejornal, Lisboa e Porto equivalem-se. Na tristeza. Na falta de rasgo e de imaginação. Cumprem a receita, e quem quiser desça à rua a comprar o jornal... Mas não é justo, acreditem. O público, traga ou não as taxas em dia, merece mais e melhor. Os direitos do espectador (invisível, embora) têm de ser respeitados. ■

S.L.



# vida artística

## Ópera

# SURPRESAS POLACAS NO S. CARLOS

A "temporada de ópera" do São Carlos, este ano, só inclui três espectáculos, por uma companhia polaca. Mas as surpresas serão, certamente, em maior número.

Integrados na temporada da Primavera — este ano completada apenas por dois recitais e igual número de concertos — o Teatro Nacional de São Carlos iniciou os seus tradicionais espectáculos de ópera.

A inaugurar-los, o Grande Teatro de Ópera de Varsóvia, em três espectáculos, dois dos quais são estreia absoluta em Portugal. Já no decorrer do mês de Junho, a encerrar a temporada, teremos mais duas óperas, desta feita cantadas por elenco português e acompanhadas por músicos portugueses.

O Grande Teatro de Ópera de Varsóvia estreou com "Halka", ópera romântica em quatro actos, de Stanislaw Moniuszko, o criador da ópera nacional polaca e, a par de Chopin, o

mais importante personagem da música do século XIX, no seu país.

Do compositor contemporâneo Krzysztof Penderecki, célebre nos meios musicais mundiais, sobretudo pelos efeitos de sonorização e articulação instrumental obtida dos instrumentos tradicionais, é a segunda obra, a estreiar na segunda-feira — "Os Diabos de Loudun", baseada num texto de Aldous Huxley, ópera enriquecida por excelente cenário e todo um arsenal de técnica de composição, desde os arcaicos cantos gregorianos até aos mais modernos meios de exploração das vozes humanas.

A companhia polaca — que dá, ainda hoje, uma récita com o "Falstaff", de Verdi, ópera conhecida de



Lisboa, em temporadas anteriores — é acompanhada por orquestra, coros e corpo de baile próprios.

Com direcção musical de Maurice Gendron, a orquestra Gulbenkian acompanhará, em 4 de Junho, a ópera cómica "Spinalba", com música de Francisco António de Almeida, cantada por um elenco nacional.

Este mesmo grupo encerrará a temporada da Primavera — 1976 com "Raridades do Teatro de Mozart", a última estreia. A orquestra e os coros do Teatro de São Carlos, dirigidos por Álvaro Cassuto, apresentarão música de cena de "Thamos, Rei do Egipto" e de "O Empresário".

Vinda do Leste europeu, a curta temporada de ópera terá, pelo menos, para já, o mérito de incluir várias surpresas. Possam as realidades justificar, quiçá, ampliar, agradavelmente, as expectativas. M.R.

## Teatro

# "MANDRÁGORA"

## apenas sofrível

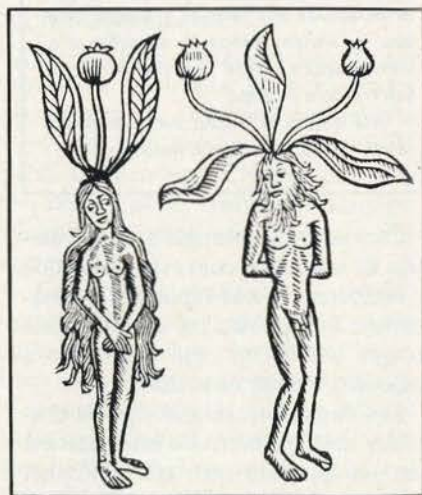
"Os Cómicos" são um jovem e pequeno grupo teatral ao qual se devem, já, alguns excelentes espectáculos, de entre os quais é justo salientar "A Noite dos Assassinos". Foi, por isso, um ambiente de expectativa que o grupo estreou "A Mandrágora", de Maquiavel, em tradução de Alexandre O'Neill e encenação de Ricardo Pais.

É lícito desde já dizer que o nosso interesse foi iludido, embora o espectáculo tenha uma ou outra qualidade

que a não deixa cair completamente.

Começemos pelo texto, para dizer que nem sempre a versão ou tradução de O'Neill nos parece a mais adequada. Por certas impropriedades de linguagem e pelo aproveitamento apenas parcial das virtualidades, digamos, pícaras, nela latentes.

Tem-se de Maquiavel a ideia de "O Príncipe" — mas, como comedirógrafo, ele não anda longe de uma certa tradição onde se movem, quase irmãos,



estilos como o da "comedia del'arte" ou o do nosso Gil Vicente, para não alargar mais o leque dos parentescos. Ora, do ponto de vista verbal, isso tem de ser marcado e não pode deixar de



ser o inevitável ponto de partida para a encenação. E, nesta, é sobretudo ao nível da direcção de actores que as coisas pioram.

É preciso entender o texto nesta perspectiva — e indispensável se torna igualmente que os actores saibam, ou sejam ensinados, a representar comédia clássica. Ora, à excepção de António Anjos, ao qual a prática de palco ajuda, embora não completamente e muitas vezes em sentido trocado, todos os restantes actores claudicam largamente. Mesmo as talentosas Maria Aranda e Maria Matta e o não menos habilitado Fernando Heitor. Sérgio Godinho esforça-se e tem por ele o mérito de falar claro e nos permitir entender o que diz. O que não acontece com Antonino Solmer, que tem esplendorosa figura mas cuja voz e dicção são um desastre.

É aqui, portanto, no domínio da direcção de actores e no trabalho deles próprios que “A Mandrágora” falha. Toda a intencionalidade, a malícia, a crítica, o acinte, o picante, o “maquiavelismo” das cenas se perdem.

Há dois domínios — o plástico e o musical — em que o espectáculo se mostra mais certo. É bonito e quase inteiramente apropriado o espaço cénico. Julgo que, para facilitar marcações e em face do reduzido terreno, o estrado do fundo pudesse ter sido levantado, de forma a caberem sob ele os músicos, deixando o centro livre e apto para outras tarefas como a própria porta lateral podia ter funcionado como uma entrada. A movimentação ganharia em variedade e rigor e o próprio praticável móvel, central, se prestaria a outros inventos cénicos. A música é, quase sempre, comentadora da acção e Carlos Corujo Zíngaro consegue, nesse domínio, quase sempre bons resultados.

Tal como o espaço cénico, de Jasmim e Manuel Baeta Neves, também os figurinos, da autoria do primeiro, são bons, com especial destaque para o fato e adereços de “Callimaco”.

Enfim, uma “Mandrágora” que podia ter sido um excelente momento de teatro mas que se fica, por limitada visão do encenador, numa mediania bastante pobrezinha. JOÃO NORDESTE

## UMA PEÇA POLÍTICA “A SÉRIO”

O Teatro Estúdio de Lisboa tem em cena “O Preço da Vida”, original de Michael O’Neill e Jeremy Seabrook, dois jovens autores ingleses sem grande experiência teatral mas que lograram construir um texto de fundas ressonâncias sociais, humanas e políticas.

Este espectáculo constitui um dos mais equilibrados e de melhor qualidade de quantos o TEL produziu ao longo da sua existência, enquadrando-se entre os cinco ou seis melhores a que a companhia deu vida.

É, sobretudo, um êxito artístico para Helena Félix, uma actriz que nem sempre demonstra grande plasticidade na construção das suas personagens. Aqui, pelo contrário, ela desencarna-se de si própria, na voz, na composição corporal, no apuro com que ergue a figura de uma mulher grosseira, vaidosa e impertinente.

“O Preço da Vida” é a imagem de um lodaçal humano — infelizmente, um lodaçal facilmente identificável por muitos portugueses, hoje mesmo. Não consta, aliás, que a miséria e a degradação moral e física a que frequentemente conduz, difira de país para país. É um flagelo que toma cambiantes locais, mas cujo fundo é sempre o mesmo. Ora, os autores equacionam com vigor os traços dessa mesma degradação, dessa desgraça que é, sem dúvida, o produto de uma desigual distribuição dos bens e que, assim, tem a tonalidade de um ataque político. O curioso na obra é os autores não entrarem na punhalada directa aos causadores dessa situação. Equacionam o problema, delineiam-lhe os traços através do comportamento da personagem e do seu meio, deixando ao espectador o cuidado de tirar por si as conclusões adequadas. Não é, assim, nesta óptica, aquilo a que se pretende agora chamar “teatro



Helena Félix: êxito pessoal

revolucionário”, mas constitui, sem dúvida, com a subtilidade de que os ingleses são capazes, um ataque frontal às deficientes estruturas sociais e seus mais directos responsáveis.

A encenação de Luzia Maria Martins, como a tradução, é escorreita, afora um ou outro pormenor que não chega para manchar o conjunto. No domínio da interpretação, toda ela, aliás, muito homogénea, há, ainda, a destacar dois artistas: Susana Prado e Dario de Barros, este com excelente apontamento. Também Fernanda Coimbra, Fernanda Montemor e Manuela Cassola produzem trabalho de qualidade. Mário Pereira deixa fugir completamente um papel que lhe surgia de bandeja, sendo um dos poucos a quase estragar uma obra muito homogénea, equilibrada e não já só digna, como costumamos dizer quando se deseja salvar a face do Teatro Estúdio, mas de real qualidade artística. ■ JOÃO NORDESTE



## A CIP DEITA CONTAS À VIDA

A Confederação da Indústria Portuguesa divulgou uma análise da situação político-económica do País e das perspectivas que se oferecem para uma evolução neste campo, a curto e médio prazo, à luz dos resultados das últimas eleições. Esta análise da CIP não pode ser menosprezada — nem pelos partidos políticos nem pelos que não são “patrões”.

Divulgou a CIP (Confederação Industrial Portuguesa) uma análise à situação político-económica do País e às perspectivas que se oferecem para uma evolução a curto e médio prazo em consequência dos resultados eleitorais para a Legislativa.

Na circunstância de uma crise económica acentuada, a voz dos empresários, da iniciativa privada, associada nesta confederação patronal, assume a importância de uma proposta que se afirma conducente à ultrapassagem da mesma crise. A análise patronal (não é por acaso) aponta como tarefa “reconstruir o País e salvaguardar a independência nacional”. Na actual situação, a proposta do “sindicato dos patrões” até coincide com os interesses gerais das diversas classes e camadas que constituem a sociedade.

Dizê-lo, sabemos, é um tanto apresentar-se como “advogado do diabo” e oferecer-se à crítica fácil de uma certa esquerda sem projecto, nem perspectivas, pronta a ver na afirmação o execrável “reformismo”, “colaboracionismo”, etc. Todavia, antes de enveredar pelo caminho das acusações, interessa apreender o que, de facto, a CIP revelou ao público, conhecer os pontos essenciais da sua análise-proposta, detectar os seus silêncios, procurar entender os porquês de tudo isto.

Vejamos. A CIP define a situação económica — “crise incontrolada e crescentemente incontrolável: desemprego crescente, inflação galopante, queda do produto, retracção do

investimento, persistentes desequilíbrios externos, endividamento acelerado do Estado e do sector público e privado”. Diagnóstico incontestado num momento em que o País é conduzido à “prática democrática”.

A estabilização económica e a estabilização política são aspectos

interligados e indissociáveis. Até aqui, são as chamadas evidências que nenhuma “verdade de classe”, nenhuma ideologia põe em causa. São também os pressupostos de uma leitura da realidade portuguesa, feita pela CIP. Quer isto dizer que os postulados que servem de fundamento à análise não são controversos. Podê-lo-ão ser as conclusões.

E as conclusões são: 1) **defesa da iniciativa privada**. Era natural que a CIP a fizesse, pois tal é a sua função, para isso surgiu. Mas o que interessa ver são as implicações imediatas desta defesa numa economia, em situação crítica, estatizada (nacionalizada, co-

### E.U.A.

## A CRISE PASSOU À HISTÓRIA

A crise económica mundial, iniciada em 1973, está prestes a ser vencida. Os Estados Unidos, como habitualmente, deram o “sinal de partida”. No primeiro trimestre deste ano, as empresas voltaram a dar lucros, o desemprego diminuiu, a inflação baixou e a produção aumentou. A procura é tanta, que a Ford até já está a organizar listas de espera...

“O que é bom para a General Motors é bom para os Estados Unidos”, afirmava um dos ministros do presidente Eisenhower. Um quarto de século depois, esta frase, identificando os interesses dos EUA com os resultados do grande construtor de automóveis mantém-se válida. Assim, enquanto a General Motors revela que no primeiro trimestre deste ano as suas

vendas de veículos subiram mais de 50 por cento em relação ao ano passado e que 1976 será, salvo imprevistos, “o segundo melhor ano da história da sociedade”, a economia americana prova que soube vencer a crise.

De facto, o conjunto das grandes empresas industriais americanas acaba de anunciar uma alta sensível no primeiro trimestre. No sector automóvel — onde, no ano passado, os fabricantes estavam reduzidos a praticar descontos insensatos para tentar descongestionar os seus “stocks” — a subida é fulminante.

A procura é mesmo tão forte que um construtor como a Ford viu-se forçado a pedir moratórias de entrega aos clientes, enquanto a Chrysler, ameaçada de falência em 1975, anuncia para o passado trimestre um lucro cativante de 72 milhões de dólares. Os



mo alguns dizem) em grande parte. E aqui, o documento não desce ao fundo das questões, deixando-se ficar quase pela rama das afirmações de princípio.

Dizer que "sem o concurso da iniciativa privada não é possível o relançamento da economia nacional", não explicitando o porquê e o contexto da necessidade afirmada, de facto pouco adianta. Tanto mais que é um dos pontos de partida para a análise feita pelo "sindicato patronal" às propostas económicas dos partidos maiores.

Por outro lado, se é ainda uma verdade incontestada (a não ser pelos poucos que por ela são postos em causa) que "a desconfiança nessa mesma iniciativa (privada) que certas forças se apostaram em defender, em determinada fase do processo revolucionário, pode mesmo considerar-se como um dos factores essenciais da crise", acontece que se fica uma vez mais na babugem da análise das coisas meias-ditas. O que surpreende na

medida em que o patronato, mais muitas vezes do que o pseudo-revolucionarismo, usa de uma lucidez que só a frieza dos cálculos (e dos lucros) permite compreender. Porque é que a CIP até a CIP — usa nas acusações o tom indefinido? Porque não são precisadas as "certas forças" em questão, a "determinada fase do processo revolucionário" referida?

2) Defesa de um sistema económico "misto concorrencial" garantido na Constituição política vigente. Seja, em termos mais acessíveis, um sistema económico em que o sector privado e o estatizado (preferimos o termo), são concorrentes. Para que efectivamente o fossem — a CIP não o diz claramente — haveria que permitir que ambos os sectores da economia estivessem em igualdade no jogo concorrencial. O que aponta desde logo ao pôr em causa das "nacionalizações", ou pelo menos de parte delas. A CIP não o faz. Como não faz uma análise do significado económico e político das ditas nacio-

nalizações, limitando-se a afirmar que "as nacionalizações não podem ser um luxo ideológico pago por portugueses".

Não escapa, porém, à observação mais descuidada, que a CIP, naturalmente, privilegia o sector de economia privada, a economia de mercado. E fá-lo ao ponto de dizer, o que é correcto, que "a economia de mercado e a democracia política estão estreitamente correlacionadas". A CIP, como Karl Marx, conhece a interpenetração dos fenómenos económicos e políticos. Estão, todavia, em dissonância com certas forças, como o PC, que, reclamando-se do marxismo, o negam. Talvez que para ao brandirem determinados conceitos (o de democracia política, um deles), esvaziando-os dos seus conteúdos, ocultarem as suas estratégias. É que a estatização da economia conduz, é verdade que não rectilaneamente, à negação da democracia (à democracia ocidental, entenda-se). Daí a razão, justa, da seguinte passagem do documento que citamos: "Se não funcionar eficientemente uma economia mista concorrencial, estarão criadas as condições para a não sobrevivência da democracia pluralista".

Claro que chamar a esta economia "mista concorrencial" de "via original para o socialismo" é uma espécie de acertar o passo pelo vocabulário em voga. Porque de original tem muito pouco, e de socialismo muito menos. É tempo de começarmos a chamar os bois pelos nomes, a ver se finalmente nos entendemos.

Para já uma coisa ressalta nas omissões (voluntárias?) dos dirigentes da CIP: esta continua a jogar à defesa.

3) Defesa de um governo de reconstrução ou salvação nacional. "Para uma situação de crise", tendo para isso que contar com uma ampla base de apoio. Um governo que não pode circunscrever-se ao apoio de um terço do eleitorado, um governo que não pode ser exclusivamente PS. A CIP, o que é politicamente significante, não concorda que o PS assumo sozinho o encargo da governação. Não, note-se, porque seja ou se declare anti-socialista, mas porque outros

resultados não são menos espectaculars nos outros sectores industriais. É assim que na química, por exemplo, o gigante americano Du Pont "embandeira em arco" com uma previsão de aumento dos seus lucros em 600 por cento, em relação ao ano passado!

É verdade que todas estas empresas eram estruturalmente muito sólidas — mas a crise que atravessaram desde 1973 foi a mais grave que os Estados Unidos conheceram desde 1929.

O produto nacional bruto subiu em cerca de 7 por cento, as taxas de desemprego culminaram em 9,2 por cento em Maio (ou seja, 8,5 milhões de desempregados) e a inflação tinha atingido o nível assustador (para os Estados Unidos) de 11 por cento para o ano de 1974. Entrando com o "pé direito" em 1976, Wall Street, que se antecipa sempre como o fazem os mercados financeiros do mundo, tinha dado o sinal de partida. Foi pois franqueada, durante este primeiro trimestre a barra histórica de 1000 de Dow Jones, o índice representativo dos grandes valores industriais da bolsa americana. Quanto aos cambistas ame-

ricanos, já esfregam as mãos. Beneficiando da excepcional animação do mercado de Nova Iorque, desde Janeiro, a célebre firma Merrill Lynch registou, durante os três últimos meses, o lucro bruto mais importante da sua longa história...

Depois do primeiro sinal de bom augúrio de Wall Street, a recuperação da economia americana durante o último trimestre foi ainda mais forte do que o previsto. A produção industrial subiu, assim, num ritmo anual de 8,5 por cento, enquanto a taxa de desemprego desceu, em Março, para 7,3 por cento, bem menor que a taxa média de 7,6 por cento prevista pela administração americana para o ano todo. Finalmente, a inflação pôde ser contida, com menos um por cento.

Para Gerald Ford, é um voto de vitória apreciável, a alguns meses das eleições presidenciais. Como Roosevelt em 1936, ou Truman em 1948, não seria a primeira vez que um presidente, em véspera de abandono do cargo, seria reeleito nos Estados Unidos, graças a um plano de renascimento económico coroado de êxito.

(Continua na pág. 64)





## União europeia UMA PÉSSIMA "BOA IDEIA"

**A** última cimeira europeia, que acaba de ter lugar no Luxemburgo, fez surgir, entre os "nove" da Comunidade Económica Europeia, muitas divergências e ainda mais desilusões. Como se chegou a isto? A construção da Europa consegue, em princípio, salvo na Inglaterra, a unanimidade, tanto da opinião pública como da opinião política, nos diferentes países membros da C.E.E. Mas, sem dúvida, essa unanimidade é mais aparente do que real, pois a Europa permanece, no fim de contas, para cada um dos países envolvidos, uma questão nacional — isto é, essencialmente, um empreendimento onde cada governo se preocupa com os seus próprios interesses, dos quais tem que dar contas e dos quais depende a sua sobrevivência.

Acontece, infelizmente, que cada vez que a Comunidade Europeia patina no domínio que é o seu âmago — a construção económica e monetária — alguns estrategos inquietos crêem poder salvar o assunto ou desviar a atenção fazendo reaparecer este ou aquele projecto esquecido de união política. Ora, ficou sempre assente, e é tão lógico como evidente, que uma união política da Europa só poderia ser encarada na fase em que a união económica e monetária surgisse suficientemente concluída: as nações europeias têm um pesado passado, demasiadamente antagonista, para poderem ser associadas na base única de instituições jurídicas elaboradas por homens políticos e "peritos" cujas tradições, até nesse domínio são absolutamente dissemelhantes.

**V**ALÉRY Giscard d'Estaing, então ministro das Finanças do presidente Pompidou, tinha compreendido perfeitamente tudo isso quando declarou, em 5 de Março de 1974, ao jornal *Le Monde*: "O maior serviço a prestar à Europa talvez seja, na hora actual, fazê-la passar uma fase de acalmia. A história formiga de exemplos de grandes realizações cuja progressão não foi contínua. As grandes transformações clamam por períodos de calma que não são feitos para dormir, mas para consolidar. A pausa nunca é desejável em si mesma, mas é necessária, em certas circunstâncias, para criar condições para um novo progresso".

Porquê a sua aparente mudança de atitude quando se tornou presidente?

Com efeito, ninguém pode crer que, no actual estado de coisas, a França possa, como no tempo do general De Gaulle, fazer figura de condutor da Comunidade Europeia. Mas ninguém admitiria em Paris que a

pressão da Alemanha seria tal que, neste ano XVIII da V República, a França não pudesse resistir. Toda a gente vê e compreende, além disso, que o Mercado Comum ainda não dirigiu a adesão e a entrada duma Inglaterra que lhe foi por muito tempo hostil e cuja conversão às ideias da Europa não está de forma nenhuma conseguida.

Por consequência, relançar a ideia da união política através da obliquidade da eleição por sufrágio universal directo da Assembleia de Estrasburgo surge cada vez mais como uma péssima "boa ideia". Primeiro, os países europeus envolvidos não estão de forma alguma de acordo sobre as modalidades dessas eleições, nem sobre o que deverá ser e fazer essa assembleia, uma vez que pretenda deter um mandato directamente popular que não corresponda às soberanias nacionais existentes. Em seguida, depressa se revelou que, mesmo na França, esse projecto iria tornar-se numa violenta causa de divisão que nos leva a mais de vinte anos atrás, ao tempo em que o Parlamento francês fez derrotar um projecto de Comunidade Europeia de Defesa o qual colocava praticamente a França sob tutela americana.

**U**M Paris, desse ponto de vista, o quadro político apresenta-se assim: na maioria governamental, toda a gente se declara mais ou menos favorável ao princípio de um projecto tido em conta pelo chefe de Estado. Mas os gaulistas, que constituem o grande contingente dessa maioria, introduzem condições que equivalem a uma oposição. Os comunistas, por outras razões, são-lhe igualmente opostos. E se o partido socialista é oficialmente a favor, a sua minoria mais dinâmica é contra. Perante uma reticência tão geral, o governo só poderá ter, evidentemente, um desejo, que é o de ganhar tempo. Do ponto de vista diplomático, o seu erro foi, talvez, de contar sem razão com os ingleses para liquidar o assunto: os ingleses tomam tudo isso tão pouco a sério que nem sequer julgam ter de se opor. O governo francês deverá, parece, desconfiar do futuro dessa singularidade.

Eis, pois, a Europa, uma vez mais, doente mas condenada a apresentar um bom parecer. Até agora, aqueles que esperam demasiado dela nunca tiveram razão de querer forçar as coisas quando os impasses eram tão evidentes: uma manobra tão falsa como a da eleição por sufrágio universal da Assembleia de Estrasburgo, no frágil contexto actual, pode fazer perder muito do que foi tão dificilmente conseguido.



## Brasil

### PARIS AJUDA GEISEL

A visita do presidente brasileiro a Paris foi criticada pela esquerda francesa, mas pode ajudar o país irmão a regressar à democracia.

Em 1971, foi Valery Giscard d'Estaing, então ministro das Finanças, o primeiro responsável francês a querer franquear as portas do "império" económico brasileiro por conta dos industriais do seu país. É o mesmo Giscard d'Estaing, já Presidente da República, que abriu esta semana, ao mesmo tempo que as do Eliseu, as portas da respeitabilidade internacional ao presidente do Brasil, o general Ernesto Geisel.

"A visita deste general-ditador está em contradição absoluta com os princípios firmados pela Constituição francesa e com os compromissos internacionais subscritos pelo nosso país", protestou o Partido Socialista, no mesmo tom em que várias outras formações da esquerda francesa o fizeram. É um facto que, depois do golpe militar de 1964, o Brasil não é propriamente um "modelo de liberalismo". Prisões

arbitrárias, anulações de mandatos de deputados, contam-se entre as provas mais recentes.

Mas os brasileiros mais realistas esperam que a passagem por Paris reforçará a posição de Ernesto Geisel, cujas tentativas de liberalização são ainda combatidas acerbamente pela ala direita do seu exército. Finalmente, esperam que o encontro do chefe de Estado brasileiro com uma democracia ajude o seu país a reencontrar os caminhos da liberdade.

"Os princípios adoptados pelo regime militar em matéria de segurança nacional já não correspondem hoje ao nível de desenvolvimento atingido pela nossa sociedade", queixava-se recentemente um escritor brasileiro. Quer di-



Ernesto Geisel

zer que ajudar este desenvolvimento é também um meio de ajudar o Brasil a voltar a ser um país liberal.

ANY BOURRIER

### Um general da R.D.A. quer a guerra atômica

O general Heinz Hoffman, ministro da Defesa da República Democrática Alemã, lançou, sobre o muro de Berlim, uma ideia nova acerca da estratégia do sector oriental: "A guerra atômica é o último e decisivo ajuste de contas com o imperialismo, no prosseguimento da luta de classes."

Hoffman falava na comemoração do vigésimo aniversário do Exército

Nacional Popular, no liceu partidário Karl Marx — segundo informava o jornal "Die Welt" de 28 de Abril último. E o relativo silêncio que se fez à volta da sua inconcebível tese de se impor o socialismo ao mundo, pagando o preço da destruição de meio-planeta, indica um perigoso relaxamento dos valores humanos.

Pela boca de Hoffman fala uma tendência eslavo-germânica de que muitos receiam venha a sair a ameaça da ter-

(cont. na pág. 64)

## RODAPÉ



O "DÉFICIT" AUMENTA na Air France. O Conselho de Administração da Air France reuniu ontem para apreciar os resultados do exercício de 1975: 350 milhões de "déficit", isto é, mais 100 do que se esperava. Por prudência, para evitar decepções, será previsto um número idêntico para 1976.

COOPERAÇÃO FRANCO-ÁRABE para África. O ministro francês da Cooperação, Jean de Lipkowski, vai solicitar a participação dos países árabes ricos para uma cooperação triangular euro-africano-árabe. Os países árabes serão convidados a prestar

ajuda financeira aos países africanos, uma vez que a França está, cada vez menos, em condições de fazer face, sozinha, a todos os investimentos.

PETRÓLEO ESCONDIDO. Para obstar a novo embargo árabe, os Estados Unidos vão organizar, durante vários anos, uma importantíssima reserva estratégica de petróleo (500 a 1.000 milhões de bidões). Por razões de vulnerabilidade e protecção, não se fará a armazenagem clássica, à luz do sol: os EUA planeiam a armazenagem subterrânea, em minas de carvão já exploradas, ou ainda em reservatórios especialmente cavados para este efeito, no Texas ou na Luisiana.

SEGURANÇA REFORÇADA nas bases aéreas. Em França, foi decidido reforçar os sistemas de segurança da força aérea estratégica, após inquéritos da segurança militar e da polícia indicarem que grupos anarquistas projectariam levar a cabo acções terroristas. Na base de Saint-Dizier (no departamento do Alto-Marne) terá já havido casos de fogo posto.





## Margaret Thatcher: "ADMIRO A CORAGEM DOS PORTUGUESES"

Se o Partido Conservador ganhar, como se prevê, as próximas eleições legislativas em Inglaterra, a nação tida pela mais tradicionalista da Europa será a primeira a ter uma mulher à frente do Governo. Essa mulher é Margaret Thatcher — uma simples mãe e dona de casa, como muitas outras, antes de ser eleita, há poucos meses, líder dos "torios" britânicos. Nesta entrevista, concedida em exclusivo à "Vida Mundial", ela fala de Portugal, do 25 de Abril e das consequências internacionais da descolonização.

V.M. — Como avalia a revolução de 25 de Abril em Portugal e os esforços do povo português para construir uma democracia pluralista?

M.T. — *Acolho da melhor maneira a determinação e vontade que o povo português demonstrou desde 1974, lutando pela defesa dos verdadeiros valores e instituições democráticas. Em certa altura, existiu no resto do mundo uma considerável ansiedade, perante a hipótese de Portugal ter apenas mudado de uma forma de ditadura para outra. Admiro a coragem e bravura demonstradas pelo povo português até agora, resistindo a uma ditadura de esquerda. Enquanto esse povo reconhecer os inimigos de uma sociedade livre e aplicar todos os seus esforços para que não seja estabelecida uma opressão das minorias, penso que se pode ser otimista e que Portugal caminhará seguramente para uma sociedade livre e aberta, onde a iniciativa de cada cidadão será capaz de contribuir para a prosperidade e bem-estar de toda a comunidade.*

V.M. — Considerando o balanço da situação mundial, qual é o sentido e as

consequências da transferência de poderes que foi feita, na antiga África portuguesa, em favor de regimes pró-soviéticos?

M.T. — *É ainda difícil prever quais as consequências, a longo prazo, das recentes alterações na África Austral. Contudo, já temos dados suficientes para nos preocuparmos seriamente com o futuro daquela zona. A utilização de forças armadas cubanas em Angola criou uma profunda incerteza quanto ao papel que os russos pretendem desempenhar futuramente na África Austral, enquanto simultaneamente foi imposto um Governo ao povo de Angola que, muito possivelmente, não teria conseguido estabelecer-se por si próprio, só com o apoio interno.*

*Naturalmente, espero que se tenha agora alcançado um de estabilidade, e que não haja mais interferências da União Soviética nos assuntos da África Austral. Contudo, não é certo que seja este o caso e ficarei observando, muito de perto, o desenrolar de futuros acontecimentos.*

V.M. — Acredita que o mundo ocidental tem boas possibilidades de resis-

tir à ameaça do poder político e militar do bloco comunista?

M.T. — *Sim, se encararmos friamente o desafio desta luta e compreendermos que, para chegarmos a bom termo, é necessário a todo o mundo ocidental estar vigilante e preparado. Se o mundo ocidental ignorar a ameaça do bloco soviético ou tiver falhas de unidade perante ele, então creio que pagaremos um elevadíssimo preço pela nossa negligência.*

V.M. — Que papel cabe aos sindicatos numa democracia pluralista?

M.T. — *Evidentemente que os sindicatos têm um papel importante a desempenhar nas sociedades livres, e ninguém desejará negá-lo. Contudo, é importante que seja levado em conta que os interesses partidários nunca deverão ser colocados acima dos de toda a comunidade. Quando isto é esquecido, a sociedade, como um todo (incluindo os seus próprios membros), sofrerá sempre. Numa sociedade pluralista, os sindicatos nunca deverão suplantar o Parlamento e os partidos políticos como representantes de todo o povo.*

V.M. — Acredita nas possibilidades do movimento em prol da unificação? V.M. — Acredita nas possibilidades do movimento em prol da unificação económica e política da Europa? Como e quando se fará essa unificação? Estará o Reino Unido interessado em contribuir para que esse movimento se acelere ou retarde?

M.T. — *Os meus predecessores como dirigentes do Partido Conservador, Mac Millan e Heath, tiveram uma im-*



portante acção no sentido de integrar a Grã-Bretanha na Europa, durante os anos 60. A sua decisão foi carinhosamente apoiada pelo povo britânico no referendo do último Verão, do qual eu me congratulo por ter tido um papel de líder. Estou convencida de que esta decisão é a correcta e não vejo outra, como não concebo que, quer o Partido Conservador, quer o Reino Unido se afastem dessa directriz no futuro. No futuro, a Comunidade Económica Europeia crescerá em resposta às suas necessidades, mas ainda é demasiado cedo para definir qual será a sua forma definitiva. Isto é qualquer coisa que terá de ser resolvida nos anos que se seguem, por nós, ou talvez pelos nossos filhos.

V.M. — Como vê a eventual partici-

pação de Portugal na Comunidade Económica Europeia? Pensa que a Península Ibérica deverá ser completamente integrada na Europa ou deverá ser mantida como uma zona política e economicamente autónoma?

M.T. — Segundo o artigo 237 do Tratado de Roma, qualquer Estado europeu pode requerer a sua entrada como membro da Comunidade Económica Europeia. Para que essa integração seja coroada de êxito, é naturalmente necessário que o Estado inserido seja capaz de suportar as condições políticas e económicas indispensáveis, como membro da Comunidade. Sem dúvida que consideraríamos calorosamente a participação de Portugal e do seu vizinho da Península Ibérica, como bem-vinda para a vida da Europa. Contudo,

qual a forma exacta da sua participação, é uma questão que só pode ser decidida pelo próprio povo de Portugal e Espanha. Mas há muitos laços históricos, culturais e políticos ligando a Península Ibérica ao resto da Europa, e estou certa que estes vínculos continuarão a aumentar no futuro.

## A JOANA D'ARC DOS CONSERVADORES

Magra, loura, filha de um merceiro de Lincolnshire, Margaret Thatcher poderá vir a ser, para espanto de muita gente, o próximo primeiro-ministro de Inglaterra.

É forçoso reconhecer que, para um país onde as mulheres só alcançaram o direito ao voto em 1928, o passo dado é bastante significativo. Tão significativo que levou o deputado John Spence a comparar Margaret a Joana D'Arc. E não só: o Carlton-Club, fundado em 1832 e tudo como o clube político mais fechado de Londres, achou por bem convidar a sra. Thatcher para sócia, tornando-a, assim, a primeira mulher a ingressar naquele círculo.

A líder dos conservadores no Parlamento britânico, actualmente com 50 anos, assenta as suas teorias em duas ideias básicas: considera a família como a unidade fundamental da sociedade e defende intransigentemente a remuneração segundo os méritos de cada um.

V.M. — De que maneira o facto de ser mulher influenciou a sua presente posição como dirigente do Partido Conservador? E como futura primeiro-ministro do seu país?

M.T. — Acho que em todas as esferas da vida, mas especialmente na política, o importante não é ser determinada individualidade, mas fazer ou não o seu trabalho devidamente. Como dirigente do meu partido, serei julgada tão-somente pelo bom ou mau desempenho do meu lugar. Nunca achei uma desvantagem, ao longo da minha carreira, o facto de ser mulher, e não penso que isso tenha tido qualquer influência na minha eleição para dirigente. O facto de ser mãe e dona de casa, ao mesmo tempo que dirigente política, talvez me traga uma percepção adicional dos problemas quotidianos da vida das pessoas neste país. Mas esta é a única maneira na qual eu julgo a minha posição de uma forma diferente da de qualquer outro dirigente de partido.



"Numa sociedade pluralista, os sindicatos nunca deverão suplantam o Parlamento e os partidos políticos como representantes de todo o povo"



## Presidenciais

# O JOGO DAS CANDIDATURAS

Estão já praticamente revelados três candidatos à presidência da nova República portuguesa: o general Ramalho Eanes, o almirante Pinheiro de Azevedo, e a dra. Arlete Vieira da Silva. Outros nomes estão na rampa de lançamento, sendo o major Otelo Saraiva de Carvalho um dos prováveis.

O actual chefe do Estado-Maior do Exército, Ramalho Eanes, conta com o apoio dos três maiores partidos portugueses, o PPD, o CDS e o PS, além do consenso generalizado das Forças Armadas. Arlete Vieira da Silva, antiga funcionária do PCP, licenciada em Ciências Histórico-Filosóficas, é apoiada por dois partidos declaradamente trotskistas: o Partido Revolucionário dos Trabalhadores e a Liga Comunista Internacionalista. Quanto ao Primeiro-Ministro do VI Governo Provisório, almirante Pinheiro de Azevedo, não se sabe ainda quem o apoia nem as consequências imediatas da sua candidatura. Otelo será o "poder popular" (comissões de moradores, comissões de trabalhadores, alguns partidos — como de costume, muitos nomes para um previsível reduzido número de votos).

Uma candidatura séria, no sentido de à partida somar as probabilidades maiores da vitória: Ramalho Eanes. Uma candidatura perturbadora: a de Pinheiro de Azevedo. Um partido que não avançou nomes, nada propôs e até à data somente revelou o que não proporia: o PC. Mas um partido que terá inevitavelmente cartas a dar — e que, diga-se, já foi mostrando algumas.

Pelo caminho ficaram nomes apontados como "presidenciáveis", lançados como balões-de-ensaio ou manobras de diversão. Costa Gomes e Melo Antunes, que a Imprensa afecta ao PC tentou meter na corrida a Belém. E outros nomes que poderão vir a surgir: Kaulza de Arriaga, representando a direita e susceptível de ganhar certo apoio em determinados meios milita-



Otelo Saraiva de Carvalho



Ramalho Eanes



Arlete Vieira da Silva



Pinheiro de Azevedo

res. Um possível candidato civil do PC (Rui Luís Gomes? ).

No momento de arranque para as eleições presidenciais, os partidos não definiram ainda claramente as suas estratégias para o efeito, não revelaram o que estão dispostos a jogar, para perder e ganhar. Se o PPD, adiantando-se aos demais partidos, foi o primeiro a declarar apoio a Ramalho Eanes, quando a candidatura deste não estava ainda estabelecida, foi, por isso, o primeiro a lançar alguma perturbação no jogo das candidaturas. Disse-se que o PPD pretendeu obter nas presidenciais o que perdeu nas legislativas, ao que o dr. Sá Carneiro respondeu que o PPD se limitou a cumprir o seu dever e a usar dos seus direitos como partido democrático vivendo numa democracia. É uma interpretação, como outras poderão ser avançadas.

Quando o PPD declarou apoio ao general Ramalho Eanes, adivinhavam-se certas resistências à aceitação da candidatura do CEME por parte de certas forças políticas e certos jornais. Note-se que, até à data, o PCP não se pronunciou por um aval ou por uma recusa de apoio ao general Eanes. Foi só após a declaração do Partido Popu-



lar Democrático que as resistências postas começaram a ser desbloqueadas. Por outro lado, a declaração do PPD veio meter uma cunha entre o PS e o PC, prejudicando o namoro deste último em prol de uma "maioria de esquerda". De imediato, pôde avançar-se para uma escolha de um novo CEME, na hipótese de eleição do general Eanes, não sem que uma pequena guerrilha de nomes tivesse sido travada: Firmino Miguel, Loureiro dos Santos e, finalmente, Rocha Vieira.

Resolvido este problema, as resistências ganharam nova forma — nomes a opor ao prestigiado general, capazes de conseguir disputar-lhe o eleitorado. Falou-se, então, em Costa Gomes, foram divulgados apoios à sua candidatura, de Angola chegou uma delegação para lhe dar o apoio dos portugueses residentes na antiga colónia. No entanto, o actual presidente, cujas posições têm sido cada vez mais contestadas e sobre o qual pesam diversas acusações ainda não cabalmente desmentidas, dificilmente poderia cumprir a contento o papel de candidato da oposição.

O nome de Otelo, ressuscitado da penumbra relativa em que caiu após o 25 de Novembro, foi também proposto. Parecia que com Otelo ressurgia a FUR. O candidato da extrema esquerda populista possuía certo encanto para largas bases do PCP. E foi assim que, no comício deste partido realizado no Campo Pequeno, se pôde ver que grande número dos seus militantes trazia ao peito um autocolante de apoio ao ex-comandante do COPCON. Todavia, uma nova FUR seria algo em contradição com a estratégia definida por Cunhal, por alguns apresentada como início da "berlangerização" dos comunistas portugueses. Daí que Cunhal tivesse condenado a candidatura do major, apontando para a hipótese de um candidato civil ou de outro militar. Finalmente, o almirante Pinheiro de Azevedo cuja candidatura tinha sido ventilada, inclusive por socialistas, apresentou-se a si próprio como candidato. Com o apoio de quem?

Como quer que seja, os comunistas vêm mostrando dificuldades na designação de um candidato que os satisfaça. E algumas contradições reveladas, a

menos que sejam de facto aparentes, denotam certas fissuras no seio do seu aparelho, tido por homogéneo e impenetrável. Em última instância, o PC poderá optar pelo menor dos males: apelar ao voto no candidato que, à primeira vista, lhe seja o menos desafecto. Terá Pinheiro de Azevedo o voto PC?

Por outro lado, que repercussões pode ter a candidatura do almirante no seio do PS? Eis uma interrogação a pôr.

Para já, os dados começaram apenas a ser lançados. E, como diz o rifão, até ao lavar dos cestos é vindima.

A.M.

## Açores

# MANOBRAS PRÉ-ELEITORAIS

As alterações feitas, em Lisboa, ao Estatuto de Autonomia desejado pelos Açores provocou nova irrupção do descontentamento sempre latente em alguns sectores do arquipélago. Mas, afinal, o Estatuto é apenas provisório — e será substituído por outro, a elaborar pela primeira Assembleia Regional, que vai ser eleita em 30 de Junho.

O Estatuto Provisório de Autonomia dos Açores levanta acesa controvérsia no arquipélago: enquanto o presidente da Junta Regional, general Altino de Magalhães, mantinha que "os pontos considerados fundamentais para o Estatuto Provisório ficaram assegurados", que este é "o mais profundo e amplo que alguma vez foi atribuído a qualquer região portuguesa", a Câmara de Comércio de Ponta Delgada defendia precisamente o ponto de vista contrário (chegando a falar em "continuação do colonialismo") e, convocando uma greve geral, arrisca-se a despoletar uma instabilidade social que — todos concordam — deveria ser evitada, pelo menos até às eleições para a Assembleia Regional, previstas para 30 de Junho.

Depois dos rumores postos a circular de que o Estatuto Provisório trafia as esperanças autonomistas do arquipé-

lago, o general Altino de Magalhães fez declarações que acalmariam momentaneamente os ânimos e desviariam para pontos meramente secundários as divergências existentes. As palavras de Altino de Magalhães terminariam por um quase apelo à paz social: "Está, portanto, completamente aberta a via para a construção de uma sociedade nova. Isto não se vai fazer com tumultos, manipulações das populações, disputas ou divisionismos partidários e, muito menos, com divisionismos a nível nacional. Todos não somos de mais, nas ilhas e no continente, para construirmos um futuro melhor para todos."

## ATÉ ONDE VAI A AUTONOMIA?

Segundo o comunicado distribuído no final da reunião extraordinária, no domingo, da Junta Regional, os poderes da Assembleia Regional são os de fazer leis (decretos regionais), o de apresentar propostas à Assembleia da República, de administrar e dispor do seu património e celebrar actos e contratos em que tenha interesse, de dispor de todas e quaisquer receitas fiscais cobradas na região, de orientar as autarquias locais, de superintender em serviços e empresas nacionalizadas que



# vida nacional

exercem exclusivamente a sua actividade na região, o poder de planificação económica regional e de participação no plano económico nacional dentro dos limites constitucionais, de participar na definição e execução de políticas fiscal, monetária, financeira e cambial, de controlo regional dos meios de pagamento, de participação nos tratados que digam respeito à região, e de os órgãos regionais serem ouvidos em todas as matérias da competência do governo nacional que afectem directamente a região.

Entretanto, quanto à emissão de uma moeda regional, fica dependente de um estudo para a determinação exacta da balança de pagamentos regional, considerado absolutamente indispensável.

## QUEM QUER "DESESTABILIZAR"

O apelo à greve geral partiu de uma reunião da Câmara de Comércio de Ponta Delgada e de outra da Associação Comercial de Angra do Heroísmo, ambas as agremiações dominadas por elementos afectos ao CDS, muitos deles militantes confessos de organizações separatistas (como é o caso, por exemplo, do presidente da Câmara do Comércio, eng. Costa Matos, ex-dirigente do MAPA). Não deixa igualmente de ser sintomático que a base da contestação assente na necessidade de serem "expostos os pontos de vista e querer das forças económicas do distrito, no que respeita à autonomia dos Açores", argumento identificado, sempre, com a necessidade de afirmação dos elementos de controlo do capital.

Apesar de tudo, foi possível um controlo do radicalismo de alguns dos presentes na reunião da Câmara do Comércio, que pretendiam, como forma de pressão sobre o governo central, manter-se em manifestação e greve contínuas até verem satisfeitos os seus pontos de vista.

## NADA DE DEFINITIVO

Todo este clima parece fazer esquecer que o actual Estatuto é apenas provisório e que o definitivo será elaborado pela Assembleia Regional, a eleger em 30 de Junho — o que dá a

ideia nítida de se estar perante uma manobra pré-eleitoral que, a ser bem sucedida, poderia, quando das eleições, fazer pender a balança do escrutínio a favor de determinadas forças.

Mesmo que se pusesse o caso de o Estatuto ser de todo inaceitável para o regimento da vida do arquipélago, só o facto de ser provisório bastava para que se demonstrasse incongruente toda a celeuma que está a ser levantada em torno do assunto. Com efeito, o texto apresentado poderá ser modificado, e até profundamente, pela primeira assembleia política eleita do território, a qual por certo consignará no articulado os desejos dos eleitores da sua facção maioritária. É, portanto, para o controlo dessa assembleia a eleger que as forças interessadas na desestabilização social dos Açores estão a trabalhar. Se o CDS, em comunicado, acusa o dirigente do PPD, Mota Amaral, de ter

proferido "na televisão açoriana uma comunicação que excitou a população dos Açores, fundando-se ou numa exagerada interpretação do diploma aprovado, ou numa alegada discrepância entre o texto que teria sido aprovado e aprovado, ou numa alegada discrepância entre o texto que teria sido aprovado e o texto que foi presente ao Conselho da Revolução e ao Conselho de Ministros", também é verdade que o mesmo CDS, no mesmo comunicado, se apressa a afirmar: "Como se sabe, o CDS defende uma ampla autonomia para os Açores, tendo votado contra a Constituição por força, nomeadamente, das limitações opostas àquela"...

Os Açores estão a conhecer, em "reprise" e adaptação regional, o espectáculo que a capital viveu em Março-Abril passado — com outros actores, outros cenários, mas idêntica vontade de conseguirem o mesmo epílogo... M. R. F.

## Intervenção Socialista UMA NOVA INTERNACIONAL NA AULA MAGNA DA REITORIA?

O colóquio promovido pela Intervenção Socialista, no último fim-de-semana, sobre "transição para o socialismo na área do Mediterrâneo", teve pelo menos um mérito: com a sua insistência na "maioria de esquerda", mostrou que interesses servem os nossos "intervencionistas".

Diversos conselheiros da Revolução, entre os quais os brigadeiros Pezarat Correia e Franco Charais, figuras políticas que vão do MSD à UDP, com especial predominância de personalidades da "esquerda" do PS e dos "liberais" do PC, muitos intelectuais e jornalistas... — assim fez o semanário "o

Jornal" a apresentação dos participantes no colóquio que, no passado fim-de-semana, se realizou na aula magna da Reitoria da Universidade de Lisboa. O tema: transição para o socialismo na área mediterrânica. Os organizadores: o Grupo de Intervenção Socialista.

Quem esteve presente? Conselheiros da Revolução: foram vários: Martins Guerreiro, Vítor Alves, Vítor Crespo, Pezarat Correia...

Ala "esquerda" do PS: Lopes Cardoso, António Reis, Carlos Lage, Kalidás Barreto. Socialistas ausentes: Sotomayor Cardia, António Barreto, Medeiros Ferreira. Convidados, não se fizeram representar. Cardia, em declarações ao "Diário de Notícias" de 10 de Abril, deixou esclarecido: "Nasci em



Matosinhos e do Mediterrâneo nada sei”.

“Liberais” do PC. A acreditar no “Jornal”, os militantes do PC presentes. Que foram: Aboim Inglês, Mário Vieira de Carvalho, Urbano Tavares Rodrigues, Manuel Gusmão, Maria Vello da Costa, João Paulo Guerra, Aurélio Santos. Também Fernando Piteira Santos. O MUTI. O MDP. Nomes aparentados ao GIS: Nuno Portas, Eduardo Prado Coelho, Nuno de Bragança.

Do estrangeiro: K. S. Karol, jornalista que Fidel Castro acusou de agente da CIA. (É ou não é? Aboim Inglês não referiu a acusação. Onde: ou o PCP admite a convivência, ou Fidel mentiu. Escolha-se). Outros nomes: Rossana Rossanda, indispensável. Representantes dos Partidos Comunistas de Itália, França, Grécia (do “Interior”), a “internacional berlinguerista”. Os Partidos Socialistas de França, Itália, Espanha.

Bénard da Costa, representante da “Intervenção Socialista”, declarou: **Desenha-se, hoje em dia, claramente, a tendência para a criação de um socialismo independente, que poderia conduzir ao surgimento de um novo pólo nas relações internacionais.** Teria nascido, na Cidade Universitária de Lisboa, uma nova Internacional?

Ao todo, duzentos convidados. Entre eles: Otelo Saraiva de Carvalho, que encontrou à porta um grupo de vinte pessoas para lhe entregarem um abaixo-assinado, exigindo a sua candidatura à Presidência da República. Otelo, falando aos jornalistas: “Isto não tem interesse. É só para intelectuais. Eu também sou um intelectual revolucionário”. Tudo é possível...

No ar, a pressão conveniente para uma aliança entre o PS e o PC, em Portugal. Mais uma. No dia 3 de Maio, Joaquim Mestre, um dos mestres do GIS, afirmou numa conferência de imprensa:

**Embora o PS seja um partido cuja actuação política nem sempre esteja de acordo com as linhas do seu programa, para nós não deixa de ser um partido da esquerda que tem em conta as nacionalizações, o controlo operário, e o essencial da reforma agrária. Portanto, pensamos que, neste momento, a esquerda deve apoiar o PS, a única hipó-**

**tese de esquerda saída das eleições.**

E Joaquim Mestre, homem de certezas, acrescentou que o voto do povo português foi para a esquerda, esclarecendo: “A maioria do povo português votou pela consolidação do poder democrático e por uma prática política de esquerda”. E, como o povo, Mestre “dixit”, votou em tudo isto, o GIS oferece-se à participação no Governo. Porque, na sua imensa sabedoria, a voz do povo deu em voto GIS — concluiu-se.

Em nome da dialéctica, “à GIS”, esqueçamos a sua declaração programática, aparecida há tempos no “Jornal Novo” pela mão de Artur Portela Filho. Esqueçamos que, aí, o PS era apresentado como um partido da contra-revolução (senão no todo, pelo menos na sua parte mais importante), o partido da social-democracia, do capitalismo, que o GIS tanto odeia. E atente-se que, por obra de Mestre e seus pares, o PS se tomou a “hipótese de esquerda”, na qual o GIS se convida a entrar. “Noblesse oblige”, se a questão principal é, ainda, o ser “ministeriável”... à esquerda.

Aboim Inglês, promovido pelo “Jornal” a Berlinguer lusitano, apresentou-se no colóquio como continuador das propostas de Cunhal — a maioria de esquerda. Neste momento, em Portugal, há, a nosso ver, perspectivas favoráveis para as forças de esquerda. **As estruturas monopolistas foram abolidas, temos uma Constituição avançada, temos uma maioria de esquerda, parlamentar, e temos, ainda, o MFA. Para nós, a Constituição é a plataforma política e programática para a unidade de esquerda e para o caminho rumo ao socialismo. É essencial, todavia, continuar a lutar pela unidade de esquerda, com socialistas e comunistas”.**

E Aboim lutou na Reitoria da Cidade Universitária. Lutou, como antes o conselheiro Martins Guerreiro lutara na Imprensa, preconizando a aliança entre os socialistas e os comunistas, a inclusão dos “ministeriáveis” GIS num governo PS, em última hipótese..., de esquerda. O GIS, como sucedâneo do PC, no governo da tal maioria. Carlos Lage, no entanto, saindo em defesa da sua dama, o PS, resistiu heroicamente aos cantos da sereia. E argumentou:

**A manutenção de um bloco social de apoio à revolução (nota nossa: a terminologia do GIS) não pode levar à união PS/PCP que conduziria à fractura daquele bloco com todas as inevitáveis consequências. O PS deve manter a autonomia e o seu projecto próprio.**

O segredo da transição para o socialismo no Portugal mediterraneamente GIS reside numa chave mágica: a aliança entre socialistas e comunistas. Esta a grande conclusão que se extrai de toda a estratégia e tática políticas apresentadas pelo GIS no seu encontro universitário. Não se trata de um processo original, uma vez que Álvaro Cunhal, que não é (que se saiba, oficialmente) GIS, tem defendido o mesmo, exactamente, no decurso do último mês. E, que se saiba, Cunhal não é Berlinguer... O papel do GIS, em toda esta história, é simples: intelectuais e técnicos disponíveis, poderão ser os medianeiros entre socialistas e comunistas para a construção dessa aliança, representando os comunistas no governo em que estes estarão ausentes, mas facilitando a aliança parlamentar que Aboim Inglês preconiza.

Para o efeito, os GIS não contam com o apoio de massas, traduzido em número de votos. Porque não foram a eleições, não se meteram nos sindicatos, não promoveram manifestações, não desencadearam greves. Escreveram nos jornais. Apenas. Introduziram-se nos órgãos da comunicação social, onde a pouco e pouco tendem a desalojar a “direita” de que fala Vasco Lourenço, conselheiro e brigadeiro da Revolução. Daí, arquetam a campanha por uma “maioria de esquerda”, na continuidade da acção definida pelo não-berlingueriano secretário-geral do PC. Penetram nas chancelarias. Donde provém tamanha força?

No anfiteatro da reitoria da Cidade Universitária houve um tema que foi tabu. Dele não se falou. As próximas eleições (presidenciais) portuguesas. Terá aqui a “Intervenção Socialista” uma forma de intervir? Autores, consagrados, de programas, estarão os socialistas da “Intervenção” a cozinhar um novo programa presidencial, a fim de o oferecerem a um possível candidato militar? Que surpresas mais nos reserva o GIS? A. M.



(cont. da pág. 57)

ceira guerra mundial. Um "IV Reich" que reformularia os termos do pacto hitler-estaliniano, em que a mística do socialismo seria o grito de guerra para impor ao mundo um alucinado imperialismo. A guerra atômica significaria uma cadeia de genocídios de proporções incalculáveis — porventura a destruição simples, na acepção do termo, daquilo a que hoje chamamos mundo.

A agência jugoslava Tanjug citava Hoffman como tendo dito que "nós não compartilhamos a opinião, que forças progressistas no movimento a favor da paz também defendem, de que não será possível levar a cabo uma guerra justa na era atômica e de que a guerra de foguetões atômicos também não será um prosseguimento da política de luta de classes, mas somente o inferno e o fim do mundo".

No Ocidente, considera-se inconcebível a hipótese de alguém lançar a primeira ogiva, pois todos conhecem bem a escassez dos seus telhados anti-atômicos. No Leste, porém, parece que tudo está pronto, e o general é otimista. Que pensarão, do outro lado do muro, os que o ouvem, da sacrossanta missão que os espera, da razão única que lhes cabe?

O recurso à ameaça ocidental, naturalmente, também foi utilizado na escola secundária de Karl Marx: "Os Estados socialistas não aceitariam uma agressão destas sem resposta, mas reagiriam rapidamente e para o aniquilamento" — apesar dos sofrimentos "deste último e decisivo confronto entre o progresso e a reacção, que teria de ser aguentado sobretudo pelos povos capitalistas."

E conclui Hoffman, para o esclarecimento da Humanidade, que "a História não conhece até agora nenhum caso em que a revolução socialista tivesse sido levada à vitória sem que os canhões tivessem que falar ou sem que pelo menos fossem carregados e apontados".

Curioso é que a notícia do "Die Welt" sobre este discurso do general da R.D.A. não tenha sido expandido. Ou será que os ocidentais estão por de mais estupefactos com a dialéctica atômica do revolucionário general germânico, enquanto o Pacto de Varsóvia se queda na espera do ricochete da primeira "bomba Hoffman"?

## A CIP deita contas à vida

(Continuação da pág. 55)

partidos oferecem maiores garantias no respeito à propriedade privada dos meios de produção, à "iniciativa privada". Sobretudo — parece ressaltar — a CIP desconfia do "conjunto" de correntes políticas integradas no PS.

O patronato, a "iniciativa privada" agregada nesta confederação, debruça-se sobre os programas dos partidos políticos, dissecando as propostas de solução económica apresentadas por cada qual. É curioso, e ao mesmo tempo natural, que a CIP tenha sido praticamente a única entidade a interessar-se por estas "ninharias". No entanto — a CIP notou-o — os partidos políticos apresentaram-se na corrida às urnas sob slogans economistas. O PS debaixo da banceira „Vencer a crise, reconstruir o País"; o PPD com o estandarte da "Reconstrução nacional pela social-democracia"; o CDS, hasteando o pendão de um "programa global para a reconstrução da economia portuguesa". Só o PCP, o que é elucidativo quanto às intenções e preocupações, destoou, apelando ao "voto seguro, por uma maioria de esquerda".

Nos três partidos maiores que orientaram a campanha para o problema que é actualmente o fundamental no País (a questão da economia), a maneira como consideraram a função da iniciativa privada na reconstrução do aparelho económico nacional ofereceu matizes diversos. Na análise da CIP, o PS apresentou o defeito de "menos consciência da dificuldade em atingir simultaneamente todos os objectivos propostos; o CDS foi o que mais se preocupou em definir prioridades; o PPD colocou-se entre os dois extremos. Os dois últimos partidos foram os que maior relevo deram ao papel da propriedade privada no todo económico.

Daí que as opções políticas da CIP se definam: maior e natural pendor para um CDS, ficando um PPD como força de reserva. Em última instância, surge um PS como baluarte mais

distante contra uma nova ofensiva de estatizações. O que quer dizer que o PS, para poder governar, terá de captar uma maior confiança da parte deste patronato, tendo que ponderar as simpatias "cipistas" no jogo de eventuais alianças. E não terá sido certamente por acaso que a CIP vem a público com uma análise deste tipo logo depois das eleições legislativas e antes que um governo esteja constituído. Um factor que Mário Soares deverá ter em conta.

4) Defesa de quatro princípios gerais inscritos na Constituição: princípio do planeamento democrático, entendido como alicerçado na colaboração entre o Estado, os sindicatos e as empresas; princípio da livre iniciativa a ser definido e regulado por lei do governo; princípio da concorrência entre as empresas privadas e entre estas e as empresas públicas; princípio da protecção da economia nacional contra o investimento estrangeiro.

A defesa dos princípios constitucionais tem o seu quê de caricato, já que se revela mais uma força a vir à liça em defesa da "carta constitucional" portuguesa. Só que, desta vez, a força que se pronuncia em defesa da Constituição não é o PC, não é o PS, nem o PPD. É a CIP. O que é revelador do grau de ambiguidade contido no longo articulado de artigos e parágrafos da última Constituição portuguesa. Mas adiante.

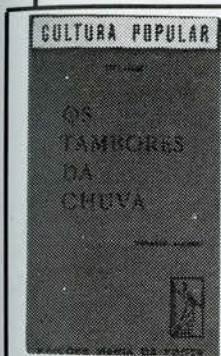
Dos quatro aspectos citados, um há que merece maior atenção na medida em que surge como uma proposta, quase a única, feita pela CIP. Um acordo entre o Estado, os sindicatos e as empresas. A paz social, enfim, ou, se quisermos, um "compromisso histórico" entre o capital privado, o capitalismo de Estado e as classes trabalhadoras. O sonho desejado por diversos quadrantes que todavia parece inviável enquanto a guarda avançada do capitalismo estatal (as forças que defendem o alargamento das "nacionalizações", independentemente da mudança de natureza do poder político, no caso concreto do PC) não tiver sido batida pelo capitalismo privado, em termos definitivos. O que não parece ser historicamente viável nos tempos mais próximos.

A.M.



SELECÇÕES  
DA SEMANA  
NOVIDADES

# ESTES SÃO OS LIVROS QUE SELECIONAMOS PARA SI!



MARIA DA FONTE

## Os Tambores da Chuva

Autor: ISMAÏL KADARÉ

Muralhas ensanguentadas que dezenas de milhar de homens tentam escalar; um comandante cuja sorte está dramaticamente ligada à tomada desses muros; eis o quadro do romance de Ismaíl Kadaré.

Preço: 90\$00



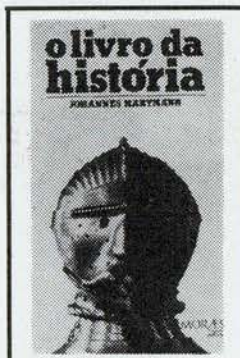
L. RODRIGUES

## Bastardos das Pátrias

Autor: L. RODRIGUES

Os canadianos recebem-nos mas não nos aceitam. Eles precisam de nós mas não nos querem. Reconhecem-nos o valor e não o respeitam. O nosso suor tornou-os prósperos e cada vez mais ricos. Mas detestam o cheiro da nossa transpiração.

Preço: 120\$00



MORAES EDITORES

## O Livro da História

Autor: JOHANNES HARTMANN

Um instrumento de trabalho e de informação para os estudantes e o leitor em geral. A cronologia factual da história do homem, desde o início até aos nossos dias. Um livro actual e de consulta permanente.



CEDIART

## Curso de Karatê

FASCÍCULO N.º 1

O karatê é uma arte, e, como tal, será apenas utilizado como meio desportivo, de educação física e espiritual. Como tal não devemos aproveitar aquilo que iremos aprender no decorrer deste curso, para fazer mal em prejuízo do próximo.

Preço: 80\$00



MARIA DA FONTE

## Dos Presos Políticos Brasileiros

Quando tomamos posição na denúncia e condenação da repressão no Brasil, estamos, apenas, a continuar o nosso próprio combate contra o tentacular fascismo.

Preço: 80\$00



distribuidora O SEculo



# BALAIA

# Penta Hotel

# ALBUFEIRA/ALGARVE



TELS. 52681 A 52686 — TELEX 18298